

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE

DIEGO PALMA DE CASTRO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL: a apropriação pelos
trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários do Cirandas.net

CURITIBA

2018

DIEGO PALMA DE CASTRO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL: a apropriação pelos
trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários do Cirandas.net

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia e Sociedade, do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Marilene Zazula Beatriz.

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C355e Castro, Diego Palma de
2018 Economia solidária e tecnologia social : a apropriação pelos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários do Cirandas.net / Diego Palma de Castro.-- 2018.
166 p.: il.; 30 cm.

Disponível também via World Wide Web.
Texto em português com resumo em inglês.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho, Curitiba, 2018.
Bibliografia: p. 134-142.

1. Economia social - Brasil. 2. Tecnologia - Aspectos sociais. 3. Redes sociais. 4. Empreendedorismo social. 5. Desenvolvimento social. 6. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 7. Tecnologia apropriada. 8. Tecnologia e trabalho. 9. Tecnologia – Dissertações. I. Beatriz, Marilene Zazula, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 600

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 519

A Dissertação de Mestrado intitulada **ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL: A APROPRIAÇÃO PELOS TRABALHADORES DE EMPREENDIMENTOS ECÔNOMICOS SOLIDÁRIOS DO CIRANDAS.NET** defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Diego Palma de Castro** no dia **26 de julho de 2018**, foi julgada aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e trabalho, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Profa. Dra. Maria Sara de Lima Dias - (UTFPR)

Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz - (PPGTEUTFPR)

Profa. Dra. Carolina Bagattoli - (UFPR)

Profa. Dra. Marilene Zazula Beatriz - (UTFPR) - Orientadora

Curitiba, 26 de julho de 2018.

Profª Drª Marília Abrahão Amaral
Coordenadora do PPGTE



Dedico

À memória do meu pai Dercy Palma de Castro. À minha família que sempre me apoiou e acreditou que seria possível e aos meus amigos que caminham comigo.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar ao fim sem inúmeras influências que recebi durante a minha caminhada. A qual baseada na palavra resistência, já que por meio dela, e de pessoas que estavam ao meu lado foi que o percurso até aqui pôde ser trilhado, por isso sou grato.

Agradeço por ter tido um pai que me incentivou a estudar, mesmo quando isso não fazia parte da sua realidade, e se hoje eu tivesse a oportunidade de responder sua pergunta: "De como vão os estudos?", diria para Dercy Palma de Castro que estou terminando um mestrado. Agradeço minha mãe Silvia Regina Cordeiro de Castro, pois se não fosse a confiança, o apoio e o incentivo eu não teria iniciado meus estudos, e não teria condições de ter finalizado um curso superior, muito menos chegaria aqui.

Durante a caminhada sempre tive comigo minhas irmãs que sustentaram o meu chão para que eu pudesse germinar, sem essa base não teria a capacidade de suportar os desafios de uma vida acadêmica. Gratidão à Cristiane, Silviane, Thaciane e também as minhas sobrinhas Allana e Anna Alice.

Durante a graduação tive a honra de ser bolsista da Trilhas Incubadora Social Marista e a partir de então as portas dos estudos da Economia Solidária se abriram. Nesse contexto, a família Trilhas sempre terá sua marca nessa caminhada e minha eterna gratidão especialmente à Lourença Santiago, Grasielle Dalbão, Eliane Souza, Isabel Hinça, Caique Franzoloso, Marco Antônio, Camille Zanette, Fábio Nascimento e Lys Leme. Sou grato a todos (as) os/as meus/minhas amigos (as) que confiaram na minha capacidade e disseram-me que delinear esta trajetória seria possível. Gratidão a minha orientadora, Dr^a Marilene Zazula Beatriz, primeiramente, por ter aceitado e acreditado que seria possível chegar até o final, também pela paciência, pelas lições de escrita, leitura, por todo o conhecimento transmitido e pelo apoio mesmo no período que estive distante.

Agradeço os/as trabalhadores/as de Economia Solidária que aceitaram participar da pesquisa e proporcionaram-me conhecer os EES que integram. Também agradeço as professoras Doutoras Maria Sara e Carolina Bagattolli e ao professor Doutor Gilsom Queluz pela cortesia em aceitarem integrar a banca de qualificação e a de exame desta dissertação, além das valiosas contribuições. Por fim, agradeço ao movimento de Economia Solidária de Curitiba e Região, e a todas as pessoas que de alguma forma acreditaram que essa pesquisa seria possível.

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos para sabermos o que seremos.
(FREIRE)

RESUMO

CASTRO, Diego Palma de. **Economia Solidária e Tecnologia Social:** a apropriação pelos trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários do Cirandas.net. 2018. 166f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

Este estudo propõe compreender como ocorreu a apropriação dos/as trabalhadores/as dos Empreendimentos de Economia Solidária pelo Cirandas.net. A Economia Solidária (Ecosol) é uma proposta de desenvolvimento antagônica ao modelo capitalista por se pautar nos princípios da solidariedade, cooperação, autogestão, distribuição de riquezas e do trabalho coletivo. Além disso, esse movimento acredita em uma educação emancipadora, a qual propõe mudanças nas formas de aprender, ensinar, produzir, consumir, preservar o meio ambiente e ainda disseminar outras concepções de relações sociais. Já a Tecnologia Social (TS), reforça a crítica da simples transferência de tecnologia para a sociedade, uma vez que defende que as tecnologias sejam produzidas coletivamente e que atendam a demandas reais. Além disso, sugere uma metodologia emancipatória onde os indivíduos atendidos pela tecnologia deixem de ser meros usuários e se apropriem da elaboração e manutenção sob princípios democráticos e participativos como fator fundamental do processo de TS. Tratando de tecnologia, encontramos a plataforma *online* do Cirandas.net, a qual foi desenvolvida com o movimento da Economia Solidária no Brasil, e tem como objetivo constituir uma rede nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), um espaço *online* para comercializar e promover diálogos com a sociedade e entre os sujeitos que integram a Economia Solidária. Diante disso, o estudo perpassa pela discussão sobre Economia Solidária, Ciência, Tecnologia e Sociedade e a Tecnologia Social no Brasil, seguida da apresentação do Cirandas.net. O primeiro momento da pesquisa, que possui caráter qualitativo, consistiu na realização de um levantamento de artigos científicos que envolviam a Economia Solidária e a Tecnologia Social com o objetivo de verificar o nível de aproximação entre as duas temáticas. Posteriormente, foi elaborada a revisão bibliográfica sobre os temas supramencionados. Buscando a aproximação concreta com a realidade, realizou-se 17 entrevistas baseadas em roteiro semiestruturado *online* e por meio dos aplicativos *skype/whatsapp*. Os entrevistados foram separados em dois grupos, a saber: 15 trabalhadores/as de Empreendimentos Econômicos Solidários os/as quais foram selecionados/as a partir do Cirandas.net, e dois gestores técnicos. Para a análise dos dados foi utilizado procedimento descritivo-qualitativo. Os resultados evidenciaram que o Cirandas.net é uma plataforma desenvolvida a partir da demanda do movimento da Economia Solidária, e contou com a participação dos integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em sua elaboração. Já os/as trabalhadores/as dos grupos de Economia Solidária desse estudo apropriaram-se da tecnologia do Cirandas.net para comercializar e divulgar os seus produtos/serviços, usaram-na como uma ferramenta de auxílio na organização dos processos de compras coletivas, para conhecer EES de outras regiões do país e relataram que a participação no Cirandas.net também contribuiu para que alguns integrantes dos EES aprendessem a usar a *internet* e o computador.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Tecnologia Social. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Cirandas.net.

ABSTRACT

CASTRO, Diego Palma de. Solidarity Economy and Social Technology: the appropriation of the workers of Solidary Economic Enterprises by Cirandas.net. 2018. 166f. Dissertation (Master in Technology and Society) - Graduate Program in Technology and Society, Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2018.

This study proposes to understand how the appropriation of the workers of Solidarity Economy Enterprises occurred by Cirandas.net. The Solidarity Economy is a proposal of development antagonistic to the capitalist model for being based on the principles of solidarity, cooperation, self-management, distribution of wealth and collective work. In addition, this movement believes in emancipatory education, which proposes changes in the ways of learning, teaching, producing, consuming, preserving the environment and disseminating other conceptions of social relations. Social Technology (TS), reinforces the criticism of the simple transfer of technology to society, since it defends that the technologies are produced collectively and that they include real demands. And, it suggests an emancipatory methodology where the individuals served by the technology pass from mere users to the people who contribute in its elaboration and maintenance under democratic and participatory principles as a fundamental factor of the TS process. In dealing with technology, it finds the online platform of Cirandas.net in which it was developed with the Solidarity Economy movement in Brazil, and aims to create a national network of Economic Solidarity Projects, an online space to market and promote dialogues with society and among the subjects that make up the Solidary Economy. This qualitative research was developed at the first moment to carry out a survey of scientific articles that involved Solidary Economy and Social Technology in order to verify the level of approximation between the two themes. Subsequently, the bibliographic review was elaborated on the above topics. As an approximation of the field, 17 interviews were conducted based on a semi-structured online script and through the skype / whatsapp applications. Separated into two groups, namely: 15 Solidarity Economic Development workers who were selected at Cirandas.net, and two technical managers. Descriptive-qualitative procedures were used to analyze the data. The results showed that Cirandas.net is a platform developed from the demand of the Solidarity Economy movement, and counted with the participation of the members of the Brazilian Forum of Solidary Economy in its elaboration. On the other hand, the workers in the Solidarity Economy groups of this study took advantage of Cirandas.net's technology to market and publicize their products / services, used it as an aid tool in the organization of collective purchasing processes, to to know EES from other regions of the country, because it would be difficult to meet in person and reported that participation in Cirandas.net also contributed to some members of Solidarity Economic Developments learn to use the internet and the computer.

Keywords: Solidary Economy. Social Technology. Science, Technology and Society. Cirandas.net.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	43
FIGURA 2 – PRINCIPAIS FATORES HISTÓRICOS QUE IMPACTARAM O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	45
FIGURA 3 – MARCO CONCEITUAL DA TS.....	61
FIGURA 4 – TEORIA CRÍTICA.....	63
FIGURA 5 – PÁGINA INICIAL DO CIRANDAS.NET.....	71
FIGURA 6 – PÁGINA INSTITUTO TUCUMÃ.....	101
FIGURA 7 – PÁGINA ART. GRAVATÁ.....	103
FIGURA 8 – PÁGINA ART. GRAVATÁ (2).....	103
FIGURA 9 – PÁGINA ASCOMA.....	105
FIGURA 10 – PÁGINA COOPERTANE.....	106
FIGURA 11 – PÁGINA IBER AJALA.....	107
FIGURA 12 – PÁGINA PAPEL PINEL.....	109
FIGURA 13 – PÁGINA ELOSOLAR.....	109
FIGURA 14 – PÁGINA TIA DO FUXICO.....	110
FIGURA 15 – PÁGINA TENDARDE.....	111
FIGURA 16 – PÁGINA COMPRAS COLETIVAS.....	112
FIGURA 17 – PÁGINA ACARESTI.....	113
FIGURA 18 – PÁGINA INSTITUTO DOS ARTESÃOS DA FEIRA DE ARTES.....	114
FIGURA 19 – PÁGINA MAG.....	115
FIGURA 20 – PÁGINA COOPERATIVA MUNDO MAIS LIVRE.....	116
FIGURA 21 – PÁGINA GRUPO ARAÇÁ.....	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – VERTENTES DE ESTUDO.....	51
QUADRO 2 – ASPECTOS DA TECNOLOGIA SOCIAL.....	66
QUADRO 3 – CONCEITOS DA TECNOLOGIA SOCIAL.....	68
QUADRO 4 – RESUMO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA.....	85
QUADRO 5 – GESTORES TÉCNICOS DO CIRANDAS.NET.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –ATIVIDADE ECONÔMICA DOS EES ENTREVISTADOS.....	89
GRÁFICO 2 –CATEGORIAS SOCIAIS DOS EES ENTREVISTADOS.....	90

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EMPREENDIMENTOS CRIADOS, POR TRIÊNIOS APÓS 1986.....	38
TABELA 2 – TODAS AS SITUAÇÕES DO CADSOL.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

AST	Adequação Sociotécnica
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário
Abicred	Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito
Anteag	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimento Econômico Solidário
CBRTS	Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social
CT&I	Ciência Tecnologia e Inovação
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
Eita	Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão
Colivre	Cooperativa de Trabalho em Tecnologias Livres
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCSOL	Declaração de Empreendimento Econômico Solidário
TDD	Desenvolvimento Baseado em testes
Ecosol	Economia Solidária
EES	Empreendimento Econômico Solidário
ENSL	Encontro Nordeste de Software Livre
EGE	Equipe Gestoras Estaduais
EUA	Estados Unidos da América
Fase	Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FISL	Fórum Internacional de Software Livre
FSM	Fórum Social Mundial
Unitrabalho	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho
GT	Grupo de Trabalho
IS	Inclusão Social
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ITS	Instituto de Tecnologia Social
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
Pacs	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
LGBTTT	Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Travestis
MST/Concrab	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Soltec	Núcleo de Solidariedade Técnica
Placts	Pensamentos Latinos Americanos em Ciência, Tecnologia e Sociedade
Proninc	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
PL	Projeto de Lei
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária
Itea	Rede Colaborativa de Cultura, Arte e Informação
RTS	Rede de Tecnologia Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
Sies	Sistema de Informação em Economia Solidária
TA	Tecnologia Apropriada
TC	Tecnologia Convencional
TS	Tecnologia Social
UNB	Universidade de Brasília
UniCamp	Universidade Estadual de Campinas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	17
1.1	ANTECEDENTES DA PESQUISA.....	17
1.2	INTRODUÇÃO.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	30
2.1	EXCLUSÃO SOCIAL.....	30
2.2	O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA AFINAL?.....	32
2.3	ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO POLÍTICO.....	36
2.4	PERFIL DO/A TRABALHADOR/A DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	46
2.5	DO MODELO CLÁSSICO DAS RELAÇÕES ENTRE A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA COM A SOCIEDADE AOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	49
2.6	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA.....	52
2.7	TECNOLOGIA E SOCIEDADE.....	54
2.8	TECNOLOGIA SOCIAL NO BRASIL COMO CAMPO DE DISPUTA POLÍTICA.....	57
2.9	MARCO CONCEITUAL DA TECNOLOGIA SOCIAL.....	60
2.10	TECNOLOGIA SOCIAL E ALGUMAS DEFINIÇÕES.....	66
3	CIRANDAS.NET.....	71
3.1	PRIMEIRO PILAR: REDE SOCIAL (SISTEMA DE GESTÃO DE CONTEÚDOS).....	77
3.2	SEGUNDO PILAR: ORGANIZAÇÃO EM RECORTES OU “ESPAÇOS”.....	78
3.3	TERCEIRO PILAR: INTELIGÊNCIA ECONÔMICA COLETIVA E SOLIDÁRIA.....	78
3.4	QUARTO PILAR: INTERPOLARIDADE E PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS.....	79
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	81
4.1	1ª. FASE: IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS/ENTIDADES/COLETIVOS.....	83
4.1.1	Identificação do/a trabalhador/a dos EES/Entidade/Coletivo entrevistado/a.....	83
4.1.2	Identificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários.....	84
4.1.3	Grupo Gestores Técnicos do Cirandas.net.....	91
4.1.4	Identificação dos/as trabalhadores/as que compõem os EES/Entidades/Coletivos entrevistado/as nesta pesquisa.....	96
4.1.5	2ª. Fase: A História do Empreendimento Econômico Solidário e da Entidade/Coletivo que pertencem os Gestores Técnicos do Cirandas.net, contada a partir do relato do/a trabalhador/a entrevistado/a.....	99
4.1.5.1	Norte.....	100
4.1.5.2	Nordeste.....	101
4.1.5.3	Centro-Oeste.....	106
4.1.5.4	Sudeste.....	108
4.1.5.5	Sul.....	111
4.1.6	Entidade Gestora/Coletivo.....	117
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	119
5.1	3ª. FASE: CONTATO INICIAL DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO	

	SOLIDÁRIO/ENTIDADE/COLETIVO COM A PLATAFORMA CIRANDAS.NET.....	119
5.1.2	Experiência do Empreendimento Econômico Solidário com o Cirandas.net.....	122
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	134
	ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	143
	ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM OS EES.....	149
	ANEXO C – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES TÉCNICOS.....	153
	ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE VOZ E IMAGEM (TCUISV) DOS EES.....	157
	ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE VOZ E IMAGEM (TCUISV) DOS GESTORES TÉCNICOS.....	162

1 APRESENTAÇÃO

1.1 ANTECEDENTES DA PESQUISA

A motivação para esta dissertação surgiu durante minha graduação em Psicologia, pois foi nesse período que iniciei as pesquisas científicas em áreas que me apeteçam e que se correlacionavam com algumas das minhas crenças internas, por exemplo, a crença no potencial do indivíduo e em um modelo de organização mais humanizado para a sociedade.

A palavra trabalho é algo que me acompanha desde criança, já que cresci ouvindo das pessoas mais próximas que o mesmo é fundamental para os seres humanos. Então, durante a graduação tive interesse em buscar e compreender a base conceitual e a prática da Psicologia Organizacional, visto que era a área que mais se aproximava da minha percepção sobre o trabalho, no entanto, acabei identificando que a área não era compatível com os questionamentos quais carregava comigo.

Diante das minhas reflexões e da frustração na área organizacional, tive o interesse em realizar um projeto de iniciação científica para pesquisar sobre a qualidade de vida no trabalho. Esse foi desenvolvido com os/as trabalhadores/as de uma empresa da cidade de Curitiba no estado do Paraná. Nessa fase acadêmica percebi que a minha concepção de trabalho era simples e sem embasamento, diante da nova compreensão observei que o mesmo perpassava minha vida desde a infância e não iniciou apenas no momento em que conquistei um emprego.

Outro ponto de problematização da pesquisa, naquela época, era sobre “qual o real objetivo de saber a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as?” diante desse questionamento conheci o movimento da Economia Solidária (Ecosol), outra forma de se organizar para o trabalho, sendo pautada em princípios e valores que poderiam ajudar a encontrar respostas para as minhas inquietações.

Ao iniciar os estudos sobre Economia Solidária, identifiquei algumas possibilidades no mundo laboral que fortaleciam os/as trabalhadores/as, e que essas descobertas se aproximavam das minhas convicções sobre os aspectos do trabalho. Nesse contexto, ingressei como bolsista na incubadora de Economia Solidária do Grupo Marista, Trilhas Incubadora Social Marista, a qual está ligada à Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, durante esta experiência ocorreu um aprofundamento teórico na temática da Economia Solidária no Brasil.

Além dos estudos como bolsista, a minha caminhada dentro do movimento da Economia Solidária começou a ganhar força, por meio da participação em fóruns, conselhos, cursos, feiras e atividades que envolviam a mesma em suas mais diversas possibilidades. Durante o tempo como bolsista na Trilhas Incubadora Social Marista finalizei o projeto de pesquisa em qualidade de vida e iniciei outro com o objetivo de identificar a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as da Ecosol.

Por conseguinte, comecei meu trabalho como técnico na Trilhas Incubadora Social Marista, onde anteriormente tinha ocupado a posição de bolsista por 24 meses, esse trabalho consistiu em acompanhar/assessorar Empreendimentos Econômicos Solidários, fóruns e feiras de Ecosol na universidade, intercâmbios de saberes e diversas outras ações focadas na Economia Solidária. Além disso, também dei continuidade com a aproximação teórica da Ecosol, que possibilitou a correlação da temática com outras áreas do conhecimento e atuações, por exemplo, saúde, pessoas em situação de rua, juventude, LGBTTT, grupos que sofrem exclusão do mercado formal de trabalho e com Tecnologia.

Outro fato decorrente dos estudos sobre a Ecosol foi a associação da mesma com as ações que partilham de princípios e valores semelhantes, por exemplo, Juventude, Saúde Mental e Desenvolvimento Territorial. Conseqüentemente essas correlações possibilitaram o questionamento sobre o desenvolvimento e a apropriação de tecnologias pelo movimento da Ecosol, ou seja, os/as trabalhadores/as dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES tem se apropriado da tecnologia? Questão norteadora para essa Dissertação.

1.2 INTRODUÇÃO

Os estudos da Economia Solidária têm como um dos objetos de pesquisa os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), uma vez que esses se organizam em grupos de pessoas que se pautam nos princípios e valores do movimento de Economia Solidária (Ecosol) (Anexo A) resumidos na prática da autogestão, da cooperação, da solidariedade e do cuidado com o meio ambiente. Esses princípios e valores são vivenciados nos EES, sendo que a busca de uma gestão horizontal é um dos fatores essenciais, ou seja, a prática da autogestão no cotidiano.

Os EES têm como objetivo não exercer uma gestão hierárquica, porém, sabe-se que esse é um dos grandes desafios do movimento Ecosol, pois são encontrados grupos que não

cumprem com a proposta ou estão em processo de aprendizagem de como realizar a autogestão. Devido a isso, o movimento da Economia Solidária organiza formações que buscam fortalecer a prática dos princípios e valores da Ecosol, além de colaborar com os EES que ainda possuem dificuldade em vivenciar esses princípios.

A Economia Solidária tem sua origem baseada no movimento do cooperativismo que ocorreu na Europa como resposta à crise instaurada pelo capitalismo industrial¹, pois ao vender sua força de trabalho para o patrão, o trabalhador teve a perda de controle do processo produtivo, jornadas de trabalhos extensas, ambientes insalubres, além do empobrecimento no conhecimento das técnicas de trabalho pela divisão entre o pensar e o agir. (SINGER, 2012). Esse avanço do modo de produção capitalista ocasionou o surgimento de movimentos de trabalhadores organizados ou espontâneos de resistência aos modelos de concentração de riqueza e poder, os quais obtiveram conquistas relevantes na época, tais como: melhorias na qualidade de trabalho, carga horária pré-determinada, leis universais e assalariamento. Contudo, as conquistas não cessaram a luta dos operários, e em vez disso, deram continuidade na manutenção dos direitos e também para a aquisição de novos. (SINGER, 2012).

No período de crescimento do Capitalismo Industrial existiram industriais que buscavam alternativas para as consequências desse modelo produtivo, entre os quais Robert Owen - reformista social galês considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo. Foi um dos mais importantes socialistas utópicos ao lado de Fourier e de Saint-Simon - em 1817 apresentou uma proposta considerada inovadora para a época, de organização em aldeias cooperativas, cujo local seria cedido pelo governo e que abrigariam até 1.200 pessoas, as quais produziriam seu próprio sustento. (PITAGUARI; CÂMARA, 2015).

Singer (2012) pontua que Robert Owen tinha um raciocínio econômico impecável, tentava mostrar que as aldeias cooperativas poupariam economicamente e, dessa forma, os menos favorecidos economicamente seriam reinseridos à produção. Suas propostas continham mudança radical do sistema social, incluindo a abolição de fábricas capitalistas, fato esse que enfrentou sérias resistências pelas forças econômicas na segunda década do século XIX. Em consequência, viaja para os Estados Unidos da América – EUA, onde também não conseguiu aplicar com sucesso suas propostas.

¹ Capitalismo industrial foi à segunda fase do desenvolvimento do capitalismo. Teve início com a Primeira Revolução Industrial do século XVIII, avançando até o século XIX com a Segunda Revolução Industrial. (SINGER, 2012).

Owen decide então retornar à Inglaterra, lugar em que os simpatizantes de suas ideias iniciam um processo de criação das sociedades cooperativas em território nacional e, neste sentido, Robert Owen se engaja em dialogar com os sindicatos e começa a disseminar suas ideias. (PITAGUARI; CÂMARA, 2015). Segundo Singer (2012, p. 39), “Robert Owen, foi um dos grandes protagonistas dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX”, dessa forma, o cooperativismo se inspirou nos ideais propostos por Owen para o avanço no século seguinte, os quais foram fundamentais também para o movimento da Economia Solidária no Brasil.

Na América Latina no século XX, Singer (2012) descreve que o cenário mundial nos anos 70 gerou um impacto nos países Latinos Americanos com uma grande crise econômica. No Brasil, esse cenário possibilitou o surgimento de iniciativas independentes e movimentos de resistência, alguns pautados nos princípios do cooperativismo, por exemplo, os Empreendimentos Econômicos Solidários tem se multiplicado fortemente desde os anos 1980. (SINGER, 2012). Essas iniciativas que foram organizadas na forma de movimentos locais independentes ou ligadas a outros grupos sociais, as quais colaboraram para o crescimento da prática da Economia Solidária. (MAIA; CATIN; BRAGA FILHO, 2006).

A mobilização das Entidades de Apoio e Fomento a Ecosol² e dos grupos organizados pautados na Ecosol, culminou na constituição do movimento da Economia Solidária no Brasil, o qual iniciou sua articulação no ano de 2001³. Consequentemente, uma das maiores conquistas do movimento da Economia Solidária foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), fóruns estaduais, regionais e municipais, além da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego - SENAES/TEM. (FBES, 2017).

A SENAES, desde sua fundação em 2003, até 2016⁴ buscou desenvolver ações que contribuíssem diretamente para o movimento da Economia Solidária, entre elas: o desenvolvimento do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies)⁵ que foi o I

²Entidade de Apoio e fomento a Ecosol são instituições que fornecem apoio e assessoria à grande parte dos EES, com atuação tanto no meio rural quanto no meio urbano. Elas são estruturadas por organizações não governamentais (ONGs), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, instituições religiosas, entre outros. (SILVA, 2015)

³ Segundo FBES (2017), no ano de 2001 aconteceu o I Fórum Social Mundial (I FSM), onde se discutiu auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

⁴ Em 2016 a SENAES virou uma Subsecretaria após o *impeachment* da então Presidenta da República, Sra. Dilma Rousseff. (Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 agosto de 2016).

⁵ Segundo Silva (2010, p.8), a opção pela gestão participativa do Sies foi com a formação de 27 Equipes Gestoras Estaduais (EGE) com uma composição que envolveu o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio das Delegacias Regionais do Trabalho, as representações dos fóruns estaduais (entidades de apoio e

Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, uma parceria entre a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. (SILVA, 2010).

O principal objetivo do I mapeamento de Economia Solidária foi o de constituir uma base nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e contribuir para o avanço do movimento da Ecosol no Brasil. Esse mapeamento ocorreu “Entre 2005 e 2007, [e] foram identificados 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.934 municípios do Brasil (o que corresponde a 52% dos municípios brasileiros).” (SILVA, 2010, p. 9).

O II mapeamento enfrentou dificuldades para sua realização sendo uma delas o fato de a coleta de dados não acontecer de maneira simultânea nas várias regiões do Brasil, o que acarretou em problemas com as organizações parceiras e questões administrativas, atrasando a conclusão do mesmo. (SILVA; CARNEIRO, 2014). Desse mapeamento realizado entre 2009-2013 resultaram um total de 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários. (GAIGER, 2014).

Apesar da diferença no total de Empreendimentos Econômicos Solidários estruturados entre o I e o II mapeamento de Economia Solidária, não significou uma expressiva diminuição do número de pessoas no movimento nacional da Ecosol, pois foi identificada no I uma grande proporção de grupos informais e, no II os números de associações se sobrepõem. Diante disso, infere-se que as pessoas podem ter alterado a forma de organização e não precisamente deixaram a Economia Solidária.

Após o II mapeamento nacional de Economia Solidária não houve mais ações de mapeamento, porém ocorreu no ano de 2014 em nível nacional, a implantação do Cadastro Nacional de Empreendimento Econômico Solidário (CADSOL).

O CADSOL é uma plataforma *online* de auto adesão, onde o empreendimento preenche um formulário de cadastro no *site* e aguarda a certificação da comissão estadual. Após a certificação, os grupos que atendem aos critérios do CADSOL⁶ recebem a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário – DCSOL. (MTE, 2017). Em Setembro de 2017 o CADSOL registrou um total de 25.302 EES inseridos na plataforma, esse número contabiliza

empreendimentos), universidades e outros órgãos governamentais e movimentos sociais que atuam com economia solidária [envolveram mais de 600 pessoas).

⁶ Segundo MTE (2017) para se cadastrar no sistema, é necessário que o empreendimento se encaixe nos seguintes critérios, definidos a partir da Portaria MTE 1780/2014: Ser uma organização coletiva, formada por pessoas físicas ou formada por outros empreendimentos, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural; Exercer atividades de natureza econômica permanentes, ou ter esse objetivo, no caso de empreendimentos em formação; Ser uma organização autogestionária, onde os membros participam da gestão das atividades econômicas e da decisão sobre a partilha dos seus resultados, de forma democrática; Ser suprafamiliar, ou seja, ter entre os sócios mais de um núcleo familiar; Realizar reuniões ou assembleias periódicas para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento.

todas as situações⁷ em que o empreendimento econômico solidário pode ser incluído. Contabilizando apenas os grupos que se enquadram na situação de cadastrado o total de EES vai para 20.127.

Isto posto ressalta-se que a Rede Xique Xique de comercialização solidária de Mossoró no Rio Grande do Norte executou oficinas no Brasil que disseminavam as ações desenvolvidas, e compartilhavam as instruções normativas sobre o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL. Essas ações foram executadas pelo projeto da Secretária Nacional de Economia Solidária, que objetivou apoiar o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário no Brasil e fortalecer a identidade, os processos e as práticas de bases justas e solidárias. (CARTILHA..., 2015).

Inferese-se que as ações da rede Xique Xique reforçam a existência de mobilização dentro do movimento da Ecosol, quer seja por parte dos próprios EES ou do Poder Público e das Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária para que os trabalhadores e trabalhadoras da Ecosol continuem se cadastrando no CADSOL.

Silva (2010, p. 12), descreve que “Os dados revelados pelo Mapeamento da Economia Solidária indicam que está em constituição uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda”, já que a Ecosol apresenta-se como um modelo antagônico ao sistema capitalista e que tem como princípios a solidariedade, o trabalho coletivo, a cooperação e a prática da autogestão. (CARTA..., 2003).

Em paralelo ao movimento da Ecosol existe também o movimento da Tecnologia Social (TS), esse discute questões que perpassam a Ecosol, por exemplo, o trabalho coletivo, a inclusão das diversas camadas sociais, da solidariedade e do cuidado com o meio ambiente, além de também buscar a superação dos problemas cotidianos que afetam a população. (JESUS; COSTA, 2010). A TS, segundo Fernandes e Maciel (2010), está se tornando uma resposta possível para atender as demandas sociais e desenvolver uma política de ciência e tecnologia mais popular no país, já que “A TS vem sendo discutida no Brasil por diferentes atores sociais, tais como: organizações da sociedade civil, universidades, integrantes do governo e trabalhadores”. (FERNANDES; MACIEL, 2010, p. 9).

Segundo Jesus e Costa (2010, p. 20), na TS o desenvolvimento e a utilização de tecnologias devem estar voltadas para a Inclusão Social (IS), por isso, “homens e mulheres

⁷Segundo CADSOL (2017) o empreendimento pode se enquadrar nas seguintes situações: Enviado para análise; Em análise; Rejeitado pela comissão; Consulta Pública; Devolvido para correção; Cadastrado.

devem estar envolvidos em um constante processo de ação e reflexão, de modo que a interação entre indivíduos e tecnologia permita expressar ações que valorizem uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável”. No entanto, entende-se que há um grande desafio de superar a ideia da transferência de tecnologia para a IS, visto que a tecnologia predominante no século XXI é a tecnologia convencional ou capitalista, cujo objetivo principal consiste no lucro e maximização da produção. (DAGNINO, 2010).

Devido a isso, a concepção da TS muitas vezes não é vista como tecnologia, ou é considerado por muitos como algo simples e sem a devida importância para a sociedade, pois equiparam com ideia de que pequenas ações servem apenas para uma determinada situação, quando na verdade incluir é um paradigma de produção de conhecimento. Contrapondo-se a essa visão simples da Tecnologia Social, os autores Lassance Júnior e Pedreira (2004, p. 65) a conceituam como: “Conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida”.

Corroborando, Dagnino (2010) descreve que a TS é libertadora no que se refere ao esforço físico, questão financeira e criatividade; já que não é discriminatória, pois viabiliza economicamente a sociedade e é adaptada à realidade (social, econômica e política) dos indivíduos. Segundo Fernandes e Maciel (2010), um dos objetivos da TS é modificar a tendência vigente da tecnologia convencional, essa que será apresentada na sequência da pesquisa, mas para isso é necessário compreender a diversidade de aspectos que envolvem a construção de uma TS, tais como:

[...] a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos. (FERNANDES; MACIEL, 2010, p. 09-10).

Além da diversidade no processo de construção de uma TS é importante ressaltar que não existe consenso em relação à definição da Tecnologia Social no Brasil. Neste sentido, essa pesquisa apresentará três definições baseadas nos seguintes autores/entidades, a saber: do Instituto de Tecnologia Social (2004), de Dagnino (2010) e da Rede de Tecnologia Social (2010). Salienta-se que cada qual contém suas peculiaridades, e não são os únicos conceitos existentes, porém optou-se em abordar por serem os mais citados em pesquisas.

Ademais, também será descrito sobre o Cirandas.net, que é uma tecnologia que está sendo utilizada pelo movimento da Ecosol no Brasil. Essa tecnologia, surge da necessidade de se ter um sistema de informação que seja organizado a partir dos princípios e valores do referido movimento e que transmita a ideia de que quanto mais descentralizadas as informações, mais vantajoso será para as pessoas.

A ideia de descentralização é um dos principais pressupostos que colaboram com a criação do Cirandas.net, e que se identifica como a comunidade virtual da Economia Solidária. O Cirandas.net é fruto de uma iniciativa do FBES que objetivava desenvolver ação de inclusão digital para os Empreendimentos Econômicos Solidários. Posto que o objetivo do Cirandas.net é oferecer uma ferramenta na internet que promova a articulação econômica, social e política dos vários atores da Ecosol. (CIRANDAS. NET, 2018).

Na plataforma, cada usuário/a pode ter sua página pessoal ou do EES e esses/as recebem a permissão de se conectar em diversas comunidades virtuais, onde se partilham conhecimentos e práticas da Economia Solidária. (BANCO DO BRASIL, 2016). No movimento da Economia Solidária o Cirandas.net se apresenta como uma ferramenta que oportuniza a vivência *online* dos princípios da Ecosol e um elo entre o movimento e a Tecnologia.

Os aspectos metodológicos dessa pesquisa iniciaram-se em abril de 2016, quando o autor começou a participação nas discussões do grupo de estudos em Economia Solidária e Tecnologia Social da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Logo, utilizou-se como parte da metodologia a pesquisa bibliográfica, que pode ser efetuada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica realizada se propôs a contribuir na produção do conhecimento, explorando e aprofundando o tema pesquisado.

A busca de Artigos, Teses e Dissertações iniciou com a busca de materiais que continham em seu título a palavra “Tecnologia Social”. Diante disso, utilizou-se dos seguintes filtros para a pesquisa: Artigos/teses e dissertações, período datado de 2010 a 2017; em português; palavras-chaves e/ou título o termo "tecnologia social". Além de Artigos/Teses e

Dissertações das seguintes bases de dados: *Scielo*, Revista *Outra Economia*, Base de dados da Capes, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Universidade de Brasília - UNB e Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Ressalta-se que as bases de dados selecionadas são as que minimamente têm uma aproximação prática com a Economia Solidária e/ou a Tecnologia Social.

Resultaram da pesquisa bibliográfica um total de 34 artigos, teses e dissertações. Desses, identificou-se que 27 continham a palavra Tecnologia Social no título e dez nos resumos e/ou palavras chave. No período de 2012 a 2014 foram registrados 18 artigos, Teses e Dissertações que retratavam a Tecnologia Social. Também se percebeu que a Universidade Federal da Bahia continha o maior acervo de estudos, com quatro dissertações e teses, seguidas pela Unicamp e UNB com três.

No material levantado observou-se que o conceito de Tecnologia Social não dialogou com a Economia Solidária, pois apenas em um artigo essa associação foi demonstrada. Desta forma, infere-se que é necessário que o movimento da Economia Solidária amplie o diálogo com a Tecnologia Social, já que pouco é correlacionado entre ambas as áreas, conforme apontado no material pesquisado⁸.

Outro aspecto identificado nas pesquisas foi que a maioria dos materiais que relacionam essas duas temáticas estão disponíveis em livros, anais de congressos ou em materiais de divulgação de Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária. Sendo assim, é possível deduzir que pesquisadores e entidades de apoio e fomento a Economia Solidária tem se apropriado das temáticas, no entanto, esse assunto é discutido e socializado apenas entre os interessados no mesmo, ou seja, grupos de pessoas que são vinculados ao movimento de Economia Solidária.

A Economia Solidária e a Tecnologia Social têm sido consideradas na atualidade como temas relevantes para contrapor ao modelo econômico predominante na sociedade do século XXI, no entanto identifica-se que pouco tem se produzido academicamente no que tange ao diálogo destas duas áreas. Corroborando, Silva (2015) descreve que nas bases de dados tem percebido poucos materiais que citam a Tecnologia Social e a Economia Solidária de forma integrada.

⁸ Ressalta-se que a busca foi realizada pela relação da Tecnologia Social com a Ecosol, no entanto infere-se que se a busca fosse realizada por materiais da Ecosol os quais citem a Tecnologia Social o resultado poderia ser diferente.

Com a aproximação teórica do campo da Tecnologia Social e da Ecosol foi questionado se a tecnologia do Cirandas.net pode ser considerada uma Tecnologia Social. E, se os Empreendimentos Econômicos Solidários cadastrados no Cirandas.net fazem o uso do mesmo e, se sim, qual o objetivo do Empreendimento Econômico Solidário no Cirandas.net? Diante dessas indagações, a dissertação teve como objetivo geral compreender como se dá a apropriação dos/as trabalhadores/as dos Empreendimentos de Economia Solidária pelo Cirandas.net, para isso apoiou-se nos seguintes objetivo geral e específicos:

- Levantar o histórico da elaboração da Plataforma Cirandas.net;
- Identificar quais são os Empreendimentos Econômicos Solidários que utilizam o Cirandas.net;
- Identificar os diferentes usos que os/as trabalhadores/as dos Empreendimentos de Economia Solidária fazem do Cirandas.net;
- Compreender como os/as trabalhadores/as dos Empreendimentos de Ecosol se apropriam da Plataforma do Cirandas.net;
- Analisar se os princípios da Tecnologia Social convergem ou divergem dos princípios da Economia Solidária.

Diante dos objetivos supracitados, esse trabalho configura-se como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, já que busca analisar a apropriação dos/as trabalhadores/as dos Empreendimentos de Economia Solidária pelo Cirandas.net, a partir de dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas *online*. A abordagem qualitativa possibilita a coleta e a análise de informações que se originam da realidade da população investigada, neste caso, as pessoas que trabalham nos Empreendimentos Econômicos Solidários. (GIL, 1991).

A pesquisa descritiva tem como objetivo principal apontar e descrever, sem interferências pessoais do pesquisador, as características ou fenômenos da população selecionada para o estudo, além disso, permite estabelecer relações entre as variáveis selecionadas neste cenário, a Economia Solidária, Tecnologia Social e o Cirandas.net. (GIL, 1999).

Diante do objetivo de identificar quais são os EES que utilizam o Cirandas.net, observou-se, segundo os dados disponíveis na plataforma em 2017 que a mesma conta com mais de 21 mil sites de Empreendimentos Econômicos Solidários, 14 mil usuários e 830 Empreendimentos Econômicos Solidários cadastrados. Após identificar o montante de EES que utilizam a plataforma do Cirandas.net, foi feita uma divisão temática e temporal para que

pudessem ser selecionado os EES para as entrevistas, a saber: foi realizada uma pesquisa na aba de buscas no Cirandas.net, de notícias que faziam menção de EES, e que estavam utilizando o Cirandas.net ou o aplicativo no *Facebook*.

Consequentemente, resultou dessa pesquisa cinco notícias⁹ que se enquadram em um período de três anos¹⁰ e juntas totalizam 244 EES cadastrados no Cirandas.net. Diante desse total selecionaram-se os EES que se enquadrassem nos seguintes critérios:

1. Ter sido noticiado em algumas das notícias pré-selecionadas pelo pesquisador ou ter sido indicado pelos administradores da plataforma como um dos grupos que utilizam o *site* do Cirandas.net;
2. Ser um Empreendimento Econômico Solidário;
3. Ter produtos disponíveis para comercialização no *site* da plataforma;
4. Ter os dados de contato disponíveis na página do EES;
5. Ter no mínimo um EES representante de cada região do país.

Após a análise dos critérios de seleção chegou a um total de 34 grupos, e ressalta-se que todas as regiões do país foram representadas com no mínimo um EES. Posteriormente, os Empreendimentos Econômicos Solidários foram subdivididos da seguinte maneira: três da região Norte, sete do Nordeste, dois do Centro-Oeste, nove do Sudeste e 13 do Sul. Além dos EES, também foram entrevistados dois representantes da Gestão Técnica do Cirandas.net, já que ambos participaram da construção do Cirandas.net.

Contudo foram obtidas 25 respostas dos convites enviados, o que equivale a 74% dos Empreendimentos Econômicos Solidários mapeados inicialmente nessa pesquisa. O primeiro contato com a população selecionada na pesquisa teve como objetivo a apresentação da proposta do estudo e a realização do convite para participar da entrevista e ser representado por uma pessoa que integrasse o EES.

O segundo contato, propôs agendar um dia e horário com a pessoa que iria representar o EES ou o Gestor Técnico do Cirandas.net. E, no dia da entrevista foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o Termo De Consentimento de Uso de Voz e Imagem (Anexo D e E) ao candidato/a à entrevista, esses documentos tinham como objetivo explicar o teor da pesquisa, salientar sobre o sigilo da

⁹1º Empreendimentos indicados pelos fóruns já têm seu site no Cirandas (2013); 2º Cirandas: *site* de empreendimentos com visual bacana e produtos do comércio justo (2015); 3º Cirandas.net: somos mais de 10mil na rede da Economia Solidária! (2015); 4º Empreendimentos e pessoas usuárias do app #cirandasnoface (2015); 5º Assessoria para empreendimentos terem site no Cirandas.net (2016). Disponível em: < <http://cirandas.net>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

¹⁰ Período de 2013 até 2016.

mesma e alertar para a possibilidade de desistência da referida pesquisa a qualquer tempo por parte do entrevistado, além do pesquisador solicitar autorização para gravar as respostas concedidas.

Diante das 25 respostas obtidas, nove não aceitaram participar da pesquisa, todavia, alguns justificaram o motivo, sendo esses: o de não fazer mais o uso do Cirandas.net ou que não teriam tempo e nem pessoas disponíveis para agendar uma entrevista. Por fim, a pesquisa foi realizada com 15 Trabalhadores/as de Empreendimentos Econômicos Solidários e dois Gestores Técnicos do Cirandas.net.

Destaca-se que a entrevista é uma técnica, qual tem como objetivo a coleta de dados sobre um determinado tema científico, sendo a mais utilizada no processo de trabalho de campo. Como parte estratégica da dissertação, optou-se nessa pesquisa a entrevista semiestruturada que segundo Boni e Quaresma (2005) possibilita a combinação de perguntas abertas e fechadas, em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. De acordo com os autores:

O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida junto aos/as trabalhadores/as dos EES que estão cadastrados no Cirandas.net, que é o portal oficial da Economia Solidária e foi desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária em parceria com outros atores. Além disso, é a rede social da Economia Solidária do Brasil, pois os/as trabalhadores/as dos EES podem criar a sua própria página e um *site*, onde comercializam, detalham a composição de preço, compartilham a logística da entrega do produto, compram matéria prima e fortalecem o movimento da Economia Solidária no território nacional, já que a plataforma disponibiliza informações e notícias sobre a Ecosol.

Deste modo, a fundamentação teórica iniciará com algumas reflexões sobre a Exclusão Social e baseou-se em Milton Santos (1988), Wanderley (2008) e Sawaia (2008), e continuará com a descrição sobre o que é a Economia Solidária ressaltando que se trata de uma proposta antagônica ao modelo socioeconômico capitalista e que se baseia,

principalmente, na autogestão, cooperação e na solidariedade. Para isso, se embasou nos seguintes autores: Iaskio (2007), Gadotti (2009), Nascimento (2011) e Singer (2012).

Posteriormente discorrerá sobre a construção do movimento político da Ecosol no Brasil, também serão contextualizados nesse capítulo os aspectos que fortaleceram a Ecosol no país, por exemplo, as conferências, as plenárias e outras conquistas do movimento. Acredita-se que entender o desenvolvimento político da Economia Solidária no Brasil é relevante para a compreensão dos objetivos dessa pesquisa e, para isso, utilizaremos os seguintes autores: Singer (2014), Lechat (2002) e Gaiger (2014).

Na sequência, será explicado o perfil do/a trabalhador/a da Economia Solidária no Brasil, de acordo com o II Mapeamento Nacional da Economia Solidária. (Gaiger, 2014). Esse mapeamento aconteceu entre 2009-2013 e nos mostrou uma visão mais ampla sobre a realidade dos/as trabalhadores/as da Economia Solidária no país, além disso, nos possibilita fazer uma análise junto com os grupos que foram entrevistados na presente pesquisa.

O tópico do Modelo Clássico das Relações entre a Ciência e a Tecnologia com a Sociedade aos Estudos Sociais da Ciência, Tecnologia, apresentou a constituição deste campo de estudos e suas correntes. Empregou, para isso, os autores Dagnino; Thomas; Davyt, (1996), Garcia; López; Luján (1996), Bazzo; Linsinger; Pereira, (2003) e Kreimer (2007). Na sucessão, Ciência, Tecnologia e Sociedade na América Latina com os seguintes autores: Dagnino; Thomas; Davyt (1996); Bazzo; Linsinger; Pereira (2003); Kreimer e Thomas (2009); Kreimer (2007); Lückemeyer e Casagrande Junior (2010).

A Tecnologia e a Sociedade em seus mais diversos aspectos, por exemplo, a descrição da técnica, da tecnologia e os avanços nessa área, estão embasados nos autores Gama (1986), Bazzo; Linsinger; Pereira (2003), Pinto (2005), Dagnino (2010), Feenberg (2010), Henriques; Nepomuceno; Alvear (2015). Na sequência, discutirá o movimento da Tecnologia Social no Brasil, baseado nas seguintes referências: Dagnino; Brandão; Novaes (2004), RTS (2010), Silva (2015), Henriques, Nepomuceno; Alvear (2015), ITS (2017), bem como as definições de Tecnologia Social em: RTS (2004), Dagnino (2011), ITS (2017) e com as contribuições de Jesus e Costa (2010); Fernandes e Maciel (2010) e Silva (2015).

O Capítulo três descreve que o Cirandas.net é uma plataforma da Economia Solidária e como ocorreu o processo de construção. O capítulo quatro discorre sobre a apresentação dos resultados da pesquisa. Já o capítulo cinco refere-se à análise dos dados da pesquisa.

O último capítulo contempla as considerações finais obtidas por meio da análise das entrevistas e da bibliografia, em articulação com os objetivos propostos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão conceitual para esta pesquisa envolve uma revisão da literatura sobre a Economia Solidária no Brasil e a Tecnologia Social, a qual está sendo representada pela plataforma do Cirandas.net. Inicialmente serão feitas as observações sobre Exclusão Social/Solidariedade, Economia Solidária, Ciência, Tecnologia e Sociedade, bem como as concepções de Tecnologia Social.

2.1 EXCLUSÃO SOCIAL

O século XXI é marcado nas mais diversas esferas sociais com experiências de discriminação, exclusão social, discursos de ódio e uma expansiva disseminação da cultura individualista, sendo essa imposta pelo modelo capitalista. A consequência é que muitas pessoas começam a desacreditar de uma sociedade mais justa e solidária. Contrapondo essa visão individualista há também as pessoas que vão a contramão aos discursos de ódio presente, e que lutam todos os dias por uma sociedade mais justa, solidária, inclusiva e pautada nos Direitos Humanos.

Todas essas ações inerentes do modelo econômico atual fazem com que as pessoas desacreditem de uma sociedade alternativa. Essas ações estão evidenciando os aspectos da exclusão social, por exemplo, privilégios econômicos, discriminações e, segundo Wanderley (2008), devem ser entendidos como um conceito amplo e que se faz presente em diversas esferas da sociedade, sendo muitas vezes concebidos somente como a exclusão de pessoas desprovidas de dinheiro. Entretanto, entende-se que os excluídos são também os desprovidos em aspectos geográficos, materiais, físicos, culturais entre outros.

Por conseguinte, é importante entender que a liquidez na sociedade pode causar rompimentos que geram a exclusão social dos sujeitos, apesar disso, Sawaia (2008) reforça que a sociedade em si exclui para que possa incluir, ou seja, podemos visualizar a inclusão como um aspecto ilusório, já que as pessoas normalmente estão inseridas em algum lugar ou grupo, porém essa inclusão não é positiva ou digna para o sujeito. Olhar para a inclusão com a ideia de que é algo positivo para o sujeito, pode ocasionar algumas consequências desagradáveis para o indivíduo, que supostamente estaria sendo integrado em algo.

Um aspecto importante para trabalhar a inclusão é a compreensão dos vínculos, pois se entende que eles são fundamentais para o sujeito se sentir pertencente a algo. Gaiger (2014, p. 66) descreve que “sentimentos e compromissos baseados em vínculos ultrapassam a orbitadas relações interpessoais e adentram horizontes mais amplos e que se age coletivamente e se delibera sobre o bem comum”, ou seja, a inclusão não é simplesmente inserir alguém, e sim uma questão mais complexa e ampla que perpassa a subjetividade do indivíduo.

Voltando-se para a exclusão social, é importante entender que às vezes para a subjetividade de uma pessoa, tal sujeito pode estar sendo excluído, porém só o que pode determinar se há exclusão, são os vínculos e outras condições que fazem com que o indivíduo se sinta pertencente à àquele local. Diante disso, o que deve ser trabalhado não é a inclusão, mas o desenvolvimento daquele território, conforme descrito por Milton Santos (1988, p.14) quando chamou essa transformação do território em metamorfose do espaço habitado:

A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência.

Logo, a exclusão pode ser entendida segundo Sawaia (2008, p.8) “como descompromisso político com o sofrimento do outro” e não com a ideia de mover o sujeito para incluí-lo em algum lugar. Além disso, Wanderley (2008) reforça que a compreensão da exclusão social é muito vasta, e ainda ressalta que não se deve fazer da pobreza sinônimo de exclusão, pois envolve muitos aspectos como, por exemplo, as questões de desigualdade social, identidade e estigma.

No entanto, também se encontram no século XXI ações que trazem para o sujeito a possibilidade de vivenciar aspectos mais solidários, e uma dessas possibilidades é a Economia Solidária, visto que resgata como em uma linha condutora a solidariedade e o coletivo no seu desenvolvimento.

Infere-se que o capitalismo tem se apropriado de imagens para incentivar as pessoas para o consumismo, ou seja, vendem uma idealização de algo e que conseqüentemente a sociedade se espelha, deixando de lado o seu ser para buscar uma idealização, por exemplo, o que é transmitido nas televisões. Já a Ecosol se apresenta de maneira oposta ao modelo predominante que defende o individualismo, o consumismo e a exclusão. Com o objetivo de

apresentar os princípios da Economia Solidária, que são opostos ao capitalismo, será descrito no próximo tópico o desenvolvimento da Economia Solidária e os seus laços Solidários.

2.2 O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA AFINAL?

O cenário socioeconômico e cultural nas décadas de 80 a 90, por conta de uma ampla e profunda crise econômica, favoreceu inúmeros embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego, cooperando para o surgimento de uma proposta de modelo de desenvolvimento alternativo de trabalho e vida. (IASKIO, 2007). O objetivo desse modelo é o de atender as necessidades humanas, atentando-se para o ser humano na sua integralidade, conforme os princípios da Economia Solidária. (SINGER, 2012).

Para Nascimento (2011, p. 91), a Ecosol é “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna que promove a justiça econômica e equidade de gênero, seja no campo ou na cidade”, enquanto a autogestão é “um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção” (p.92). Por sua vez, Lechat (2002) descreve que os/as trabalhadores/as da Ecosol se reúnem, porém não são todos que se conhecem e praticam a autogestão com os seus semelhantes, já que cada trabalhador está em um nível de conhecimento sobre a Ecosol, além disso, cada trabalhador/a integra o grupo em prol de um objetivo e não somente pelos princípios.

Então, entende-se a Economia Solidária como uma proposta de sociedade pautada em novos modelos de organização que valorize: a educação popular, o respeito pela cultura local, a luta pela igualdade, o comércio justo, a solidariedade, a cooperação, o cuidado com a natureza, o respeito pelas diferenças de gênero, a distribuição de riquezas, a soberania alimentar diferentemente do encontrado no modelo capitalista. (GADOTTI, 2009). Porém, para que para isso ocorra, existem alguns desafios que devem ser superados, por exemplo, a Ecosol não se sustenta somente com os princípios ou com projetos de políticas públicas, mas sim com a execução de ações e a articulação de uma rede forte, que muitas vezes é falha, contudo a articulação dessa rede e das formações que possibilitam a concretização dos princípios e valores do movimento no dia a dia.

Singer (2012) ressalta que se a Economia Solidária se apresentar somente como uma resposta às contradições do Capitalismo, seu desenvolvimento será desacelerado e se

cumprirá a ideia de ser uma forma complementar ao Capitalismo. Porém, para, além disso, é possível distinguir a Ecosol como um modelo de desenvolvimento econômico que englobe todos os sujeitos em seu processo, isto é, oferecer para as pessoas uma vida melhor, no sentido de melhorar relacionamentos, e para o mercado ofertar produtos ou serviços com melhor qualidade e preço. Por fim, faz-se necessário compreender que a Ecosol foi concebida pautada em princípios e valores, que deveriam ser vivenciados na sociedade como um todo. (SINGER, 2012).

Essa conceituação da Ecosol recebe forte crítica, já que afirma ser impossível se contrapor ao Capitalismo coexistindo com ele, pois quase todas as demandas para o movimento da Ecosol servem para suprir as necessidades pendentes do mercado capitalista. (SILVA; CARNEIRO, 2014). Segundo Benini e Figueiredo Neto (2007), é praticamente improvável construir um germe das propostas da Ecosol dentro de um modelo predominante, essas propostas não resistem ao contexto maior que é baseado em outros valores e princípios.

Guérin (2005), reconhece que a Economia Solidária precisa buscar em suas mais diversas áreas um apoio do Estado, pois assim se afasta da possibilidade de se tornar um subterfúgio capitalista, ou seja, o reconhecimento do estado é uma das possibilidades para evitar que a Ecosol abandone os seus princípios e valores. O autor também relata que a Ecosol não tem como desejo substituir o mercado e o Estado, entretanto age baseada na concepção de superar os modelos econômicos predominantes.

Um aspecto importante para os defensores da Economia Solidária é que ela deveria ser praticada por trabalhadores/as de todas as camadas sociais, porém, conforme já exposto, a faixa da população mais excluída ou que vive em situação de vulnerabilidade social tem sido o público alvo da maioria das políticas públicas da Economia Solidária. Tais trabalhadores/as se organizam de maneira coletiva, gerindo o seu próprio trabalho e lutando pela emancipação em milhares de Empreendimentos Econômicos Solidários. (CIRANDAS.NET, 2017). Diante disso, a Economia Solidária se apresenta sob diversas iniciativas, sempre baseada nos princípios da mesma, tais como: projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais,

garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental. (CIRANDAS.NET, 2017)¹¹.

No que se refere à geração de trabalho e renda, a ES sustenta-se em formas plurais de trabalho, uma vez que as origens históricas ressaltam que a mesma se mostra como uma resposta à crise do trabalho e que é fruto de vários sujeitos e grupos, que buscam uma alternativa de geração de trabalho e renda para a classe trabalhadora. (PEDRINI; OLIVEIRA, 2007, p.115).

A III Plenária Nacional de Economia Solidária definiu a Ecosol, segundo a carta de princípios do movimento de Economia Solidária (2003, p. 2) é:

[...] a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária¹² define que a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto, na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na Economia Solidária os próprios trabalhadores também são donos. Nesse contexto, as tomadas de decisões são feitas pelos trabalhadores, no que diz respeito às questões de como gerir o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados. (SENAES, 2015).

Ademais, salienta-se que todas as iniciativas têm como princípios básicos a utilização da propriedade coletiva e o direito à liberdade individual, sendo que a “aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (SINGER, 2012, p.16). Desse modo, Nascimento (2011) ressalta que não deveria existir Ecosol sem autogestão e vice e versa, pois a origem da Ecosol é a retomada dos princípios do movimento operário¹³, ou seja, as tornam se não sinônimas, no mínimo conceitos que não existem separadamente, porém encontra na realidade grupos que se ausentam dessa tarefa, por exemplo, a prática da autogestão no dia a dia.

Conforme destaca a Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (2007), a Economia Solidária é pautada em diversos princípios, a saber:

¹¹ Disponível em: <<http://cirandas.net/>>. Acesso em: 13 jul. 2001.

¹² Desde 2016 virou Subsecretaria.

¹³ Segundo Nascimento (2011, p.91) os princípios do movimento operário são: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral etc.

1. Autogestão: os/as trabalhadores/as não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;

2. Democracia: a Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;

3. Cooperação: em vez de forçar a competição, convida-se o/a trabalhador/a a se unir a/ao trabalhador/a, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente mais trapaceiro, corruptor e/ou corrupto;

4. Centralidade do Ser Humano: as pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;

5. Valorização da Diversidade - reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, raça/etnia ou orientação sexual;

6. Emancipação: contribuições para conquistas de bens materiais e simbólicos dos sujeitos, os quais desenvolvendo estratégias à economia de mercado emancipam-se e libertam-se;

7. Valorização do Saber Local: respeito aos saberes locais, considerados em sua totalidade e como integrantes da cultura e tecnologia popular;

8. Valorização da Aprendizagem: respeito aos processos de construção das mudanças necessárias às práticas solidárias por meio da formação continuada e permanente;

9. Justiça Social na Produção: comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver coletivo e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana;

10. Cuidado com o Meio Ambiente: é a responsabilidade com as gerações futuras.

A Economia Solidária traz consigo duas outras dimensões, além da geração de trabalho e renda: a cultural e a política. A cultura transmite valores à vida das pessoas que optam viver de acordo com os princípios, já que a Economia Solidária, também é uma forma das pessoas se relacionarem com o mundo e de se preocuparem com os meios de trabalho e de consumo. Já o político, no que se refere ao movimento, traz consigo ideais que exigem de seus praticantes um posicionamento diante das injustiças, das explorações e opressões do

cotidiano, oferece espaços em que são discutidos de maneira democrática e com pensamento crítico e reflexivo. (RIBEIRO, 2016).

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO POLÍTICO

Segundo Singer (2014), Secretário Nacional de Economia Solidária entre os anos de 2003 a 2016, perpassando os Governos Presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, a Economia Solidária ressurgiu no Brasil nas décadas de 80 a 90 por conta de uma ampla e profunda crise econômica e social deflagrada pela Crise do Petróleo de 1974 e de 1979.

Esta crise fez aumentar o preço do barril de petróleo no mercado mundial chegando a quintuplicar o seu valor, especialmente nos países que não eram autossuficientes em sua produção, como foi o caso do Brasil. “Esses países tiveram que se endividar para pagar pelo petróleo que não podiam deixar de importar.” (SINGER, 2014, p. 11).

Como consequência, houve uma grave crise econômica que acarretou alto índice de desemprego trazendo insegurança para a maior parte da sociedade brasileira, especialmente para a população menos favorecida economicamente. Milhares de pessoas ficaram a margem do mercado formal de trabalho sendo consideradas desempregados/as de longo prazo, apresentando como principais características a baixa escolaridade, baixa ou nenhuma qualificação profissional, faixa etária acima de 40 anos, com poucas perspectivas de recolocação profissional.

Por conta desta problemática, na década de 1980, a Cáritas do Brasil¹⁴, por meio dos Projetos Alternativos Comunitários - PACs iniciaram um intenso trabalho de mobilização com o objetivo de gerar trabalho e renda de forma associativista dos/as trabalhadores/as (moradores das periferias urbanas, dos/as trabalhadores/as rurais expulsos do campo) com o objetivo de produzir bens e serviços de primeira necessidade. (SINGER, 2014; PITAGUARI, 2010).

Já Wellen (2012), combate a afirmação de que a Economia Solidária é um projeto de resistência dos trabalhadores em relação ao Capitalismo, por se basear na pesquisa realizada pela própria SENAES, I Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, onde se percebeu que

¹⁴Entidade Religiosa Católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

os três principais motivos para criação dos EES seriam: uma alternativa ao desemprego, seguido de fonte complementar de renda para os trabalhadores e por último, por obter maiores ganhos quando organizado em um empreendimento associativo. Tal pesquisa se contrapõe ao fato de ser uma resistência dos trabalhadores, e que isto se tornou uma falácia entre vários representantes da Ecosol no país.

Outro autor que rebate o aspecto da Economia Solidária como uma resistência é Benini (2004), quando descreve que dentro da Ecosol os grupos reproduzem diversos valores do mercado Capitalista, por exemplo, valores que são teoricamente repugnados pelo movimento da Ecosol. O autor ainda descreve que é fácil encontrar empreendimentos que reproduzem a hierarquia, a precarização do trabalho, extensas jornadas de trabalho que prejudicam a qualidade de vida dos trabalhadores que teoricamente lutam contra esses aspectos.

O movimento da Ecosol tem sido alvo de críticas e mesmo assim continuou se desenvolvendo e ganhando força, neste sentido, surgiram inúmeras Entidades de Apoio e de Fomento a Economia Solidária originárias destes movimentos de resistência, os quais se identificaram com os processos de organização de/as trabalhadores/as coletivos e autogestionários propostos pelo cooperativismo e pela Economia Solidária, tendo seus trabalhos redirecionados, como foi o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1986, integrante do programa do Projeto Alternativo Comunitário, a primeira universidade a conceber uma incubadora de Economia Solidária. (LECHAT, 2002). Em 1998, formou-se a Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPS¹⁵ (SILVA, 2015) composta, inicialmente, pelas universidades: Federal do Rio de Janeiro, Federal do Ceará, Universidade de São Paulo, Federal Rural de Pernambuco, Federal do Paraná e Estadual da Bahia. (CRUZ *et al*, 2011). Segundo Silva (2017), em agosto de 2017 a Rede era composta por 67 universidades, conforme o cadastro da rede de ITCPS.

Além disso, como foi o caso da criação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão¹⁶ – Anteag. Em se tratando da Anteag, Lechat (2002) ressalta a importância da mesma para o desenvolvimento da Economia Solidária no país, já que, foi durante os encontros da associação que o movimento conseguiu ganhar espaço e se fortalecer,

¹⁵A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares tem como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e auto-Gestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária (Cirandas, 2017).

¹⁶“ANTEAG- Nasceu a partir de uma experiência em Franca - SP (1991) quando uma empresa produtora de calçados foi à falência. Com uma ação ousada e criativa, os trabalhadores, em conjunto com o Sindicato da categoria articularam a experiência autogestionária reabrindo a empresa, reiniciando a produção e recuperando 450 postos de trabalho”. (LECHAT, 2002, p.11).

além de ter lançado o conceito de Economia da solidariedade e a primeira proposta de Economia Solidária, uma alternativa para a crise econômica que ocorria no país, apresentada por Paul Singer. (LECHAT, 2002).

Posteriormente, no final do século XX, observou-se que houve um crescimento das Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária no Brasil e do número de Empreendimentos Econômicos Solidários (vide Tabela 1). Percebe-se que muitas das entidades que se aproximaram do movimento da Economia Solidária tiveram o interesse de se beneficiar economicamente com os possíveis projetos.

Tabela 1 - Empreendimentos criados, por triênios após 1986

Triênio de início do EES	Número de EES	Percentual Acumulado
Até 1986	869	4,4%
1987-1989	595	7,5%
1990-1992	832	11,7%
1993-1995	1.435	19%
1996-1998	2.228	30,3%
1999-2001	3.110	46,2%
2002-2004	3.496	64%
2005-2007	3.798	83,3%
2008-2010	2.954	98,3%
2011-2013	327	100%
Total	19.644	100%

Fonte: GAIGER (2014, p. 97).

A Tabela 1 mostra que houve um aumento de iniciativas de Ecosol no Brasil coincidindo com a crise econômica do final da década de 1980, porém com um aumento significativo a partir da instalação da SENAES em 2003, com incentivo de políticas públicas. Segundo Singer (2012), os Empreendimentos Econômicos Solidários se multiplicaram fortemente desde os anos 1980 no país, período em que o Brasil esteve marcado por um contexto sociopolítico conturbado, onde ocorreu o êxodo rural, as grandes greves, a precarização do trabalho, a redução dos postos de empregos formais, as mobilizações populares, o fortalecimento dos movimentos sociais, a criação de organizações não governamentais, entre outros. (RIBEIRO, 2016).

Em 2001, realizou-se a Oficina de “Economia Popular Solidária e Autogestão” durante o I Fórum Social Mundial¹⁷ (I FSM), em que o objetivo foi o debate acerca da auto-

¹⁷ O I Fórum Social Mundial (I FSM), contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre.

organização dos/as trabalhadores/as, das políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. (FBES, 2017).

Essa Oficina contou com a participação de 1.500 pessoas e resultou na criação do grupo de trabalho (GT) de Economia Solidária composto por diversas redes de organizações populares, urbanos e rurais, representantes governamentais, igrejas, estudantes, bases sindicais, Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária e cidadãos da sociedade civil (FBES, 2017), formadas pelas seguintes entidades:

Redes de informação e vínculo às redes internacionais, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (Anteag); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred). (FBES, 2017).

Ressalta-se que foi a partir desse GT que se propôs a constituição de um fórum em dimensão nacional, realização de plenárias, elaboração da Carta de Princípios da Economia Solidária (Anexo A) e a construção da carta em 2002, direcionada ao governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito no mesmo ano. A carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” foi elaborada na I Plenária Brasileira de Economia Solidária¹⁸, a qual apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. (FBES, 2017).

No ano de 2003, foi então criada a referida Secretaria¹⁹ e em junho, do mesmo ano, realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária²⁰. A plenária impulsionou a criação da carta de princípios e da plataforma de lutas do movimento, além de criar a descrição do funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a criação dos fóruns estaduais e regionais. (FBES, 2017).

¹⁸ Foi realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002 e contou com a participação de mais de 200 pessoas (FBES, 2017, *ONLINE*).

¹⁹ A SENAES foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei 10.683, de 28/05/2003 e instalada pelo Decreto 4769 de 24/06/2003 fruto da proposição da sociedade civil. Teve como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio e fomento a Economia Solidária no Brasil visando a geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. <<http://www.economiaviva.com.br/?q=node/16>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

²⁰ A III plenária mobilizou 17 estados brasileiros e envolveu 900 pessoas de diversas partes do país (FBES, 2017, *ONLINE*).

A partir da formação do FBES e dos fóruns estaduais e regionais, ocorreu em 2004 o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária²¹ com trabalhadores/as de todos os estados. Posteriormente, no ano de 2006 realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) sendo discutidas as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Ecosol e as propostas de políticas públicas em diversas áreas como: marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação e comunicação. Como consequência da I conferência, oficializou-se a constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária:

Composto por 56 membros, 13 ministérios do governo federal, 3 bancos públicos, representações do fórum de secretários do trabalho dos governos de estado e da rede de gestores de políticas públicas municipais, representantes de empreendimentos econômicos solidários, e de entidades de apoio e fomento que atuam com Economia Solidária. (CARTILHA FBES, 2010, p. 20).

Nesse ínterim, a Economia Solidária se fortalece no país e, em 2008, ocorreu a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, composta por representações de três grandes categorias: a de Representantes de/as trabalhadores/as de Empreendimentos Econômicos Solidários, a de Entidades e redes nacionais de assessoramento, pesquisa e fomento e a de Gestores de políticas públicas²². As plenárias realizadas até o ano de 2010 provocaram a organização do movimento de Economia Solidária em 120 fóruns microrregionais e 27 fóruns estaduais. (CARTILHA FBES, 2010).

Diante dessa estruturação do movimento, o mesmo encaminhou-se para a V Plenária Nacional de Economia Solidária²³ intitulada: “Economia Solidária: Bem Viver, Cooperação e Autogestão para um Desenvolvimento Justo e Sustentável”, essa se organizou de forma democrática e inclusiva, ademais, nessa plenária o debate se aprofundou nas seguintes temáticas:

A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os. A Economia Solidária é, assim, uma proposta

²¹ Este encontro teve um total de 2500 pessoas e aconteceu entre os dias 13 e 15 de agosto de 2004 (FBES, 2017, *ONLINE*).

²² Entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, Fase Nacional, Ibase, IMS, Pacs, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2017).

²³ Ocorreu entre 9 e 13 de dezembro de 2012, em Luziânia-GO, e teve a participação de cerca de 600 trabalhadores e trabalhadoras, entre representantes estaduais, escolhidos nas etapas locais e estaduais, e também de convidados definidos pela Comissão Organizadora Nacional, além de totalizar o envolvimento de mais de 10 mil trabalhadores/as em sua organização (FBES, 2017).

transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para superação do modelo capitalista. (FBES, 2017).

A 2ª. CONAES em 2010 marcou, segundo seus organizadores um momento de maturidade do movimento da Economia Solidária, já que promoveu a Campanha por Assinaturas pela Lei de Iniciativa Popular da Economia Solidária com o objetivo de criar a primeira legislação brasileira - Projeto de Lei 4685 de 2012 - que reconhecesse o direito ao trabalho associado e apoiasse as iniciativas de Economia Solidária. As resoluções dessa conferência subsidiaram a elaboração dos objetivos de Economia Solidária no que tange ao Plano Plurianual do Governo Federal (2012-2015).

Em 2014 aconteceu a III Conferência Nacional de Economia Solidária (3ª. CONAES), que realizou um balanço dos avanços, limites e desafios da Ecosol no país, e também a construção do Plano Nacional de Economia Solidária que foi entregue para a Presidenta da República Dilma Rouseff, em 2016. (RIBEIRO, 2016).

Em 31 de agosto de 2016 houve o *impeachment* da Presidenta Dilma Rouseff, sendo que:

Foram extintos ministérios, secretarias e políticas públicas de cunho emancipatório que haviam sido conquistados pelos movimentos sociais e que expressavam a ampliação de direitos para segmentos da população historicamente excluída, a exemplo de povos do campo, catadores e catadoras de materiais recicláveis, população em situação de rua, negros e negras, indígenas, mulheres, jovens, LGBTTT, povos e comunidades tradicionais e de matriz africana e pessoas que sofrem transtorno mental, entre outros. (FBES, 2016, p. 01).

Segundo a publicação no jornal *Dário do Poder* (2016) a SENAES teve seu Secretário substituído, em 08 de junho de 2016 tornando-se, a partir de então uma Subsecretaria Nacional de Economia Solidária. Tal mudança ocasionou um corte de investimentos na área em torno de 80% em relação ao mesmo período do ano de 2015. O corte foi sentido pelas ITCPs já que várias delas mantinham-se atuantes com os recursos financeiros advindos de projetos aprovados no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc) de tal forma que impactaram no pagamento de profissionais que atuavam diretamente com os empreendimentos de Economia Solidária em todo o território nacional dificultando sobremaneira a continuidade dos projetos em andamento e/ou a expectativas de novos projetos.

Mesmo assim, o FBES está organizado em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de três mil empreendimentos de Economia Solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela

Rede de Gestores em Economia Solidária. A seguir o Campo da Economia Solidária no Brasil, conforme demonstrado na Figura 1.



Figura 1 - O campo da Economia Solidária no Brasil
 Fonte: Foto retirada do site FBES²⁴.

Além da permanência dos fóruns o relatório do CADSOL²⁵, em setembro de 2017, aponta o número de Empreendimentos Econômicos Solidários inseridos na plataforma, a quantidade de sócias e sócias nos grupos, conforme a Tabela 2.

²⁴Disponível em: <<http://fbes.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

²⁵ Relatório obtido pela comissão estadual do CADSOL no Paraná em 05/09/2017

Tabela 2 - Todas as situações do CADSOL

Total em todas as situações cadastradas			
Total de EES	Total de Sócias e Sócios	Total de Sócias	Total de Sócios
25.302	1.714.831	754.921	959.910

FONTE: Relatório da Comissão Estadual do CADSOL (2017).

A Tabela 2 contabiliza todas as situações na plataforma do CADSOL, ou seja, 25.302 EES que somam 1.714.831 trabalhadoras/es que se dividem em 754.921 mulheres e 959.910 homens. Voltando para o estado do Paraná, os empreendimentos cadastrados no CADSOL totalizam 1.178 que somam 86.755 trabalhadoras/es que se dividem 30.376 mulheres e 56.378 homens.

Com o intuito de demonstrar o percurso da Ecosol no Brasil, na sequência será apresentada um esquema (Figura 2) com os principais fatores históricos que impactaram o desenvolvimento da Economia Solidária.



Figura 2 - Principais fatores históricos que impactaram o desenvolvimento da Economia Solidária.
Fonte: O autor (2018).

Os dados apresentados reforçam que o processo de mobilização da Ecosol tem ganhado força e novos adeptos em todo o território nacional. O próximo tópico tem como objetivo conhecer o perfil dos/as trabalhadores/as da Economia Solidária.

2.4 PERFIL DO/A TRABALHADOR/A DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

De acordo com Gaiger (2014) o segundo mapeamento nacional de Economia Solidária²⁶ demonstrou que os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) estão distribuídos nas seguintes áreas de atuação: 54,8% são rurais; 34,8 % urbanos e 10,4% rural-urbanos. Quanto à forma de organização, 60% dos EES são associações, 30,5% são grupos de trabalhos informais e 9,7% são cooperativas. Houve uma predominância de Associações em área rural, “[...] enquanto os grupos informais se concentram na área urbana e as cooperativas se dividem entre ambas [...]”. (GAIGER, 2014, p. 33).

A principal atividade econômica dos EES pesquisados perpassa por: 56,2% na produção; 20% no consumo; 13,3% na comercialização; 6,6% na prestação de serviços; 2,2% em trocas de produtos ou serviços; 1,7% na poupança, crédito ou finanças solidárias. (GAIGER, 2014).

A pesquisa ainda relata que os homens predominam nas cooperativas enquanto as mulheres prevalecem nos grupos informais. Já nas associações há um maior equilíbrio pendendo levemente para os homens. (GAIGER, 2014, p. 59). Em relação à faixa etária observou-se que os EES são predominantemente formados por adultos (82,1%), 4% se qualificaram como idosos e 4,4 % constituídos por jovens. (GAIGER, 2014, p. 62).

Com relação à cor e raça predominante nos/as trabalhadores/as dos EES pesquisados tem-se que nas regiões pesquisadas:

[...] indica uma ampla predominância da cor parda, salvo na Região Sul, em que prevalece a cor branca (70%). Isto é sintomático de um quadro nacional de mestiçagem, com a presença de amarelo, indígenas e pretos, isto é, de grupos distintos da cor branca e das etnias correlatas, historicamente predominantes entre as classes sociais com poder econômicos e político. [...] As cores branca e preta rivalizam na maioria das Regiões, com o predomínio da primeira no Centro-Oeste

²⁶ Foram aplicados 2.895 questionários em uma amostra de/as trabalhadores/as de EES em 14 Estados e do Distrito Federal, a saber: Alagoas, Bahia, Ceara, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Para, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. As demais unidades federativas não foram contabilizadas devido a falta de candidatos ao papel de entrevistadores e também por conta de razões financeiras, algumas delas foram eliminadas. (GAIGER, 2014, p. 26).

(21%) e Sudeste (18%), e da segunda no Nordeste (10%) e Norte (6%). Os grupos indígenas e amarelos são minoritários, mas com alguma presença dos primeiros na Região Centro Oeste (3%) e dos segundos, na Região Nordeste (1%). (GAIGER, 2014, p. 51).

Os/as trabalhadores/as de EES pesquisados foram caracterizados como pertencentes a povos ou comunidades tradicionais²⁷, a presença de beneficiários de programas de transferência de renda e o perfil etário, sendo que na região: Norte há mais comunidades tradicionais com 23,7% e 59,4% beneficiários de programas de transferência de renda; No Nordeste houve uma predominância de agricultores familiares (70,7%) e de beneficiários de programas sociais (74,7%); Já na região Centro-Oeste há maior ocorrência de assentados da reforma agrária (14,1%); No Sudeste uma alta proporção de artesãos (32,5%) e catadores de material reciclado (10,1%) e no Sul houve uma baixa presença de beneficiários de programas sociais (19,7%). Assim, dos EES mapeados 11% pertencem aos povos e comunidades tradicionais, os quais ficaram distribuídos da seguinte forma: 19,9% são quilombolas; 12,7% povos indígenas; 10,7% população negra; 12,3% são ribeirinhos; 10,4% pescadores artesanais e 8,5% são extrativistas. (GAIGER, 2014, p. 63).

No Brasil constatou-se que, desde a criação da SENAES, o fomento de políticas públicas tem sido voltado primordialmente à população economicamente desfavorecida especialmente aquelas vinculadas a algum programa de assistência social, como o bolsa família, por exemplo, e as pessoas advindas de povos e comunidades tradicionais. A Secretaria apoiou boa parte destes coletivos de trabalhadores/as na implantação de empreendimentos econômicos solidários e/ou redes de Economia Solidária, dependendo da região do país, conforme demonstrou a referida pesquisa: 46,2% são agricultores familiares (não assentados da reforma agrária); assentados da reforma agrária (13,7%); artesãos (11,6%), outros trabalhadores autônomos (6,2%) e catadores de materiais recicláveis (5,0%), técnicos ou profissionais de nível superior (3%). (GAIGER, 2014, p. 64). Sendo pouco desenvolvida entre os/as trabalhadores/as com um nível escolar mais elevado e com maior qualificação profissional, como é o caso dos trabalhadores de nível superior.

Entende-se que a Ecosol não atinge toda a população, pois existem situações que impossibilitam o desenvolvimento dela, já que a mesma ainda tem limites, por exemplo, não contar com grupos que contemplem todos os setores da sociedade, no entanto, segundo o

²⁷O conceito de povos ou comunidades tradicionais refere-se a grupos sociais culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, confundindo-se às vezes com o conceito de etnia. A exemplo dos povos indígenas e dos pescadores artesanais, tais grupos ocupam ou usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, valendo-se de conhecimentos e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (GAIGER, 2014, p. 51).

relatório final da V Plenária de Economia Solidária (2013) a prática da Ecosol esteve contemplada nas seguintes iniciativas: grupos familiares de agricultura de base agroecológicas, hortas urbanas e periurbanas comunitárias, cooperativas de diferentes tipos de trabalho, empreendimentos autogestionários, centrais de comercialização de agricultores familiares, associação de artesãos, organização de microcréditos solidários, organização de consumidores/as, bancos comunitários e autogestionários, cooperativas de crédito, fundos rotativos solidários, grupo de trocas solidárias, entre outros.

Veronese (2011) reforça que um Empreendimento Econômico Solidário pode compreender diversas modalidades de organização econômica, como grupos de produção, associações formais e informais, cooperativas e empresas de autogestão. Além da forma de organização dos empreendimentos, verifica-se que há uma valorização da comunidade de trabalho e um compromisso com a coletividade em que se inserem, ou seja, os empreendimentos são resultado de um território com culturas, conforme exemplificado por Pedrini e Oliveira (2007, p. 112):

As iniciativas solidárias emergem fortemente vinculadas aos espaços locais, recebendo destes a sua influência histórica, cultural, econômica e social. Possibilitam um maior envolvimento dos/as trabalhadores/as com a dinâmica local, com os espaços de debate público, de decisão e de organização social. Esse envolvimento fundamenta-se na perspectiva de construir relações democráticas, participativas e nos processos de politização que vão se constituindo.

No que tange à tecnologia e Ecosol, Dagnino, Brandão e Novaes (2010) afirmam que a Ecosol deve lutar por uma tecnologia que defenda outro modelo de desenvolvimento, sendo que o conhecimento técnico é o que mantém o privilégio no Capitalismo, pois o indivíduo que contém o conhecimento garante o seu lugar privilegiado em uma sociedade de classes.

Por isso, ressalta-se que se a Economia Solidária se identifica como uma alternativa de desenvolvimento e faz-se necessário discutir “Tecnologias Sociais capazes de alavancar um estilo alternativo de desenvolvimento, esse tipo de reflexão guarda com ela uma semelhança, uma vez que a Tecnologia Convencional tende a dificultar sua construção”. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p. 91).

Nesse sentido, estima-se que o exercício da democracia é a via para que a Ecosol de fato aconteça, a partilha por igual dos resultados econômicos, políticos e culturais entre os participantes, assim como o reconhecimento do ser humano na sua integralidade. Nessa perspectiva, o ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica.

Desse modo, a tecnologia usada pela Ecosol deve ser coerente com os seus princípios e valores, ou seja, a tecnologia utilizada pelo movimento da Ecosol deve ser libertadora, ter acessibilidade e ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos econômicos solidários. (DAGNINO, 2006). Para isso sabe-se que não será suficiente somente políticas públicas, mas sim uma mudança estrutural no movimento da Ecosol para que essas tecnologias sejam de fato concretizadas.

Diante disso, encontra-se a Tecnologia Social (TS) que se constituiu como uma possibilidade de tecnologia democrática e inclusiva, quer dizer, uma inovação que nasce do território, das pessoas envolvidas diretamente e para resolver problemas locais. A TS também permite que as inovações sejam reaplicadas e modificadas, conforme a necessidade dos territórios. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

No entanto, antes de ampliar a discussão da TS faz-se necessário compreender o desenvolvimento dos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade, já que é o campo teórico que deu início as discussões da TS.

2.5 DO MODELO CLÁSSICO DAS RELAÇÕES ENTRE A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA COM A SOCIEDADE AOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA

O avanço desenfreado das produções tecnológicas teve a sua ampliação quando considerou o modelo linear de desenvolvimento, elaborado a partir de 1945 logo após a Segunda Guerra Mundial, o qual considerava que quanto mais ciência a sociedade tiver, mais tecnologia será elaborada e, conseqüentemente, trará mais riqueza e a promoção do bem estar social. (BAZZO; LINSINGER; PEREIRA, 2003). Esta concepção clássica das relações entre a Ciência e a Tecnologia com a Sociedade pode ser considerada como essencialista e triunfalista e pautou na ideia de que a Ciência crescerá na concepção se focar mais na verdade do que no bem estar social, ou então desqualificar as ambigüidades existentes entre a ética e ciência, ciência e sociedade, técnica e tecnologia. (MAXWELL, 1984; AGAZZI, 1996). Cano (2010) também atribui à tecnologia uma noção de autonomia que se apresenta como atividade neutra e que pode controlar a natureza. Bazzo, Linsinger e Pereira (2003) acreditam na neutralidade da ciência, devido à utilização da metodologia científica como a ferramenta

correta para o desenvolvimento da ciência, uma maneira linear da racionalidade, que se posicionam de forma autônoma e alheia as questões sociais, conforme explicitado:

[...] A ciência pode contribuir para o maior bem-estar social esquecendo a sociedade, para dedicar-se a buscar exclusivamente a verdade. A Ciência, então, só pode avançar perseguindo o fim que lhe é próprio, a descoberta de verdades e interesses sobre a natureza, se mantiver livre da interferência de valores sociais mesmo que estes sejam benéficos [...] Ciência e tecnologia são apresentadas como formas autônomas da cultura, atividades valorativamente neutras, como uma aliança heróica de conquistas cognitivas e material da natureza. (BAZZO; LINSINGER; PEREIRA, 2003, p. 121).

Em resposta e crítica ao desenvolvimento de tecnologias, que acreditam nas propostas do modelo clássico das relações entre a ciência e a tecnologia com a sociedade, surgem os estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) ou Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia que se posiciona diante do modelo canônico da C&T que “[...]desconsideram o saber empírico e as habilidades práticas dos atores sociais, as intuições baseadas na experiência, o conhecimento tácito e os juízos de valor implícitos em qualquer fazer humano.” (COLLINS; PINCH, 2010, p.228).

Tais estudos defendem uma mudança científica e tecnológica, por meio dos aspectos sociais, do fortalecimento das políticas públicas e do campo da pesquisa. A origem dos estudos foi reflexo do contexto social dos anos de 1950 e 1960, quando os países centrais estavam passando por uma reestruturação pós-guerra, e disseminavam o discurso de que o desenvolvimento científico e tecnológico era necessário para gerar o desenvolvimento social e econômico dos países periféricos. (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996). Isto possibilitou o surgimento de diversos movimentos que contribuiriam para o desenvolvimento da CTS, por exemplo, grupos contracultura, associações pacificadoras, organizações ecológicas e feministas e organizações universitárias que se posicionavam contrário ao conceito da ciência clássica e linear predominante no período.

Esses movimentos influenciaram diretamente o nascimento dos estudos da CTS, que tem como foco de seus estudos um paradigma alternativo para a compreensão dos fenômenos científicos e tecnológicos no contexto social. Essa constatação é reforçada por Cano (2010), que descreve que a CTS pode ser compreendida como uma área acadêmica e tem como objetivo estudar os aspectos sociais da ciência e da tecnologia em seus mais diversos enfoques que influenciam e interagem com a sociedade, contrapondo-se a concepção de que a Ciência e a Tecnologia sejam autônomas e tenham um desenvolvimento próprio.

O campo da CTS segundo Pavón (1998), pode ser compreendido em três vertentes: Investigação, Política e Educação, além disso, a autora também descreveu que cada etapa é de extrema importância para a consolidação dos estudos. O campo da Investigação se dedica à reflexão acadêmica tradicional sobre o que é ciência e tecnologia, também produz um pensamento não racionalista; o Político refere-se aos princípios defendidos pelo movimento da CTS e pela inserção na discussão em vários ambientes, o fortalecimento da CTS pelas esferas sociais; a Educação se manifesta na disseminação dos ensinamentos da CTS, por exemplo, a implementação de programas de ensino, cursos, oficinas e seminários.

Diante dessa conjuntura a CTS ganhou força e desmembrou em duas vertentes de estudos, que segundo Bazzo, Linsinger e Pereira (2003), uma é oriunda dos estudiosos dos Estados Unidos da América e a outra da Europa, conforme descrito no Quadro 1:

Tradição Europeia	Tradição Americana
<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalização acadêmica na Europa (em suas origens); • Ênfase nos fatores sociais antecedentes; • Atenção à ciência e, secundariamente, à tecnologia; • Caráter teórico e descritivo; • (Marco Explicativo: Ciências Sociais); 	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalização Administrativa e acadêmica nos EUA (em suas origens); • Ênfase nas consequências sociais; • Atenção à tecnologia e, secundariamente, à ciência; • Caráter prático e valorativo • Marco avaliativo: ético, teoria da educação.

Quadro 1 - Vertentes de Estudo.

Fonte: Bazzo; Linsinger; Pereira (2003, p. 128).

O Quadro 1 mostra as duas vertentes e as diferenças significativas na interpretação dos princípios dos campos de origem do movimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade. Segundo Garcia, López e Luján (1996), a de origem estadunidense é focada na institucionalização administrativa e acadêmica do país, uma vez que o objetivo era estudar as consequências sociais e ambientais da ciência e da tecnologia, para além, também objetivaram instigar diversas reflexões, tais como: Ética, Educação e Políticas com um olhar mais humanístico.

Já a vertente europeia teve origem nos estudos da Universidade de Edimburgo dos autores Barry Barnes, David Bloor e Steven Shapin. Eles tinham como objetivo inicial criar um programa forte para os estudos da sociologia, e segundo Garcia, López e Luján (1996), essa vertente focou na institucionalização acadêmica dando ênfase aos fatores sociais que antecederam o desenvolvimento da tecnologia, uma vez que o objetivo era buscar a

compreensão da contextualização social dos estudos da ciência e também analisar o modo como a diversidade de fatores sociais influi na mudança científico - tecnológica.

A América Latina também recebeu influências para o crescimento e a consolidação dos estudos da CTS que iniciaram por volta dos anos 60. É possível discorrer que muito do que vem sendo produzido no século XXI em Ciência, Tecnologia e Sociedade é oriundo dos países Latino-americanos. (BAZZO; LINSINGER; PEREIRA, 2003). Na sequência será descrito o processo de desenvolvimento do movimento da CTS na América Latina.

2.6 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA

Voltando-se para uma realidade mais próxima a do Brasil, destaca-se que o início dos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade na América Latina ocorreu nos anos 60 e, segundo Vaccarezza (1998), a evolução da CTS vem da ideia do movimento para a construção de um campo de estudos multidisciplinar e interdisciplinar, que tivesse como subsídios os problemas sociais. Segundo Dagnino, Thomas e Davyt (1996), o objetivo inicial da construção do campo foi a elaboração do movimento denominado de Ciência, Tecnologia e Sociedade em território Latino e que tivesse embasamento em uma visão crítica sobre alguns paradigmas da ciência, além de levar a temática técnico-científica para uma discussão ampla e política na sociedade, conforme supramencionado.

Kreimer (2007) descreve que o início dos estudos em CTS na América Latina proporcionou o desenvolvimento de um arcabouço crítico ao modelo linear de inovação e também instrumentalizou ações no território Latino, tais como: o projeto de demandas sociais da CTS para o desenvolvimento nacional, pacotes e estilos tecnológicos e aspectos políticos. Isto ocorreu devido aos países terem acreditado em um possível crescimento econômico advindo das nações mais desenvolvidas nos anos 60, conseqüentemente as empresas iniciaram um avanço desenfreado no território Latino Americano, tais como a construção de fábricas e introdução de artefatos tecnológicos em diversos países, mas que não conseguiram efetivar o discurso que foi vendido, ou seja, promover um avanço econômico nesses países. (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996).

Diante disso, começaram a surgir grupos para questionar as ações que se passavam na época, decorrentes dos prejuízos sofridos pela América Latina. Dessa forma, o desenvolvimento de tecnologia para os países periféricos deve ser baseado na realidade local

e, segundo Kreimer e Thomas (2004), o avanço do capitalismo nos anos 60 possibilitou o desenvolvimento dos estudos acerca dos problemas que relacionam ciência e tecnologia com a sociedade ganhasse espaço.

Corroborando com a valorização do contexto social, Kreimer (2007) advoga que as tecnologias desenvolvidas nos países da América Latina devem compreender o contexto social do território, que é visto como um território periférico, no que se refere aos estudos da ciência e tecnologia. Este cenário de desvalorização do território contribuiu, segundo Kreimer e Thomas (2004), ao longo das décadas de 1960 e 1990, com o surgimento da ECTSAL (Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade na América Latina) que acumulou e possibilitou o crescimento na quantidade de pesquisadores, aquisição de conhecimento e o aumento dos grupos de investigação. De acordo com os autores Lückemeyer e Casagrande Junior (2010, p.35), o ECTSAL pode ser subdividido em três períodos:

1ª geração: formada por engenheiros e economistas, baixa institucionalidade, vínculos institucionais internacionais pequenos, dimensões políticas e originalidade na formulação dos estudos ECTSAL; 2ª geração: formada por sociólogos, engenheiros com pós-graduação em ciências sociais, economistas e pós-graduados do exterior, institucionalidade média, fortes vínculos internacionais, aparecimento de temáticas teórico-metodológicas e formação de discípulos; 3ª geração: formada por pós-graduados locais e cientistas sociais, alta institucionalidade, vínculos internacionais médios e maior rigor acadêmico. Por meio de dois momentos de reflexividade (I e II), concluem que os estudos ECTSAL devem se institucionalizar sem perder seu aspecto crítico e criativo, e assegurar o enfoque local.

Uma das outras consequências desse período considerada positiva pelo pesquisador, foi o surgimento do PLACTS (Pensamento Latino Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade) que era composto por estudiosos de países Latinos Americanos que tinham um posicionamento oposto à ideia da ciência linear. (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996). Além do mais, o PLACTS conseguiu desenvolver estudos e propostas para os planos nacionais de desenvolvimento de alguns países, a aceitação das demandas sociais, influenciou o ensino sobre a ciência e contribuiu na estruturação de políticas de ciência e tecnologia nos países da América Latina. Além de defender que a ciência se desenvolvia a partir das demandas sociais e não isolada em laboratório.

PLACTS e ECTSAL surgem na América Latina com o objetivo de desenvolver a CTS, no entanto, algumas visões os diferem e fazem deles dois movimentos distintos que impulsionaram os países latinos. Em síntese a literatura aponta que o movimento ou a construção do campo da CTS na América Latina possibilitou o avanço em algumas áreas, por

exemplo, na discussão política, na discussão teórica nas universidades e nas políticas públicas que integram a sociedade com a temática.

Dessa forma, é notório que os estudos da CTS estão em campo de estudos heterogêneo, interdisciplinar e que realizam críticas ao modelo tradicional da ciência e da tecnologia. Outro ponto dos estudos da CTS, de acordo com Bazzo, Linsinger e Pereira (2003), é compreender as dimensões sociais da ciência e da tecnologia conforme sua elaboração, origem e desenvolvimento.

Diante da contextualização do movimento da CTS na Europa, nos EUA e na América Latina, percebeu-se que o desenvolvimento é visto como uma falsa ideia de avanço para os países periféricos, já que, os países ditos de primeiro mundo exploram os/as trabalhadores/as de países subdesenvolvidos para desenvolver tecnologias convencionais e para se manterem no topo da sociedade de classes. (NOVAES; FRAGA, 2010).

2.7 TECNOLOGIA E SOCIEDADE

É importante pontuar a distinção entre técnica e tecnologia, porque adotamos a tecnologia enquanto uma das categorias desse trabalho. Para tanto, é preciso compreender que a tecnologia moderna não nasce no século XXI, mas é resultado de ações do passado:

A tecnologia moderna foi se construindo a partir do século XVII, pari passou ao desenvolvimento do capitalismo e a substituição do modo de produção feudal corporativo, e do sistema de conhecimento apoiado na aprendizagem, pelo emprego do trabalho assalariado e sistema escolarizado de transmissão de conhecimento. (GAMA, 1986, p.30).

Gama (1986) nos possibilita refletir que a tecnologia moderna passou por várias transformações até chegar como está posta hoje e, ainda segundo Gama (1986), o conceito de tecnologia como ciência foi elaborado em países que o estado intervém diretamente no desenvolvimento das técnicas, por exemplo, a França que depois da revolução francesa recebeu um forte investimento para o seu desenvolvimento.

Período esse, que influenciou na compreensão do que é a ciência e a técnica, no entanto, o avanço dos estudos possibilitou entender que a tecnologia pode ser compreendida como um saber que não está ligado diretamente com a ciência, e isso ocorre pelo objeto de estudo, entretanto, ambos estão próximos por serem intrínsecos em seu desenvolvimento.

Diante dessa semelhança é possível entender a técnica, segundo Gama (1986), como um conjunto de regras práticas para fazer determinadas coisas, ou seja, utilizando as mãos, instrumentos e ferramentas. Isso tudo incluiu os processos de uma ciência, já que, é feito para obter um resultado com o melhor êxito possível. A Tecnologia seria o estudo e o conhecimento científico das operações técnicas, isto é, a compreensão do estudo sistemático dos instrumentos, das ferramentas e das máquinas empregadas nos diversos ramos da técnica.

O autor Pinto (2005) descreve que o conceito de tecnologia tem sua ampla utilização após a Segunda Guerra Mundial e vem acompanhado de uma visão bipolar: A primeira é a ideologização dos artefatos criados pelo homem e a segunda é a percepção da tecnologia como algo maléfico da sociedade. O autor ressalta que a origem da técnica vem do termo “*techne*” desde a Grécia antiga, o conceito não pode ser reduzido ao simples fato de fazer algo, ou seja, para o autor, técnica é algo inerente aos seres humanos, já que, é a única espécie que tem capacidade de produzir e inventar meios artificiais de resolver problemas.

A tecnologia segundo Pinto (2005) é entendida com a ciência da técnica, melhor dizendo, algo que surge como uma cobrança social em um determinado período histórico da evolução. Essas tecnologias nascem devido à posse de coisas existentes e da necessidade de conquistar algo que ainda não se idealizou no mundo real, isso tudo embasado no desenvolvimento científico e no desejo social da superação de obstáculos.

Pinto (2005) ressalta que o termo “era tecnológica” foi elaborado para sustentar a ideologização dos artefatos criados pelo homem, no século XX, e para distinguir países periféricos dos países desenvolvidos. Os países da era tecnológica desenvolveram computadores, maquinários, o acesso mais rápido a informações, ações para o aumento da produtividade e da lucratividade de empresas capitalistas.

Segundo Pinto (2005), essa ação que ocasionou os problemas para os países periféricos, já que, não tinham condições em receber intervenções estatais para desenvolvimento de tecnologias. Conseqüentemente os países subdesenvolvidos, não desenvolveram tecnologias, mas foram incentivados na aquisição desses produtos com o intuito de fazerem parte do avanço tecnológico, e negligenciando diversos fatores importantes do território que causavam um mal-estar social. (HENRIQUES; NEPOMUCENO; ALVEAR, 2015).

Já a tecnologia, segundo Pinto (2005), pode ser compreendida sob quatro principais significados, sendo esses:

- 1) Tecnologia como logos ou epistemologia da técnica;
- 2) Tecnologia como sinônimo de técnica;

3) Tecnologia no sentido de conjunto de todas as técnicas de que dispõe determinada sociedade;

4) Tecnologia como ideologização da tecnologia.

Convergingo na argumentação com Pinto (2005), Bazzo, Linsinger e Pereira (2003) enfatizam que a técnica é uma capacidade distintiva dos seres humanos, ou seja, a técnica não determina a vida dos indivíduos e nem limita, são questões distintas. Contrapondo-se ao modelo positivista, os autores Bazzo, Linsinger e Pereira (2003) ressaltam que o desenvolvimento tecnológico altera o científico, ou seja, a tecnologia é um conjunto de sistemas que objetiva algo, isto é, uma forma organizativa ou a elaboração dos próprios artefatos.

Na sequência, apresenta-se Dagnino (2010), o qual enfatiza que a tecnologia é definida “como o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho, no qual, em geral, atuam também outros atores sociais que se relacionam com artefatos tecnológicos visando à produção” (p. 206). Nesse sentido, a tecnologia pode ser diferenciada conforme seus objetivos, origens e diversos outros aspectos. Ademais, o autor enfatiza o controle oculto na tecnologia, visto que, é esse controle que define a mesma, já que, independentemente do processo de trabalho ou da produção do artefato o controle sempre estará presente.

Ainda, no que diz respeito ao controle, ressalta que não há neutralidade na ciência, técnica e tecnologia e assim, trazem consigo os aspectos de classes. Marques (2005) descreve que, quando uma tecnologia é elaborada, os criadores trazem em sua história diversas referências, mas mesmo assim vendem a tecnologia como a solução dos problemas para os países subdesenvolvidos, ou seja, essa ciência não se demonstra neutra, pois traz consigo um repertório muito amplo e de realidades diferentes.

Desse modo, Dagnino (2010) conceitua a tecnologia convencional (TC) ou capitalista como a tecnologia utilizada pelas empresas privadas e que prezam a maximização dos lucros e produção, alienação dos usuários, dependência, degradação do meio ambiente, produção da mais valia e a segmentação.

Ainda de acordo com o Dagnino (2010), “é mais poupadora de mão de obra do que seria conveniente. A história da tecnologia, a história da produção do conhecimento, mostra uma trajetória de economia do trabalho humano” (p. 55). Além do mais, é perceptível que a “utilização da TC implica uma condição de desvantagem inerente para o pequeno produtor e é quase um impedimento para a sustentabilidade” (DAGNINO, 2010, p. 56). Henriques, Nepomuceno e Alvear (2015) salientam que uma das questões mais importantes na definição de uma tecnologia convencional é o controle, ou seja, quem é o dono e quem são os usuários

da tecnologia, pois por mais inclusiva que a tecnologia seja em seu desenvolvimento, sempre terá a relação do dono com os usuários, além do alto custo de desenvolvimento de uma tecnologia convencional.

Sabendo que a TC é orientada por interesse de quem detém os meios de produção, Dagnino (2010, p. 207) argumenta que “O resultado da ação do empresário sobre um processo de trabalho que permite uma modificação no valor de troca do produto (ou da produção) gerado passível de ser por ele apropriada (sob a forma de mais-valia relativa)”.

A TC potencializa o ganho financeiro dos empresários e ou de quem detém os meios de produção. Uma vez apresentado o desenvolvimento da CTS e a concepção de Tecnologia Convencional, entende-se ser possível avançar para o desenvolvimento da Tecnologia Social, já que, esses movimentos, que foram apresentados, influenciaram diretamente a concepção da TS no Brasil, conforme descrito a seguir.

2.8 TECNOLOGIA SOCIAL NO BRASIL COMO CAMPO DE DISPUTA POLÍTICA

No ano de 2001 foi fundado o Instituto de Tecnologia Social do Brasil (ITS) com o objetivo de desenvolver ações que buscassem a ampliação do acesso ao sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e, especialmente, para afirmar o papel das organizações da sociedade civil como produtoras de conhecimento, articulando essas instituições em torno de uma cultura da Ciência, Tecnologia e Inovação comprometida com o fortalecimento da cidadania e a inclusão social. (ITS, 2017).

Pouco tempo depois, no ano de 2003, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretária Nacional de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social. Em 2004 foi inaugurado o Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS), um projeto do Instituto Brasileiro de Tecnologia Social em parceria com a Secretaria supramencionada. (ITS, 2009). Silva (2015) ressalta que o CBRTS realizou um único mapeamento de Tecnologia Social no estado de São Paulo e essa pesquisa ficou restrita a prática de como a sociedade vinha se organizando para responder às suas necessidades e carências em diversas áreas.

Por conseguinte, Silva (2015) descreve que é possível identificar dois conceitos de Tecnologia Social nos materiais do Instituto de Tecnologia Social do Brasil. O Primeiro é descrito no “Caderno de Debate: Tecnologia Social no Brasil” sendo definido como um

“Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. (ITS, 2004, p. 26).

Já o segundo se respalda no Projeto de Lei que “[...] institui a Política Nacional de Tecnologia Social – ‘PL 3449/2008’” o qual define a tecnologia social como:

1º Para os efeitos desta lei, considera-se: I - tecnologia social - conjunto de atividades relacionadas ao planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, aplicação, adaptação, difusão e avaliação de: a) técnicas, procedimentos e metodologias; b) produtos, dispositivos, equipamentos e processos; c) serviços; d) inovações sociais organizacionais; e) inovações sociais de gestão desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e voltadas para a inclusão social e para a melhoria das condições de vida.

Os dois conceitos levantados no material da ITS concordam que a TS é um conjunto de técnicas, porém o segundo aponta que ultrapassa a noção de técnica e metodologia, já que englobam produtos, dispositivos, equipamentos, processos, serviços, inovações, entre outros. No entanto, ambos ressaltam a importância da interação com a sociedade/população e busca a melhoria das condições de vida.

O ano de 2004 marca a criação da Rede de Tecnologia Social - RTS que representava na época mais de 700 instituições, que se interessava em desenvolver ações com Tecnologia Social. Segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p.71):

A Rede de Tecnologia Social (RTS) tem duas características que a diferenciam de outras iniciativas em curso no país, orientadas à dimensão científico-tecnológica. A primeira é o marco analítico-conceitual que conforma o que aqui denominamos “tecnologia social” (TS). A segunda é justamente seu caráter de rede. Sem ser excludente àquelas iniciativas, a RTS se articula, em função dessas características, como uma alternativa mais eficaz para a solução dos problemas sociais relacionados a essa dimensão e como um vetor para a adoção de políticas públicas que abordem a relação ciência-tecnologia-sociedade (CTS) num sentido mais coerente com a nossa realidade e com o futuro que a sociedade deseja construir.

A Rede de Tecnologia Social surge também respaldada pela crítica à tecnologia convencional e que trazem propostas de incentivo ao desenvolvimento de Tecnologia Social, como: a criação de banco de dados e o financiamento de projetos. Neste sentido, é constatado que o conceito de TS vem sendo percebido como um campo de disputa política. O conceito de Tecnologia Social da RTS segundo Henriques, Nepomuceno e Alvear (2015, p.235) “compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetiva transformação social”.

Ainda segundo Henriques, Nepomuceno e Alvear (2015), o campo de disputa da TS ocorre em virtude do conceito de transformação social, pois alguns acreditam que a transformação social é a inclusão social, já outros a veem como um novo projeto de sociedade. O primeiro ponto de vista defende que a solução está baseada na adaptação da tecnologia, onde grandes empresas resolveriam os problemas da sociedade. Já o segundo acredita que um novo projeto de sociedade está interligado com a produção de Tecnologia Social. Ressalta-se que a cisão da RTS é algo que não está muito bem respaldado na literatura, porém infere-se que os aspectos políticos do país foram um dos grandes motivos de influência para isso, além dos já supramencionados.

Novamente é possível identificar a pluralidade dentro da área de estudos da Tecnologia e Sociedade. Diante desse cenário, não ocorre uma problematização com o objetivo de unificar o conceito ou de aceitação das diferenças, mas sim acontece um jogo de poder e de interesse político, pois diversas instituições medem forças e buscam comprovar suas definições. (HENRIQUES; NEPOMUCENO; ALVEAR, 2015).

Há também uma terceira visão dentro da rede, essa que se utiliza do termo para realizar ações de compromisso social das empresas, como por exemplo, a empresa telefônica OI que define Tecnologia Social como “produtos, técnicas e/ou metodologias sustentáveis e reprodutíveis desenvolvidas em diálogo com a comunidade e que gerem resultados efetivos de desenvolvimento social”. (2015, p. 252).

A contextualização do movimento da TS supracitada possibilitou identificar que não existe uma definição única de Tecnologia Social no Brasil. Vários autores divergem em pontos que se consideram crucial para a caracterização de uma TS e devido a isso se cria correntes baseadas em princípios e valores que norteiam a concepção da Tecnologia Social no Brasil.

Toda a construção da Tecnologia Social no Brasil pode ser criticada e rebatida pelo fato de não existir uma unidade na definição do que é a Tecnologia Social, pois essa atitude possibilita alguns equívocos de interpretação. Deste modo, será apresentado no próximo tópico o marco conceitual da Tecnologia Social.

2.9 MARCO CONCEITUAL DA TECNOLOGIA SOCIAL

A Tecnologia Social, neste estudo, será tratada no singular e não no plural, pois segundo Dagnino (2011), a TS é uma área conceitual tendo apoio em um posicionamento claro e que não reproduz a tecnologia do modelo capitalista, por sua vez, as tecnologias sociais podem ser entendidas como experiências que não se respaldam nos valores da TC, por exemplo, ações pontuais que não envolvem a população ou que não seja a real necessidade da comunidade.

O processo de desenvolvimento da temática de TS no Brasil é compreendida como uma ação coletiva, já que ocorreu um desenvolvimento plural na construção do campo de TS, e reflete na compreensão do mesmo.

É essencial ressaltar que a construção conceitual da TS é marcada por diversas influências teóricas, conforme ilustrada por Dagnino, Brandão e Novaes (2004) na Figura 3.

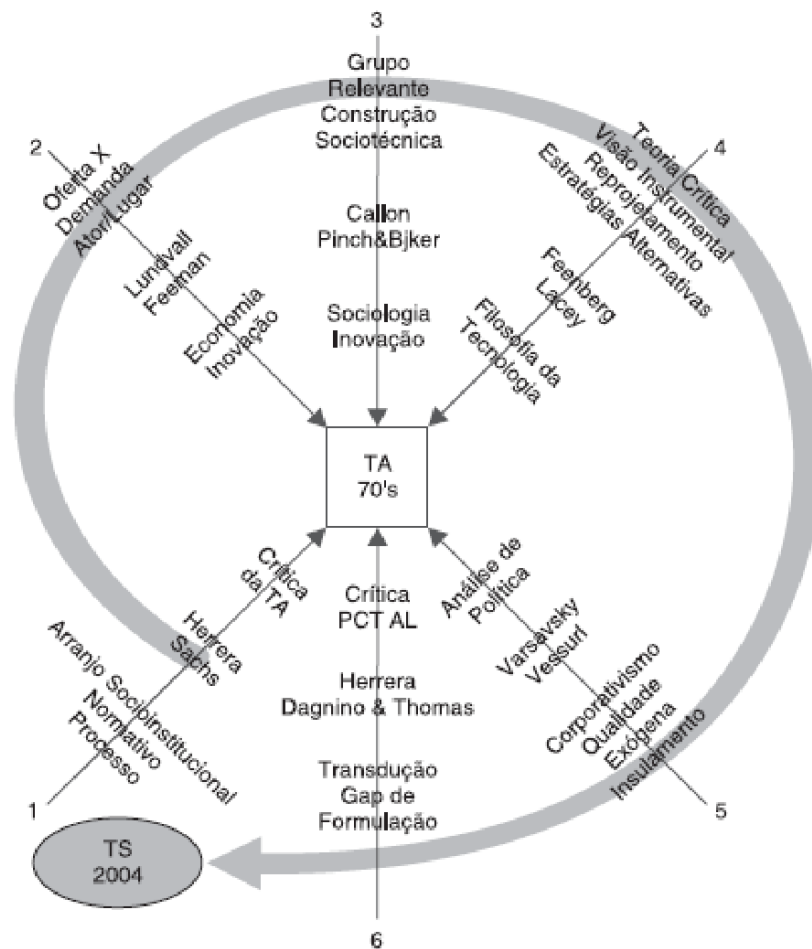


Figura 3 - Marco Conceitual da TS
 Fonte: Dagnino; Brandão; Novaes (2010, p. 117)

A Figura 3 demonstra a construção do campo de estudos da CTS, ou seja, a gênese do campo. No entanto, aqui será utilizado para descrever o percurso conceitual da TS, iniciando na década de 1970 com a TA e perpassando pela Crítica da TA; Economia da Inovação; Sociologia; Filosofia da Tecnologia; Análise de Política e Crítica PCT na América Latina.

Com o objetivo de ampliar o entendimento da TS será explanado o processo de desenvolvimento da Tecnologia Apropriada (TA), pois essa tecnologia contribuiu diretamente com as discussões iniciais da TS. Segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2004), a TA nasceu com as ações do Gandhi²⁸ no final do século XIX e baseou-se no direcionamento da produção

²⁸Gandhi dedicou-se a construir programas, visando à popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, a Charkha, como forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que a perpetuava na Índia. Isso despertou a Consciência política de milhões de habitantes das vilas daquele país, sobre a necessidade da autodeterminação do povo e da renovação

pelas massas e não produção em massa. Esse enfoque repercutiu em diversas ações na Índia que fundamentou na ideia de uma tecnologia de baixo custo, pequena escala simples e que respeitasse à dimensão ambiental, pois esses princípios seriam mais adequados para os países pobres. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Diante desses princípios da TA, Dagnino, Brandão e Novaes (2004) relembram que no período de 1970 e 1980 ocorreu uma grande proliferação da TA, já que essa tecnologia objetivava diminuir a pobreza em países periféricos e também o de contemplar em seus princípios a preocupação com as questões sociais do meio ambiente. Para além disso, ressalta-se que os princípios de construção e desenvolvimento da TA se alinharam ao modelo estabelecido pelas Tecnologias Convencionais.

Esse alinhamento de princípios da TA com a TC culminou em críticas que possibilitaram o crescimento de adeptos da TS, pois acredita-se que partir dos anos 1990 foi necessário desenvolver tecnologias que dialogassem com os saberes populares e territoriais. Assim, entende-se que a TS não pode ser compreendida como uma ação focada para países periféricos, populações em vulnerabilidade social e para qualquer indivíduo que viva em condições de desigualdade social, e sim como uma ação voltada para a participação direta dos usuários na elaboração e na manutenção da tecnologia. (JESUS; COSTA, 2010).

A TS também se diferencia por se posicionar de maneira contrária ao da simples transferência de tecnologia para os usuários, ou seja, defende a dimensão pedagógica e a inclusão do processo democrático no desenvolvimento das Tecnologias Sociais (ITS, 2009). Ainda, a TS não é necessariamente algo novo ou que venha para concorrer no mercado tradicional, mas sim uma tecnologia que possui mercado e território próprio, pois retrata uma realidade territorial. (SILVA, 2015).

A leitura sobre a Economia de Inovação possibilitou identificar algumas contribuições para a compreensão acerca da Tecnologia Social. Segundo Novaes e Dias (2009, p. 34) “A mais relevante delas diz respeito ao pouco realismo e aplicabilidade do modelo de oferta e demanda para tratar questões relativas ao produto conhecimento”, ou seja, o fato de criar algo independente de sua necessidade para a sociedade. Portanto, a Economia da Inovação acredita em um processo no qual, os atores sociais interagem em prol da inovação entre os saberes científicos, técnicos, financeiro, mercadológico, cultural, mas não com uma demanda social.

da indústria nativa hindu, o que pode ser avaliada pela significativa frase por ele cunhada: “Produção pelas massas, não produção em massa”. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 6).

Ademais, a Economia da Inovação trabalha em inovar a tecnologia e descarta a real necessidade dos usuários, pois o objetivo ainda está voltado para a visão do mercado. Segundo Novaes e Dias (2009, p. 34):

As ideias da Economia da Inovação servem como base para a crítica de um pressuposto aceito pela maioria dos pesquisadores envolvidos com a Tecnologia Apropriada, mas não com aqueles que estão inseridos no movimento da Tecnologia Social.

As definições da Economia da Inovação demonstram que esses princípios não se encaixam com a TS, pois nela as soluções são previamente prontas e creem ser a solução para os problemas sociais, ou melhor, se assimilam a Tecnologia Apropriada. (NOVAES; DIAS, 2009).

Por outro lado a Sociologia da Inovação contribuiu no desenvolvimento da TS com a visão da nova sociologia da ciência, quer dizer uma visão construtivista e que se baseia em analisar o nível micro com as categorias e ferramentas analíticas. (AGUIAR, 2002). Ademais, essa visão não considera a relação de causalidade entre o social e o tecnológico. Segundo Novaes e Dias (2009, p. 36), “Seu argumento central é que a tecnologia é socialmente construída por grupos sociais relevantes no âmbito do tecido sem costuras da sociedade”.

Além disso, Novaes e Dias (2009, p. 37) ressaltam que sobre a Sociologia da Inovação:

As tecnologias e as teorias não estariam determinadas por critérios científicos e técnicos. Haveria geralmente um excedente de soluções factíveis para qualquer problema dado e seriam os atores sociais os responsáveis pela decisão final acerca de uma série de opções tecnicamente possíveis.

Outro aspecto dessa teoria é que a própria definição do problema pode alterar devido ao fato da busca pela solução, ou seja, a tecnologia seria construída por diversos atores e o produto final poderia ser alterado pelos mesmos. (AGUIAR, 2002). Com a pretensão de compreender o desenvolvimento tecnológico e disseminar a teoria crítica da Tecnologia, Andrew Feenberg é um dos grandes estudiosos da filosofia da tecnologia.

O autor descreve que debate feito pelos filósofos da tecnologia está assentado em quatro premissas, conforme a Figura 4.

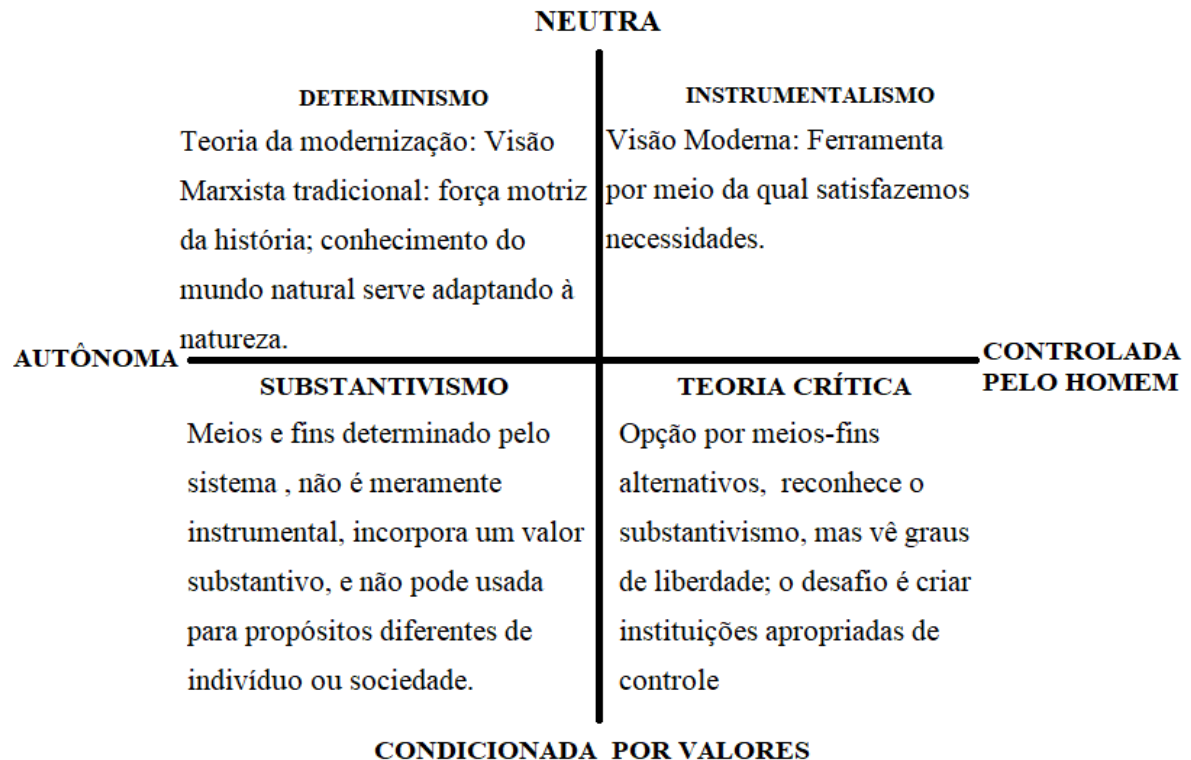


Figura 4 - Teoria Crítica.

Fonte: Feenberg (2010).

A Figura 4 demonstra dois eixos principais, o eixo horizontal que em sua extrema esquerda demonstra a ideologia da tecnologia autônoma, na extrema direita a controlada pelo homem. Já o eixo vertical representa em seu extremo superior a neutralidade de valores e no inferior condicionada por valores.

O primeiro quadrante, segundo Feenberg (2010, p. 46), é o Determinismo, que “traduz uma visão amplamente mantida nas ciências sociais desde Marx, segundo a qual a força motriz da história é o avanço tecnológico”. Os estudiosos desta vertente acreditam que a tecnologia molda os padrões da sociedade sendo, portanto, neutra e controla também os humanos (autônoma). A segunda visão é o Instrumentalismo que é fundamentado no padrão da fé liberal, isto é, englobar o monismo ou o unitarismo tecnológico e buscar compreender a trajetória como única de progresso e de conhecimento ascendente, já que, a tecnologia é a ferramenta que realizará as necessidades, pois não passa de simples instrumentos.

Para Feenberg (2010), a terceira perspectiva é o Substantivismo que entende os meios e os fins como determinados pelo sistema, aliás, é a visão que predomina o pensamento da primeira geração da Escola de Frankfurt. Esse quadrante salienta que a tecnologia não é instrumental, pois incorpora valores substantivos e não podem ser usados para propósitos

diferentes das questões individuais, sociais e os seres humanos se tornam uma peça da sociedade. (FEENBERG, 2010).

De acordo com Feenberg (2010), a Teoria Crítica é a opção que acredita na tecnologia como uma promessa de liberdade, também é aquela visão que oscila entre o engajamento, ambivalência, a resignação, e acredita no desenvolvimento das formas de controle de maneira que possibilite graus de liberdade. Além de que essa teoria reconhece o Substantivismo e realiza sua crítica sob o construtivismo sociológico.

Henriques, Nepomuceno e Alvear (2015, p. 241) exemplificam a teoria crítica ao descrever que um revolver, “por si só, não faz uma pessoa mais violenta; porém uma pessoa sem a arma tem mais dificuldade de exercer uma ação violenta. Assim, um revólver facilita uma ação violenta, mas não a determina.” Logo, os meios e os fins estão conectados, porém não existe apenas um fim, uma vez que a tecnologia possibilita diversos fins.

Diante da Teoria Crítica, proposta por Feenberg (2010), percebe-se um novo processo de elaboração das tecnologias, pois esse contempla as teorias mais críticas da sociedade no seu desenvolvimento. Para o autor “a luta pela democratização do processo de desenvolvimento e controle das tecnologias pode e deve ser feito em paralelo com diversas outras lutas, como o movimento feminista, racial, ecológico, e a do modelo de sociedade e seu modo de produção”. (FEENBERG, 2010, p. 194).

Se tratando da Análise de Política nas contribuições da TS é importante ressaltar que esse campo reforça uma forte crítica às normas que estão presentes no desenvolvimento tradicional da ciência, por exemplo, aos métodos utilizados e a valorização do quantitativo, pois isso contribui com o corte da liberdade do pesquisador para investigar e avançar em seus estudos. (VARSAVSKY, 1969).

Outro aspecto político da ciência é que alguns pesquisadores rejeitam o método de realizar estudos, pois creem que pode vir a ser considerado irracional e, por conseguinte não conseguem realizar as reais modificações para a sociedade. (VARSAVSKY, 1969). No entanto, esses estudiosos se deparam com um dilema social, aceitar o modelo tradicional e fazer parte do todo ou se tornar um militante em prol do desenvolvimento da ciência.

Por último, a crítica da PCT ressalta que a TA conseguiu influenciar na formulação das PCT na América Latina, pois aproveitou da oportunidade do subdesenvolvimento desses países para interferir nesse processo de criação da PCT (DAGNINO, 2004). Diante disso, a TS propõe alternativas diferentes para a PCT e essas alterações serão descritas na sequência.

2.10 TECNOLOGIA SOCIAL E ALGUMAS DEFINIÇÕES

Na sequência serão apresentados alguns aspectos por Dagnino, Brandão e Novaes (2004) sobre a Tecnologia Social a qual dialoga com a forma de funcionamento de Empreendimento Econômico Solidário.

Aspectos da Tecnologia Social
Orientada para a gestão coletiva ou promotora do controle coletivo
Adaptada a pequeno tamanho físico e financeiro
Liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto
Orientada para o mercado interno de massa
Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas
Não discriminatória
Uso de matéria prima local e de forma sustentável.

Quadro 2- Aspectos Da Tecnologia Social
Fonte: Dagnino; Brandão; Novaes (2004).

Dos aspectos apresentados por Dagnino, Brandão e Novaes (2004) são os únicos conceitos de TS que associa em sua definição com a Economia Solidária, tendo em vista que traz aspectos de diálogo com os princípios e valores da Ecosol e se adapta para EES.

Para Fernandes e Maciel (2010), a TS é a valorização de questões que perpassam a América Latina e trata de promover o reconhecimento das diversidades existentes na sociedade do século XXI, por exemplo, segundo Fernandes e Maciel (2010, p. 9):

A promoção da transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos.

É importante ressaltar que o objetivo da Tecnologia Social é promover a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida das pessoas que integram o território que desenvolveu ou reaplicou, ou seja, as pessoas participam do processo de construção da tecnologia e recebem o retorno do que foi elaborado. A Tecnologia Social é desenvolvida e

praticada em interação com a comunidade, e segundo a RTS (2010) partilham dos princípios de confiança, reciprocidade, cooperação e promovem inclusão social e o fortalecimento das relações sociais do território.

Silva (2015) descreve ser possível identificar dois conceitos de Tecnologia Social nos materiais do Instituto de Tecnologia Social do Brasil. O Primeiro é descrito no “Caderno de Debate: Tecnologia Social no Brasil”, sendo definido como um “Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.” (ITS, 2004, p. 26).

Já o segundo se respalda no Projeto de Lei que “[...] institui a Política Nacional de Tecnologia Social – ‘PL 3449/2008’” o qual define a tecnologia social como:

1º Para os efeitos desta lei, considera-se: I - tecnologia social - conjunto de atividades relacionadas ao planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, aplicação, adaptação, difusão e avaliação de: a) técnicas, procedimentos e metodologias; b) produtos, dispositivos, equipamentos e processos; c) serviços; d) inovações sociais organizacionais; e) inovações sociais de gestão desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e voltadas para a inclusão social e para a melhoria das condições de vida.

Os dois conceitos levantados no material da ITS concordam que a TS é um conjunto técnicas, porém o segundo aponta um diálogo mais amplo do que técnicas e metodologia, já que engloba (produtos, dispositivos, equipamentos, processos, serviços, inovações e etc.). No entanto, ambos ressaltam a importância da interação com a sociedade/população e a busca por melhoria das condições de vida.

A Tecnologia Social se apresenta até o momento como uma ferramenta de transformação social e promoção de direitos, uma vez que, como aponta Dagnino (2010) mesmo que seja reaplicada ao processo, não se perde, pois foi feito para ser utilizado com toda a comunidade, porém faz-se necessário ser apresentado como uma efetiva solução de transformação social, e ser capaz de viabilizar economicamente os Empreendimentos Econômicos Solidários.

Desde início dos estudos da TS existem diferenças conceituais referentes à mesma. Silva (2015) descreve que no Brasil existem distintas percepções sobre o uso do termo de Tecnologia Social e essa distinção resulta em práticas diversificadas, contudo, a autora salienta que “de modo geral, o termo é relativo a revelações de comportamentos com peculiaridades que se referem à condição de vida, ao bem-estar, à construção conjunta, à busca pela sobrevivência e à essencialidade da vida”. (2015, p. 26). Confirmando a tese de

Dagnino (2009, p. 9) no qual descreve que o conceito²⁹ mais utilizado no Brasil sobre TS é amplo, pois permite entender a TS “como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial até os que têm como objetivo a construção de uma sociedade socialista.” Além disso, o autor pontua que mesmo dialogando com o movimento da Ecosol, esse conceito não promoverá a sustentabilidade econômica, e também não abrangerá o processo de trabalho e de elaboração técnica dos EES.

A seguir será apresentado o quadro que sintetiza as definições de TS:

Conceitos de Tecnologia Social	
Fonte	Definição
Rede de Tecnologia Social	A Tecnologia Social como aquelas que compreendem produtos, técnicas e metodologias desenvolvidas na interação dos saberes científico, populares e que representam efetivas soluções de transformações sociais. (RTS, 2010).
Instituto de Tecnologia Social	Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (ITS BRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004: 26).
Dagnino (2011)	TS é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social que legitima o associativismo.

Quadro 3- Conceitos Da Tecnologia Social
Fonte: O Autor (2018).

No Quadro 3 é possível identificar três das definições de Tecnologia Social existentes no Brasil. No entanto, a TS não se define somente nas características que estão supracitadas, pois reconhecem que é possível encontrar outras que não foram abordadas nessa pesquisa. As definições apresentadas na tabela mostram os pontos em comum e os aspectos divergentes, no entanto, também possibilitaram identificar um elo que as interligam, como uma ação coletiva para um determinado objetivo.

A principal diferença entre os conceitos é referente à forma como a TS é produzida, por exemplo, o Instituto de Tecnologia Social define a TS como um conjunto de técnicas ou metodologias que são transformadoras, ou seja, um artefato ou alguma metodologia que seja elaborada na interação com a comunidade e que pautar a melhoria da qualidade de vida e inclusão social.

Já a Rede de Tecnologia Social define que a TS é desenvolvida em interação com a sociedade, porém ressalta que a interação é entre os saberes científicos e populares, além

²⁹ Dagnino (2009, p. 8) Produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social

disso, o objetivo da TS é a efetiva transformação social. Dagnino (2011) descreve que a Tecnologia Social é uma ação coletiva dos produtores sobre um determinado processo de trabalho que engendram a propriedade coletiva dos meios de produção, além disso, ressalta a importância do acordo social para tal.

Para se chegar a TS, Dagnino (2010, p. 286) tem trabalhado com a terminologia de adequação sociotécnica (AST) entendida como um processo de “reprojetamento” de tecnologias e técnicas existentes ou de desenvolvimento de novas tecnologias segundo o interesse e valores dos próprios beneficiários. O autor também descreve que a AST é entendida como um processo de adequação do conhecimento científico.

Dagnino (2010), ao referir-se à EES descreve que a AST objetiva adequar a tecnologia convencional para os grupos, entretanto, para que haja o avanço dessa adequação é necessário realizar os seguintes princípios: “Participação democrática, cuidado com o meio ambiente, cuidado com a saúde dos trabalhadores e dos usuários e à sua capacitação autogestionária”. (DAGNINO, 2010, p. 287).

Assim sendo, Dagnino (2010) descreve que a AST deve ser entendida como um processo, ou seja, uma adequação baseada nos princípios políticos de grupos sociais. O autor (DAGNINO, 2010, p. 288-9) descreve sete modalidades de adequação sóciotécnica que será apresentado na sequência:

1º Uso: é o simples uso do artefato ou a adoção da TC, desde que altere a forma de como o excedente será gerado.

2º Apropriação: Entende como a propriedade coletiva dos meios de produção, quer dizer, os trabalhadores entendem todo o processo e aprendem a utilizar a tecnologia para incorporam no seu dia a dia.

3º Revitalização ou Repotenciamento das máquinas e equipamentos: aumenta a vida útil dos artefatos e aprendem a aprimorar, ou seja, tecnologia antiga com novas adaptações.

4º Ajuste no processo de trabalho: É a adaptação da organização do processo de trabalho, de maneira coletiva.

5º Alternativas Tecnológicas: tecnologias alternativas ao modelo convencional.

6º Incorporação do conhecimento científico-tecnológico existente: quando se esgota a tecnologia e é necessário submeter-se à incorporação do conhecimento.

7º Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo: quando esgota todas as alternativas de desenvolvimento de tecnologia no território e busca alternativa de AST.

A AST foi apresentada com a ideia de contribuir com o reprojetamento da tecnologia e na geração de trabalho e renda, pois se identifica que vários dos grupos que integram o

movimento da Ecosol realizam a AST em seu dia a dia, sendo que, muitos dos artefatos e tecnologias são advindos da tecnologia convencional.

Portanto, a Tecnologia Social se posiciona como outra tecnologia, visto que, seus princípios se contrapõem ao modelo capitalista, a neutralidade da ciência e ao simples fato de transferência de tecnologias. Há, no entanto, no arcabouço teórico da Economia Solidária, convergências com os princípios e definições da Tecnologia Social, já que ambas se posicionam de uma maneira antagônica ao sistema capitalista, pautando-se em princípios colaborativos e de inclusão.

Segundo Dagnino (2011) e RTS (2010), a Tecnologia Social pode ser entendida como uma ação desenvolvida em interação da sociedade com os saberes científicos e populares com o objetivo de uma efetiva transformação social. Nesse contexto a TS é pautada em uma ação coletiva dos produtores sobre um determinado processo de trabalho. Com o intuito de realizar um diálogo dos fundamentos da Economia Solidária e dos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade, mais precisamente no que se refere aos princípios da Tecnologia Social, será apresentada uma plataforma *online* que foi desenvolvida entre parcerias de cooperativa e do movimento da Ecosol.

3 CIRANDAS.NET

Desde 2009 o movimento da Ecosol no Brasil vem utilizando, gradativamente, a tecnologia do Cirandas.net como uma das estratégias para impulsionar a Ecosol em território nacional e *online*. Por conta disso, buscou-se compreender qual o histórico de elaboração da Tecnologia do Cirandas.net.



Figura 5 - Página Inicial do Cirandas.Net
Fonte: Cirandas.net (2018).

O Cirandas.net é o portal oficial da Ecosol no Brasil, desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e pautado, segundo Mantovani *et al* (2011), nos seguintes objetivos e metas:

- Oferecer ferramentas na internet, para promover a articulação econômica, social e política dos Empreendimentos de Economia Solidária e pessoas interessadas no tema;
- Potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária;
- Oferecer ferramentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias de Economia Solidárias;
- Ser um espaço de divulgação da Economia Solidária e de busca de seus produtos e serviços, para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores);

- Facilitar a interação entre vários atores em comunidades virtuais e em espaços territoriais.

Tygel & Motta (2010) descreve ser necessária uma organização e estruturação de base para o avanço do movimento da Ecosol no Brasil, bem como a conquista de novos espaços, pois se entende que a Ecosol é um campo social em desenvolvimento no que diz respeito a arranjos econômicos baseados na autogestão. Por ser uma área em expansão, percebe que ainda há a necessidade de superar muitos desafios para a consolidação de novos espaços que dialoguem com a Ecosol.

No que tange a ampliação dos sistemas de informações na Ecosol, supõe-se que esses devem se contrapor ao modelo capitalista, pois entende que para o desenvolvimento da sociedade é necessário apontar para uma gestão coletiva da informação, ou seja, criar sistemas que beneficiem todos os envolvidos. Tygel & Motta (2010, p. 17) reforça que um programa voltado para o coletivo deve ter “o princípio que quanto mais descentralizadas as informações, mais vantajoso deve ser para todas as pessoas. Isso significa colocar em prática e potencializar as vantagens do princípio da cooperação e da inteligência coletiva sobre o da concorrência”.

No ano de 2003 o FBES e a SENAES estabeleceram uma parceria para a criação do Sistema de Informações em Economia Solidária, nesse momento surge a ideia de criação de algo que pudesse armazenar os dados do mapeamento e que fizesse desses uma base de dados para o fortalecimento da Economia Solidária, e que contribuísse com a constituição de políticas públicas, além disso, também tinha o desafio das pessoas por parte do movimento da Ecosol ter acesso a esses dados. Nesse momento, essas informações começaram a serem inseridas no Sistema FBES que é conhecida atualmente como Cirandas.net.

Tygel & Motta (2010) descreve que o desenvolvimento do Cirandas.net ocorreu em parceria com o FBES e a cooperativa Colivre, a qual posteriormente também recebeu ajuda da Cooperativa de Trabalho, Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão – Eita. E, durante o processo de desenvolvimento do Cirandas.net os EES participavam da discussão através do FBES, ou seja, toda vez que for mencionado o fórum brasileiro de Ecosol significa que os EES estão incluídos na discussão.

Atentando para a Cooperativa Colivre, identifica-se como uma empresa cooperativa de serviços em Tecnologia da Informação, especializada no desenvolvimento de soluções inovadoras para a *web* e descrevem que seus diferenciais são:

Cliente Colivre conta com o que há de mais inovador, eficiente e seguro em soluções web desenvolvidas por meio de tecnologias livres; Garantia de autonomia e segurança para quem usa: o código-fonte da plataforma e todas as suas funcionalidades pertencem ao cliente, para alterar quando, como e com quem quiser; A Colivre já desenvolveu diversas soluções web inovadoras, como o Noosfero, plataforma livre para criação de redes sociais; e o Blogosfero, serviço de blog e rede social; O atendimento colaborativo e direto com os sócios cooperados, profissionais qualificados com ampla experiência de mercado e acadêmica, e prontos para atendê-lo de forma personalizada; Crença na liberdade da informação, na autogestão e no comércio justo e Garantia de serviços de excelente qualidade e capazes de trazer resultados reais para os seus clientes. (COLIVRE, 2017).³⁰

Já a Cooperativa Eita, foi fundada em maio de 2011 e em sua fundação participaram seis pessoas³¹, em 2014 o número de cooperados era de nove pessoas e no ano de 2017 oito cooperados (EITA, 2017). A cooperativa tem como missão “fortalecer as lutas de movimentos sociais do campo popular, através da construção de tecnologias livres da informação e metodologias participativas para seu uso e apropriação.” (EITA, 2017).

Diante da missão da cooperativa identificam-se os valores para desenvolver os seus trabalhos, quer dizer, atividades pautadas em ações sociais, na coletividade, na promoção da autonomia e na escuta do sujeito que está envolvido diretamente. (TYGEL; MOTTA, 2010). É importante salientar que a cooperativa Eita apontou que os mapeamentos da Ecosol demonstravam a ausência de um espaço popular, no qual pudesse armazenar a pesquisa sobre Ecosol e que os próprios beneficiários ou outros interessados pudessem acessar para obter mais informações. (TYGEL; MOTTA, 2010).

Devido a essas indagações da gestão da informação e dos mapeamentos nacionais da Economia Solidária surge a ideia de criação de uma plataforma própria para o movimento da Economia Solidária. Inicialmente, foi utilizada a plataforma do FBES, que conseqüentemente se tornou o Cirandas.net. (TYGEL; MOTTA, 2010). A ideia de criação de uma plataforma que armazenasse os dados do mapeamento surgiu em reuniões do FBES em que participavam todo o movimento da Ecosol.

No entanto, no ano de 2008, durante o I Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária, nasceu um grupo de trabalho para desenvolver a plataforma, esse denominado de Comitê de Assessoria Técnica do Cirandas³², nessa oportunidade o Núcleo de Solidariedade

³⁰ Disponível em: <<http://colivre.coop.br/sobre/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

³¹ 4 homens com habilidades tecnológicas e 2 mulheres com experiência em educação popular e ciências sociais.

³² Segundo Alvear (2014) participaram do comitê a Soltec, o Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o Iteia - Rede Colaborativa de Cultura, Arte e Informação EES do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Técnica - Soltec³³ passa a ajudar no diálogo entre o FBES e a Cooperativa Coolivre. (ALVEAR, 2014). Tal comitê encerrou suas atividades em 2012, quando as atribuições foram transferidas para a Cooperativa Eita, a qual era composta por alguns membros que faziam parte do grupo de assessoria técnica. (ALVEAR, 2014).

Historicamente, um dos pontos de partida para a criação do Cirandas.net ocorreu no ano de 2003, data da elaboração da plataforma da rede EcosoLivre³⁴, ou melhor, o início do diálogo do movimento de *software* livre e o de Economia Solidária no Brasil. (FARIA, 2010). Segundo Alvear (2014), na articulação da EcosoLivre foram identificadas três possibilidades de integração de ambos os movimentos, sendo esses:

[...] A criação de telecentros com software livre, que, além da inclusão social, trouxessem uma perspectiva de inclusão econômica e solidária; o desenvolvimento de software para a economia solidária; e a criação de cooperativas de serviço voltadas à prestação de serviço com software livre. (ALVEAR, 2014, p. 215).

Diante da ideia de atender aos objetivos da EcosoLivre, Alvear (2014) descreve que Vicente Aguiar e outros militantes do *software* livre criaram a cooperativa Colivre e conseqüentemente se firmou parceria com Daniel Tygel³⁵, essa colaboração foi amadurecendo durante as discussões do *software* livre e da Economia Solidária em congressos e eventos³⁶.

Portanto, surgem desses congressos, encaminhamentos que promoveram o crescimento do diálogo da Ecosol e do *Software* Livre. Faria (2010) reforça que essas interações de Daniel Tygel, Vicente Aguiar e outros atores que transitam tanto no campo da Ecosol quanto no do *software* livre, o que possibilitou a conquista de diversas cooperações, por exemplo, a SENAES, o FBES e instituições de apoio, além do lançamento do edital³⁷ de tecnologia e Economia Solidária. Tygel (2016) descreve que o edital se concretizou no valor de R\$50.000 sendo operacionalizado pela Caritas na modalidade de melhor técnica e preço,

³³ Segundo Soltec (2017), o Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ) é um programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e formação, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental Disponível em: <www.soltec.ufrj.br>. Acesso em: 06 set. 2017.

³⁴ Segundo Aguiar (2011 p. 211), a EcosoLivre é uma integração entre os movimentos de *software* livre e de Economia Solidária, surge como uma tendência promissora para ambos, na medida em que os empreendimentos econômicos solidários passam a se fortalecer pela utilização cada vez maior de tecnologias livres (particularmente no campo da Tecnologia da Informação) e profissionais atuantes nesse área, começam a se organizar em empreendimentos econômicos solidários que forneçam produtos, serviços e suporte em tecnologia da informação ao conjunto de organizações da Economia Solidária. Disponível em: <http://wiki.softwarelivre.org/EconomiaSolidaria>. Acesso em: 06 set. 2017.

³⁵ Secretário executivo do FBES e integrante da cooperativa Eita.

³⁶ Edições do Fórum Internacional de *Software* Livre (FISL) em 2006 e 2007.

³⁷ Segundo Alvear (2014) Em 2006, a SENAES abriu um edital de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para o desenvolvimento desse *software* (que devido a questões burocráticas e legais sofreu diversos atrasos).

ou seja, foi ela a instituição responsável pela prestação de contas e com o cuidado na execução da proposta.

O resultado do edital atrasou e nesse ínterim “a fundação Suiça Yinternet.org procurou a Colivre, para desenvolver uma plataforma de redes sociais para universidades europeias e projetos de inclusão social na África.” (ALVEAR, 2014, p. 213). Essa proposta foi aceita e assim iniciou a construção do *Noosfero30*. De acordo com Alvear (2014, p. 214), “além do FBES e da Yinternet.org, que entraram com, aproximadamente, a mesma quantidade de recursos, outras duas instituições entraram, no início de 2009, com uma quantidade menor de recursos – o *Software Livre Brasil* e a Unifreire”.

Além dessas contribuições financeiras direta no *Noosfero30*, também ocorreram outras ações que contribuíram financeiramente com o desenvolvimento do Cirandas.net. Conforme Alvear (2014, p. 215) aponta que foram as contratações “da USP, com o Stoa, e a campanha à presidência de Dilma Rousseff, em 2010, com a rede social #dilmanarede.” e ações de solicitação de doações para os EES realizado pelo FBES de Ecosol.

Todas essas ações foram fundamentais, já que, delas surgiram o financiamento da plataforma do Cirandas.net e o avanço do *Noosfero30*. Entretanto, segundo Alvear (2014), como o processo de desenvolvimento ocorreu de maneira coletiva, o Cirandas.net é reflexo de muitos conflitos entre o demandante (FBES) e o desenvolvedor (Colivre). Esses conflitos ocorreram devido:

Haver diferentes visões sobre a forma de desenvolvimento, sobre as prioridades no desenvolvimento e, principalmente, se o *Noosfero30* teria como foco ser um software de rede social ou de rede econômica. Como havia poucos recursos e o FBES não era o único demandante, acabou-se priorizando as funcionalidades de rede social, já que a Colivre percebia que uma plataforma de redes sociais livre teria muitos mais interessados. [...] Um dos conflitos era a preferência do FBES para que houvesse algum comitê formado por esses clientes, para pensar, de forma conjunta, as próximas funcionalidades. Entretanto, a Colivre preferia essa dinâmica³⁸, que era mais utilizada em projetos. (ALVEAR, 2016, p. 214- 215).

Em Maio de 2009 ocorreu uma votação nacional pelo *site* do FBES³⁹ para decidir o nome da plataforma do movimento de Ecosol, inicialmente denominado de *Anhetegua* e de

³⁸ Alvear (2014, p216) A Colivre desenvolvia o *Noosfero* utilizando método ágeis, com um ciclo de desenvolvimento de, aproximadamente, um mês e utilizando uma combinação entre *Scrum* e *XP*, como a programação em pares, o desenvolvimento baseado em testes (TDD) e o *refactoring* constante. No início de cada ciclo, os clientes [FBES] que tinham contrato com a Colivre para desenvolvimento de instâncias do *Noosfero* definiam suas listas de prioridades de requisitos, e essas listas eram desenvolvidas pela Colivre. Na última semana do ciclo, uma nova versão do sistema era disponibilizada em um servidor de testes, e os clientes podiam avaliar se havia algum erro e solicitar que fossem feitos reparos e pequenos ajustes.

³⁹ Disponível em: <WWW.FBES.ORG.BR>. Acessado em 17 de jul. de 2017

sistema do FBES, vencendo o nome Cirandas.net. (FARIA, 2010). Assim, segundo Tygel & Motta (2010, p. 17), o Cirandas.net “representa o casamento entre a virtualidade da internet e a territorialidade da realidade da Economia Solidária, possibilitando a conformação de um novo tipo de espaço, no qual a informação compartilhada pode diminuir distâncias”.

Outro aspecto importante no desenvolvimento do Cirandas.net é que o objetivo inicial da plataforma era dar vida aos dados do mapeamento de Economia Solidária, conforme exigência do FBES, no entanto, outros objetivos foram surgindo:

O sistema é uma iniciativa do FBES e tem como principais objetivos potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da economia solidária; oferecer ferramentas para consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos. (TYGEL; MOTTA, 2010, p.17).

O Cirandas.net foi lançado em 29 de maio de 2009, durante o III ENSL — Encontro Nordeste de *Software* Livre & IV Festival *Software* Livre da Bahia. Nesse lançamento o objetivo era apresentar a versão Beta, já que o sistema ainda não estava completo, apesar de contabilizar mais de 21.000 empreendimentos econômicos solidários mapeados no ano de 2007. (FARIA 2010).

Com o lançamento do Cirandas.net, constatou-se que o *site* é um exemplo de união da gestão da informação com a concepção de uma economia mais justa e solidária, pois trata de um sistema construído para Economia Solidária em parceria com uma cooperativa. (MANTOVANI *et al*, 2011). Além disso, o Cirandas.net disponibiliza um ambiente em que as informações circulam entre os EES, Entidades de Apoio e fomento a Ecosol, Poder Público e Sociedade civil, ou seja, é uma rede social para a articulação Econômica, Social e Política do movimento da Economia Solidária. (MANTOVANI *et al*, 2011).

Durante a construção do Cirandas.net ocorreu alguns conflitos, sendo esses, a dificuldade de compreensão de exigências feitas pelo FBES à Colivre, A exemplo disso, o FBES gostaria de acompanhar algumas alterações e elaborações da plataforma mais de perto, ou seja, participar ativamente, representado por uma comissão no desenvolvimento técnico, porém a cooperativa sugeriu realizar os trabalhos separadamente e enviar para que o FBES analisasse e enviasse as próximas alterações, pois era o modelo de trabalho proposto pela cooperativa.

Outro ponto de divergência foi em relação aos princípios do software livre, pois houve controvérsia sobre os riscos éticos no desenvolvimento do *Noosfero30*. Assim, parte

das pessoas que participavam da discussão acreditavam que um software que utiliza a licença *copyleft* pode ser usado para qualquer fim, e não apenas para aquele para o qual foi desenvolvido. Logo, uma empresa pode usá-lo promovendo a lógica capitalista. Nesse sentido, houve uma cisão dos que eram favoráveis ou não em manter essa licença, consequentemente ocasionou a separação e o nascimento de outro sistema, conhecido como *Solidarius*.

A temática das Tecnologias da Informação tornou-se um dos desafios para a construção do Cirandas.net, pois não era atraente e nunca tinha sido adicionada como uma das prioridades dentro do movimento da Ecosol. Existia também o fator geográfico que dificultava a comunicação entre o movimento e a construção do Cirandas.net. Independente dos desafios e das dificuldades, Tygel (2017) descreve que a ideia da elaboração e todo o acompanhamento desse processo surgiu do FBES, composto majoritariamente por Empreendimentos Econômicos Solidários, ou seja, a base do movimento da Ecosol.

De acordo com Tygel & Motta (2011, p. 29), a plataforma Cirandas.net

possibilita o consumidor encontrar produtos e serviços da Ecosol de todo o país, e os empreendimentos podem descobrir novos parceiros, seja no fornecimento de matérias primas, seja na partilha de rota e logística e na troca de experiências ou na articulação para conseguir fazer ofertas de grande escala.

Também é função da plataforma:

Hoje, cada empreendimento solidário tem em Cirandas seu próprio site gratuito na internet, onde é possível contar sua história, mostrar sua vitrine de produtos e serviços e ter acesso às ferramentas de inteligência econômica, tais como o “farejador de oportunidades” e o “descobridor de rotas partilhadas”, entre muitas outras. Também é possível ao empreendimento dizer aos/às consumidores/as como o preço de cada produto ou serviço é construído, contribuindo, assim, na construção do preço justo. (TYGEL; MOTTA, 2011 p. 30).

Nesse contexto, o Cirandas.net foi desenvolvido baseado em quatro pilares fundamentais, permitindo a melhor compreensão sobre a sua natureza e potencialidade, conforme descrito na sequência, conforme Cirandas.net (2017).

3.1 PRIMEIRO PILAR: REDE SOCIAL (SISTEMA DE GESTÃO DE CONTEÚDOS)

Esse pilar refere-se aos conteúdos, documentos, e agenda de eventos que são inseridos de maneira descentralizada por pessoas que não entendem o sistema de programação

e nem as linguagens de computador. Isso permite uma dinâmica e alimentação descentralizada dos conteúdos do sistema:

Cada usuário/a tem uma página própria. Nesta página, a pessoa pode ter seu blog, colocar suas idéias, fotos, eventos, mostrar de quais empreendimentos solidários participa, de quais empreendimentos costuma comprar produtos, os temas que lhe interessam, entre outras coisas. Além disso, há as comunidades virtuais, em que cada usuária/o ou empreendimento pode participar. Estas comunidades podem ser comunidades territoriais, comunidades temáticas ou comunidades econômicas. As possibilidades de se relacionar, encontrar pessoas do movimento, trocar ideias e se articular politicamente são, assim, ilimitadas. (CIRANDAS.NET, 2017).

3.2 SEGUNDO PILAR: ORGANIZAÇÃO EM RECORTES OU “ESPAÇOS”

Esse pilar refere-se à possibilidade de os usuários se conectarem em espaços virtuais que possibilitam trocas de experiências, conforme descrito abaixo:

Cada pessoa, texto, foto, evento, comunidade, documento ou qualquer outro tipo de conteúdo pode ser categorizado (no caso de pessoas, trata-se de "interesses" ao invés de "categorias"). Estas categorizações permitem que seja possível ao usuário entrar em portais específicos, chamados de "Espaços", e lá ficar sabendo tudo o que há no conjunto do sistema relacionado. Quando o usuário entra num Espaço, é como se entrasse num portal dentro do sistema, em que tudo o que se vê tem a ver com a categoria escolhida. Existem 3 tipos de Espaços: Os territoriais, os econômicos e os temáticos. Eles são ferramentas que permitem ao usuário ver de forma organizada tudo o que se produz no Cirandas relacionado a temáticas, territórios e setores econômicos específicos, o que potencializa a organização em redes ” (CIRANDAS.NET, 2017)⁴⁰.

3.3 TERCEIRO PILAR: INTELIGÊNCIA ECONÔMICA COLETIVA E SOLIDÁRIA

O terceiro pilar está ligado ao fato de fornecer informações para os empreendimentos econômicos solidários e consumidores, além de organizar potenciais fluxos de comercialização e organização solidária. Segundo Tyguel (2017) essa base é fundamental em se tratando de uma tecnologia inovadora, no qual pode ser definida como uma rede social e um sistema de organização que já conquistou muitos adeptos, conforme listado a seguir:

⁴⁰ Disponível em: <<http://cirandas.net/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Todas as citações referentes ao Cirandas.net foram retiradas do próprio *site*.

A mais evidente destas funcionalidades é a disponibilização de site Web gratuito: há hoje no Cirandas os mais de 21 mil sites de empreendimentos solidários disponíveis, e destes estavam ativados em maio de 2014: 8003 usuários, 671 empreendimentos, 1863 produtos, 569 comunidades, números e utilização que cresce a cada dia. No site do FBES o Farejador que apresenta os mais de 3.000 produtos e serviços diferentes em uma complexa e vasta árvore, com dados do mapeamento nacional de 2007. Há várias outras funcionalidades em desenvolvimento, dentre as quais vale citar os Farejadores de Oportunidades (sistema georreferenciado que permite ao empreendimento solidário identificar fornecedores de matérias primas e compradores de seus produtos na sua região que sejam também da Economia Solidária); o sistema de partilha de rotas (banco de dados comum que armazena as rotas usualmente utilizadas por cada empreendimento para compra de insumos e venda de seus produtos/serviços e que avisa aos empreendimentos quanto a oportunidades de partilha de rotas entre os mesmos para otimização financeira e redução de danos ambientais); o sistema de gestão de coletivos de consumo (permitindo a grupos de consumo a gestão de listas coletivas de compras, encontrando fornecedores no Cirandas, além de instituições públicas ou privadas poderem lançar na forma de “pregão solidário” suas necessidades de compras que serão lançadas ao conjunto de empreendimentos no sistema); a disponibilização de informações relacionadas aos critérios do comércio justo e solidário (apresentação da composição do preço, origem dos insumos e matérias primas, certificações, etc.) (CIRANDAS.NET, 2017)

3.4 QUARTO PILAR: INTEROPERABILIDADE E PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS

Esse último pilar baseia-se na ideia de que a plataforma não é uma ferramenta única e exclusiva para uma determinada população, mas sim uma ferramenta que tem como base a interoperabilidade, ou seja, a capacidade de dialogar e interagir com outros sistemas, portais, *sites* e *softwares* existentes e em uso, tanto via *web* como *softwares desktop*:

Assim, um empreendimento que utilize um *software* para gestão interna de clientes, fornecedores e estoque deve poder, a partir deste mesmo *software* em sua máquina, fazer atualizações diretamente no *site* do empreendimento que está no ar no Cirandas, e vice-versa, apenas para citar um exemplo. O Cirandas é uma experiência em andamento que procura aliar o que há de mais avançado no que diz respeito à gestão de informação em espaços na internet à construção de uma nova concepção sobre a gestão de informação que atenda à necessidade de uma economia justa. É um sistema construído para e pela nova economia possível e necessária, solidária e democrática. Sistemas avançados de informação, logística e organização das redes e cadeias solidárias podem e devem ser desenvolvidos pela e para a Economia Solidária como parte da estratégia de consolidação das bases para um desenvolvimento sustentável, solidário, democrático e diversos a partir dos territórios. (CIRANDAS.NET, 2017)⁴¹.

⁴¹ Disponível em: <<http://cirandas.net/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Em se tratando do aspecto técnico da plataforma, o Cirandas.net (2017) informa que o acompanhamento técnico do *site*, a gestão técnica e o uso e apropriação do sistema Cirandas.net é de responsabilidade do coletivo Samasti, dado que foi firmado em um termo de parceria entre o FBES e o coletivo. Sobre a Samasti, surge da interação de duas pessoas que pretendiam estender o sistema dos grupos de consumos do Cirandas.net, e em decorrência realizaram a gestão técnica da plataforma. No ano de 2018, o foco da Samasti é trabalhar com os grupos do consumo e não mais com toda a plataforma do Cirandas.net (Entrevistado U).

Diante disso, entende o Cirandas.net como uma plataforma *online* desenvolvida pela cooperativa Colivre em parceria com o movimento da Economia Solidária, e se apresenta como uma das possibilidades de inclusão social para os EES do Brasil, mesmo perante algumas dificuldades. Dessa forma, na plataforma cada usuário/a tem uma página *online* pessoal do EES e contam com comunidades virtuais, onde se partilham conhecimentos e práticas da Economia Solidária.

É importante destacar que o Cirandas.net possuiu algumas limitações ou controvérsias, mas no século XXI tem se apresentado como um dos maiores exemplos de conexão da tecnologia com o movimento da Economia Solidária. À vista disso será apresentado o estudo realizado com o/as trabalhadores/as que utilizam o Cirandas.net.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresentará os resultados da pesquisa com o objetivo de responder o seguinte questionamento: como ocorre a apropriação dos/as trabalhadores/as dos Empreendimentos de Economia Solidária pelo Cirandas.net?

A Pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética e pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, conforme o número CAAE: 83246017.4.0000.5547. Ao todo, foram realizadas 17 entrevistas no período de Setembro de 2017 a Fevereiro de 2018.

Os/as entrevistados/as receberam um convite para participar da pesquisa por meio dos dados disponíveis em suas respectivas páginas no Cirandas.net, ou seja, todos foram contatados por *e-mail* ou pelo número telefônico cadastrado na mesma. Após o convite foi agendado uma entrevista *online* em horário acessível para ambas as partes.

Para tanto, foi apresentado, no dia da entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Consentimento de Uso de Voz e Imagem (Anexo D e E) ao/a candidato/a a entrevista, o qual teve o objetivo de explicar o teor da pesquisa, salientar sobre o sigilo da mesma e alertar para a possibilidade de desistência da participação na referida pesquisa a qualquer tempo por parte do entrevistado, o pesquisador também solicitou autorização para gravar as respostas concedidas.

Todas as entrevistas foram realizadas *online* e por meio dos aplicativos *skype/whatsapp*. Em média, cada entrevista durou cerca de 30 a 40 minutos. Todas foram gravadas e transcritas posteriormente.

Um dos desafios da pesquisa foi contatar os/as trabalhadores/as dos EES para participar da entrevista, pois por mais que o contato estivesse disponível na plataforma do Cirandas.net não significava que o grupo aceitaria participar da pesquisa, que retornaria o convite ou que teria tempo disponível para ceder uma entrevista. Por isso, foi preciso entrar em contato via chamada telefônica, mensagem no *Facebook*, *E-mail* e *Whatsapp*. Também foi um desafio organizar as agendas para a realização das entrevistas, já que os/as trabalhadores/as dos Empreendimentos Econômicos Solidários participam de outras atividades, necessitam de tempo para produção e também ter tempo disponível para as relações sociais.

As 17 entrevistas realizadas foram divididas em dois grupos. O primeiro foi denominado de Empreendimentos Econômicos Solidários e contou com a participação de 15 entrevistados/as representantes de seus coletivos. Já o segundo grupo foi nomeado de Gestores Técnicos do Cirandas.net⁴², pois as duas pessoas entrevistadas chegaram a colaborar na gestão técnica da plataforma, conhecem a história de criação da mesma e pertencem ou pertenceram a EES/Coletivo ou Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária por ocasião da construção do Cirandas.net.

O roteiro de entrevista⁴³ utilizado nesta pesquisa para ambos os grupos, foi composto por 26 perguntas distribuídas em quatro fases, a saber:

- **1ª. Fase: A Identificação que foi separada em três momentos:**

1º. Momento: Identificação do/a trabalhador/a entrevistado/a que representa o EES ou os Gestores Técnicos nessa pesquisa, a saber: faixa etária; gênero; cor ou raça;

2º. Momento: Identificação do Empreendimento Econômico Solidário e da Entidade/Coletivo propriamente ditos. Neste momento perguntou-se o nome do EES/Entidade/Coletivo; a região do país a qual pertence; se o EES/Entidade/Coletivo se enquadram como Rural, Urbano ou Urbano/Rural; atividade econômica; a categoria social que os/as trabalhadores/as do EES/Entidade/Coletivo pertencem, bem como a forma de organização deles. Além dessas indagações, foi possível levantar a quantidade de pessoas que compõe cada EES/Entidade/coletivo; (Vide Quadro 4)

3º. Momento: Identificação dos/as trabalhadores/as que compõem os EES/Entidades/Coletivo entrevistados/as nessa pesquisa, composta pelas seguintes questões: se são alfabetizados/as; se existem trabalhadores/as que trabalham em outro lugar com carteira assinada; se alguém do EES/Entidade/Coletivo faz uso de programas de transferência de renda; se pertencem a algum povo ou comunidade tradicional; o perfil dos/as trabalhadores/as e se participam do movimento da Economia Solidária.

- **2ª. Fase: A História do Empreendimento Econômico Solidário e da Entidade/Coletivo que participaram como Gestores técnicos do Cirandas.net:**

Contada a partir do relato do/a trabalhador/a entrevistado/a.

- **3ª. Fase: A Aproximação do Empreendimento Econômico Solidário/Entidade com a Plataforma Cirandas.net:**

Pautado nos seguintes questionamentos: como o EES conheceu a Plataforma Ciranda.net; e se participou da elaboração da mesma.

⁴²Grupo/Entidade responsáveis por manter o Cirandas.net *online* (Entrevistado U)

⁴³ Roteiro disponível nos Anexos B e C.

- **4ª. Fase: Experiência dos EES/Entidade/Coletivo com o Cirandas.net:**

Com base nas seguintes questões como: treinamento dos/as trabalhadores/as para usar o Cirandas.net; acesso a material de consulta ou manual de utilização da plataforma; em caso de dúvida e de sugestão, como os/as trabalhadores/as procedem?; Já houve alguma sugestão de alteração, por parte dos empreendimentos?; Atualização do Cirandas.net; qual motivo de uso do Cirandas.net; Impacto para o EES; e outras informações.

A seguir, serão apresentados os dados compilados referentes à 1ª. e 2ª. fases supramencionadas para depois proceder com a análise, a partir do conteúdo relativo às 3ª. e 4ª. fases.

4.1 1ª. FASE: IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRIA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS/ENTIDADES/COLETIVO

4.1.1 Identificação do/a trabalhador/a dos EES/Entidade/Coletivo entrevistado/a

Para efeito desta pesquisa cada EES/Entidade/Coletivo foi representado por um/uma trabalhador/a indicado no momento em que receberam o convite para participar.

Por conta disso, levantou-se que as 17 pessoas entrevistadas compõem a faixa etária entre 21 e 60 anos sendo que, em sua maior parte, 11 são mulheres, e seis são homens; 12 se declararam da cor Branca, três Pretas, uma Parda e uma Indígena.

Sobre a cor/raça dos/as entrevistados/as, foi detectado que a pesquisa converge com os dados do II mapeamento da Economia Solidária no Brasil:

As cores branca e preta rivalizam na maioria das Regiões, com o predomínio da primeira no Centro-Oeste (21%) e Sudeste (18%), e da segunda no Nordeste (10%) e Norte (6%). Os grupos indígenas e amarelos são minoritários, mas com alguma presença dos primeiros na Região Centro Oeste (3%) e dos segundos, na Região Nordeste (1%).” (GAIGER, 2014, p. 51).

Relacionando os dados do II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil com a pesquisa realizada, no que tange a cor dos participantes por região há diferenças, já que na região Sul o número de pessoas brancas é o que predomina, sendo um total de seis. Já nas regiões Nordeste e Sudeste o número de pessoas referente à cor preta é o mesmo,

contabilizando dois cada um. Ademais, o Nordeste também identificou duas pessoas brancas e o Sudeste três pessoas Pretas, no entanto, o grupo indígena dialoga com o II mapeamento de Economia Solidária no Brasil, pois se apresenta como minoritário, sendo que na região Centro-Oeste identificou um indígena e na região Norte um pardo.

4.1.2 Identificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Com o objetivo de compreender quem são os EES que utilizam o Cirandas.net, será apresentada na sequência um quadro resumo (Quadro 4) com os nomes dos EES; a região do país e cidade a que pertencem; a quantidade de trabalhadores/as; a atividade econômica; a categoria social dos EES e a forma de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários seguido da discussão.

Quadro Resumo dos EES que participaram da pesquisa (Continua)							
Nome do EES	Região do Brasil	Nome da Cidade – Estado	Quantidade de Trabalhadores	Atividade Econômica	Categorias Sociais	Forma de organização	Urbanos, Urbano-rurais e Rurais
Instituto Tucumã	Região Norte	Porto Velho - Rondônia	80	Produção e Comercialização	Artesão	Cooperativa	Urbano/Rural
Art. Gravatá	Região Nordeste	Gravatá – Pernambuco	14	Produção e Comercialização	Artesão/Artista/ Trabalhadores autônomos por conta própria	Associação	Urbano/Rural
Associação Comunitária de Matarandiba – Ascoma	Região Nordeste	Ilha de Itaparica – Bahia	26	Produção, Consumo e Comercialização	Agricultores Familiares/ Cultural	Associação	Rural
Coopertane	Região Nordeste	Salvador – Bahia	10	Prestação de Serviços, Comercialização e Produção	Artesão	Cooperativa	Urbano
Iber Ajala	Região Centro-Oeste	Campo Grande - Mato Grosso do Sul	4	Prestação de Serviços, Comercialização e Produção	Artesão	Cooperativa	Urbano/Rural
Papel Pínel	Região Sudeste	Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	10	Produção e Comercialização	Artesão Artista Catadores de Material Reciclável Desempregados	Grupo Informal	Urbano
Elosolar	Região Sudeste	Campinas - São Paulo	3	Produção e Comercialização	Artesão Catadores de Material Reciclável	Grupo Informal	Urbano

Nome do EES	Região do Brasil	Nome da Cidade – Estado	Quantidade de Trabalhadores	Atividade Econômica	Categorias Sociais	Forma de organização	Urbanos, Urbano-rurais e Rurais
Ateliê Tia do fuxico	Região Sudeste	Guarulhos - São Paulo	8	Troca de Serviços, Comercialização e Produção	Artesão Agricultores Familiares Catadores de material reciclável Desempregados	Grupo Informal	Urbano
Tendarte	Região Sudeste	Osasco - São Paulo	3	Produção e Comercialização	Artesão	Grupo Informal	Urbano
Compras Coletivas Ecosolidárias	Região Sul	Florianópolis - Santa Catarina	3	Comercialização	Agricultores Familiares	Grupo Informal	Urbano
Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis - Acaresti	Região Sul	Santa Terezinha do Itaipu – Paraná	38	Prestação de Serviços	Catadores de Material Reciclável	Cooperativa	Urbano/Rural
Associação dos Artesãos da Feira de Arte	Região Sul	Porto Alegre - Rio Grande do Sul	8	Produção e Comercialização	Artesão	Associação	Urbano
Mulheres Artesãs de Garopaba – MAG	Região Sul	Garopaba -Santa Catarina	5	Produção e Comercialização	Artesão	Grupo Informal	Urbano
Mundo Mais Limpo	Região Sul	São Leopoldo - Rio Grande do Sul	8	Produção e Prestação de Serviços	Artesão Catadores de Material Reciclável	Cooperativa	Urbano

Nome do EES	Região do Brasil	Nome da Cidade – Estado	Quantidade de Trabalhadores	Atividade Econômica	Categorias Sociais	Forma de organização	Urbanos, Urbano-rurais e Rurais
Araçá grupo de abastecimento e consumo responsável	Região sul	Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul	80	Troca de Serviços, Comercialização e Produção	Agricultores Familiares Assentados da Reforma Agrária Técnicos, Profissionais de Nível Superior Trabalhadores Autônomos por Conta Própria	Grupo Informal	Urbano/Rural

Quadro 4 - Resumo Dos Empreendimentos Econômicos Solidários Que Participaram Da Pesquisa

Fonte: Entrevistas com os/as trabalhadores/as representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários/Entidades/Coletivo participantes da pesquisa.

Elaborado pelo autor (2018).

No que tange a quantidade de integrantes dos EES, ressalta-se que as 15 pessoas que fizeram parte desta pesquisa estavam representando todos os membros de seu EES, ou seja, um total de 300 trabalhadores/as de Ecosol e desses, classificou-se que 189 são mulheres e 111 homens.

Dos 15 EES entrevistados, nove se consideram como empreendimentos urbanos, cinco como urbano/rural e apenas um se enquadrrou como exclusivamente rural. Contudo, esses dados confrontam ao que foi pontuado no II mapeamento de Economia Solidária no Brasil segundo Gaiger (2014, p. 19):

No tocante à área de atuação nos municípios, mais da metade atua predominantemente em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% de EES que atuam em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea tanto em áreas rurais quanto em urbanas. Esses números também são bem próximos dos obtidos no primeiro mapeamento, que já havia detectado essa predominância de empreendimentos coletivos no meio rural, muito em função das organizações da agricultura familiar que buscam diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização de sua produção.

Apesar da amostra dessa pesquisa ser pouco representativa para concluirmos sobre o padrão de EES que acessam o Cirandas.net, é possível pressupor que o baixo número de EES exclusivamente rurais e que acessam a internet está coerente com a recente pesquisa publicada *online* pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) (2017). No ano de 2016, somente 54% das residências brasileiras continham acesso à *internet*, o que representa “36,7 milhões de residências e dessas 23% dos domicílios das classes D/E estão conectados à Internet, enquanto em áreas rurais esta proporção é de 26%” (CGI.br, 2017, s/n). Além disso, o CGI.br ressalta que “o acesso à Internet está mais presente em domicílios de áreas urbanas (59%), e nas classes A (98%) e B (91%)” (2017, s/n), ou seja, representa uma porcentagem pequena na área rural e nas classes D/E, fato esse, que influencia diretamente o resultado da pesquisa.

Ainda na identificação constatou-se que dos 17 entrevistados, um é da Região Norte, quatro são do Nordeste, um do Centro-Oeste, cinco da Região Sudeste e seis da Região Sul. Com relação a esses dados, eles serão mais bem explanados nos resultados da 2ª. fase que compõe a história do Empreendimento Econômico Solidário e da Entidade/Coletivo que integra os Gestores técnicos do Cirandas.net, contada a partir do relato do/a trabalhador/a entrevistado/a.

Com relação à atividade econômica que os/as entrevistados/as identificavam seu grupo, o resultado está apresentado no gráfico um a seguir:

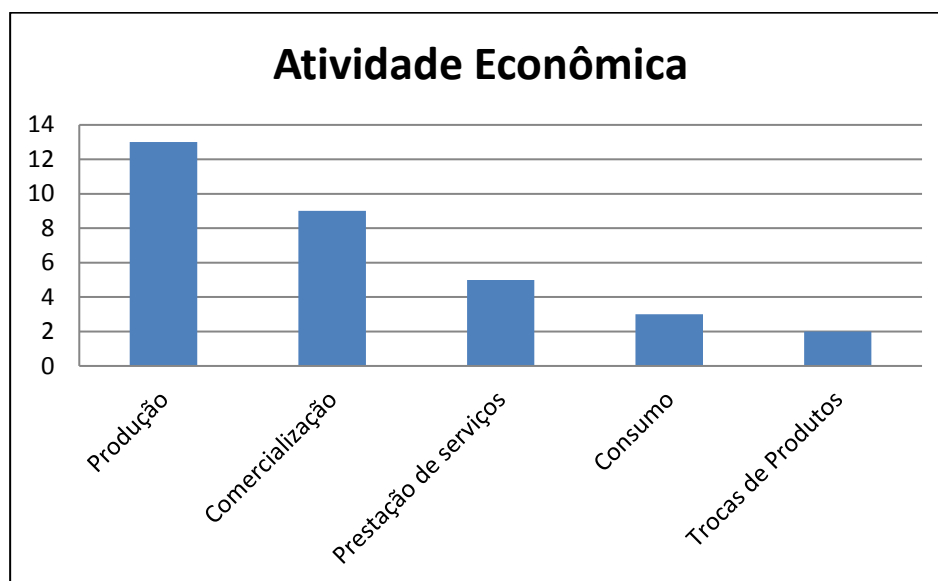


Gráfico 1 - Atividade Econômica dos EES Entrevistados

Fonte: Entrevistas com os/as trabalhadores/as representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários/Entidades/Coletivo participantes da pesquisa. Elaborado pelo autor (2018).

O Gráfico 1 expressa as atividades econômicas que cada EES identificou, e, em alguns casos, optaram por mais de uma, por realizarem atividades diversas em seus respectivos EES. A atividade econômica que mais se destacou na pesquisa foi a produção com 13 EES, seguido da comercialização com nove, a prestação de serviços com cinco, o consumo com três e a troca de produtos ou serviços com apenas duas incidências.

Esse resultado converge com os dados do II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, pois as três primeiras atividades econômicas dos EES que mais pontuaram foram: 56,2% na produção; 20% no consumo; 13,3% na comercialização; 6,6% na prestação de serviços, ou seja, a mesma ordem dessa pesquisa, porém as duas últimas categorias se apresentaram distintas na tabela oito sobre mapeamento, 2,2% se identificaram em trocas de produtos ou serviços e 1,7% na poupança, crédito ou finanças solidárias. (GAIGER, 2014).

Ainda, questionou-se a respeito da categoria social que os EES se identificavam, e os resultados apontaram também existir grupos que se identificam em mais de uma categoria, conforme demonstrado no Gráfico 2, a seguir:

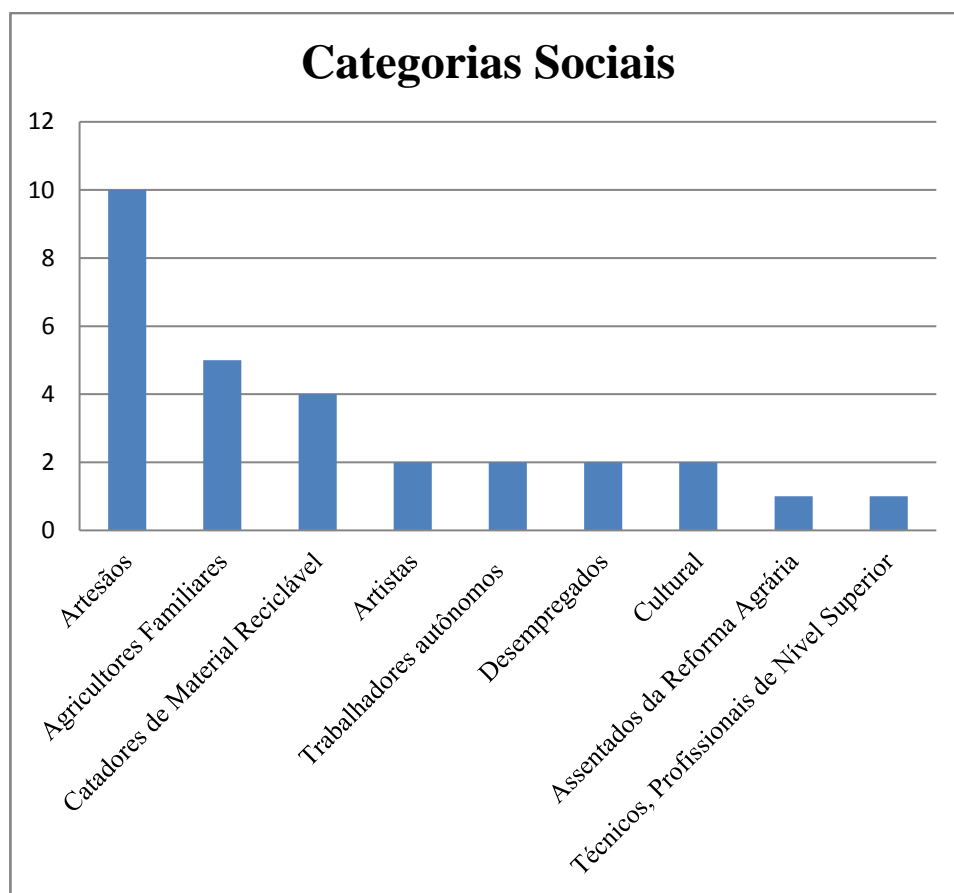


Gráfico 2 - Categorias Sociais dos EES Entrevistados

Fonte: Entrevistas com os/as trabalhadores/as representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários/Entidades/Coletivo participantes da pesquisa. Elaborado pelo autor (2018).

Diante do Gráfico 2, apreende-se que os/as trabalhadores/as identificaram-se, em sua grande maioria como artesões representando 35%, e agricultores familiares com 17%. Dessa maneira, são perceptíveis que os/as trabalhadores/as dos EES se veem como artesãos, por entenderem que o produto comercializado é constituído em seu cerne como artesanal, por ser produzido por eles mesmos.

Ademais, o resultado está coerente com o II mapeamento da Economia Solidária no Brasil, já que as duas categorias mais pontuadas foram agricultura familiar e artesãos. O II mapeamento da Economia Solidária no Brasil identificou que “46,2% são agricultores familiares (não assentados da reforma agrária); assentados da reforma agrária (13,7%); artesãos (11,6%), outros trabalhadores autônomos (6,2%) e catadores de materiais recicláveis (5,0%), técnicos ou profissionais de nível superior (3%)”. (GAIGER, 2014, p. 64).

A forma de organização dos EES que integraram a amostra dessa pesquisa demonstrou que sete EES se consideram grupos informais, seguido de cinco cooperativas e três associações. Segundo Veronese (2011), um Empreendimento Econômico Solidário pode compreender diversas modalidades de organização econômica, tais como: grupos de produção, associações formais e informais, cooperativas e empresas de autogestão.

O resultado difere da realidade apontada no II mapeamento da Economia Solidária no Brasil quanto à forma de organização, “60% dos EES são associações, 30,5% são grupos de trabalhos informais e 9,7% são cooperativas” (GAIGER, 2014, p. 33). Além disso, a pesquisa identificou que os EES, em sua grande maioria são compostos por mulheres, em que dos/as 300 trabalhadores/as representados pelos 15 entrevistado/as, 111 são homens, 189 são mulheres e dessas: 87 integram Cooperativas, 77 grupos informais e 25 associações.

O II Mapeamento de Economia Solidária do Brasil apontou um resultado diferente sobre a relação de gênero dos EES, porém no que tange a quantidade de mulheres em grupos informais, ambos relatam que as mesmas são a maioria.

Em termos de relação de gênero, a maioria do quadro social desses EES é do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total) contra 620.258 do sexo feminino (43,6%), com uma média de 41 homens e 32 mulheres por EES. Nesse quesito, as cooperativas e os grupos informais apresentam outra relação inversa: enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) dentre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%). (GAIGER, 2014, p. 24).

4.1.3 Grupo Gestores Técnicos do Cirandas.net

Enfatizando o segundo grupo entrevistado, Gestores Técnicos do Cirandas.net, é necessário esclarecer que cada um foi convidado pessoalmente, por *e-mail* ou pelo aplicativo *whatsapp* para participar da pesquisa. Também, recorda-se que as perguntas desse grupo são as mesmas do questionário utilizado para os EES, porém adaptado para a realidade dos gestores técnicos, conforme o Anexo C.

Considerando que somente dois trabalhadores foram entrevistados, a análise não abordará todas as perguntas do questionário, pois isso poderia possibilitar a identificação dos trabalhadores que integraram a pesquisa. Dessa forma, um dos

gestores técnicos integra um EES que trabalha com o desenvolvimento de tecnologias da informação livres e o outro participa de um coletivo o qual desenvolve e realiza manutenções de tecnologias.

Os grupos de gestores técnicos somam um total de 10 trabalhadores/as e desses/as todas as pessoas são alfabetizadas, os dois se enquadram como grupos/coletivo de prestação de serviços, e não pertence a alguma comunidade tradicional. Além do mais ressaltaram que alguns de seus integrantes participam do movimento de Ecosol, por exemplo, em fóruns, conselhos, formações e outros espaços em que são convidados.

Nas entrevistas, foi identificado que no processo de desenvolvimento do Cirandas.net ocorreu a participação de trabalhadores/as dos EES nas discussões, pois segundo o entrevistado U, “o Cirandas sempre foi do FBES e eles que são o donos e o proprietários do Cirandas”. O FBES é composto por trabalhadores e trabalhadoras de EES, por Gestores Públicos e por Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária. O Entrevistado T relatou que o Cirandas.net:

Surgiu do FBES que criticava o SIES, pois acreditava que as informações do SIES seriam apenas para fazerem pesquisas e utilizarem em políticas públicas. Nisso conseguimos que as informações fossem utilizadas para geração econômica e nesse momento surgiu o farejador da ecosol que mostrava no mapa todos os EES mapeados e daria origem ao Cirandas [...] Tudo na construção do Cirandas foi discutido nas reuniões do fórum brasileiro que em sua grande maioria eram composto por EES que vinham representando os fóruns estaduais [...] Em uma das conferências nacional foi discutido com os EES que participaram o que eles queriam como ferramenta online. [...] Outro momento que discutimos junto com os EES o Cirandas foi nas reuniões de coordenação nacional do fórum e tudo isso era antes da existência do sistema que se chama Cirandas hoje.

O relato demonstra que a participação do movimento da Ecosol no desejo de desenvolvimento de uma plataforma *online* foi representativa. Segundo o entrevistado T, “as reuniões nacionais contavam com cerca de 80 pessoas de quase todos os estados do Brasil”. No entanto, quando se realizou a contratação da cooperativa pelo FBES para a construção do Cirandas.net e para a efetivação dos desejos manifestados nas reuniões do fórum, o processo de elaboração sofreu algumas modificações.

Uma dessas alterações foi o meio de comunicação do movimento da Ecosol com os desenvolvedores, já que o entrevistado T ficou responsável por fazer o diálogo entre as demandas do FBES e a cooperativa: “Eu era responsável por fazer a conexão do FBES que representava os EES e a cooperativa.” (Entrevistado T). Essa frequente

participação de T no processo de elaboração do Cirandas.net proporcionou que o mesmo fosse mencionado algumas vezes pelos/as trabalhadores/as dos EES que participaram das entrevistas, ou seja, tornou-se uma das referências no que tange o Cirandas.net.

Identificou-se, nas entrevistas que a maioria das ações surgidas durante a elaboração do Cirandas.net foi discutida nas reuniões do Fórum Brasileiro e junto com os/as trabalhadores/as dos EES, além disso, também realizou como estratégia de aproximação dos EES no desenvolvimento do Cirandas.net a criação de um grupo de testadores.

Existiu o processo de testes que era uma lista de e-mails de testadores do Cirandas, no qual tinha mais ou menos 30 pessoas de EES que testavam a plataforma. Isso toda vez que chegava algo novo da cooperativa ou eram feito as demandas do FBES. (Entrevistado T).

Ainda sobre o processo de criação do Cirandas.net, um dos grupos entrevistados sabia que, no início, o seu EES contribuiu financeiramente com o Cirandas.net, no entanto, não soube explicar quem foi a pessoa:

Nós participamos das discussões do Cirandas porque éramos inseridos e chegamos contribuir com os R\$ 5 na época para o Cirandas e respondíamos questionários, tipo uns relatórios, mas não lembro exatamente o como. (Entrevistado C).

Outro EES relatou ter participado das reuniões *online* no qual discutiam o futuro do Cirandas.net e as possíveis alterações para facilitar o uso da ferramenta para os EES, porém não soube explicar como o grupo estava inserido nesta discussão: “Fomos um dos primeiros grupos a trabalhar com o Cirandas na região e participamos de cursos e encontros de desenvolvimento, mas não fui eu” (Entrevistado O).

De acordo com Jesus e Costa (2010), a TS deve ser entendida como um desenvolvimento ou a utilização da tecnologia para a Inclusão e devido a isso, as pessoas devem estar envolvidas nas mais diversas etapas da TS para promover reflexões e ações sobre ela.

Entretanto, os gestores técnicos também comentaram sobre algumas falhas no Cirandas.net, por exemplo, o entrevistado T argumentou:

Que ocorreu um grande equívoco no desenvolvimento da tecnologia do Cirandas.net, uma vez que o Cirandas.net deveria ter aproveitado algo que já

estava elaborado e desenvolver melhorias ou adaptações, mas a contratação da cooperativa iniciou a tecnologia do zero o que demandou muitos recursos.

Já o entrevistado U relata que “uma das grandes dificuldades do Cirandas.net foi a falta de foco, pois existem recursos disponibilizados pelo Cirandas.net que, na maioria das vezes, não são utilizados pelos EES”, por exemplo, as comunidades e o calendário de eventos *online*.

Esses apontamentos também foram identificados nas entrevistas com os EES, pois nenhuns dos entrevistados citaram que utilizam o Cirandas.net para se comunicar em comunidades ou se organizam pelo calendário de eventos, no entanto, todos comentaram que fazem o uso para comercialização, divulgação e dois acrescentaram serem responsáveis pela organização dos grupos de compras pelo Cirandas.net.

Na sequência, um quadro resumo (Quadro 5) do grupo/coletivo que integram os Gestores Técnicos participantes da pesquisa:

Quadro Gestores Técnicos do Cirandas.net.							
Nome da Entidade	Região do Brasil	Nome da Cidade – Estado	Quantidade de Trabalhadores	Atividade Econômica	Categorias Sociais	Forma de organização	Urbanos, Urbano-rurais e Rurais
Cooperativa EITA	Brasil	Brasil	8	Prestação de Serviços	Técnicos, Profissionais de Nível Superior	Cooperativa	Urbano
SAMASTI	Brasil	Brasil	2	Prestação de Serviços	Técnicos, Profissionais de Nível Superior	Informal	Urbano

Quadro 5 – Gestores Técnicos do Cirandas.net

Fonte: Entrevistas com os/as trabalhadores/as representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários/Entidades/Coletivo participantes da pesquisa. Elaborado pelo Autor (2018).

4.1.4 Identificação dos/as trabalhadores/as que compõem os EES/Entidades/Coletivos entrevistados/as nesta pesquisa

Importante ressaltar que participaram dessa pesquisa duas pessoas, as quais colaboraram com a gestão técnica do Cirandas.net, e os/as 15 entrevistados/as dos EES que representaram 300 trabalhadores/as.

Neste sentido, identificou que a maioria das pessoas que integram os EES são alfabetizadas, contabilizando um total de 254 e que 46 são analfabetas.

Tal resultado pode estar ligado ao fato de a pesquisa ter sido realizada com os/as trabalhadores/as dos EES que utilizam aparelhos eletrônicos para acessar a *internet*. Alguns relatos comentam que:

Quanto ao nível de alfabetização é bem complicado porque existem pessoas desde o ensino médio completo até pessoas que apenas assinam os nomes (Entrevistado G)

Nem todas as mulheres são alfabetizadas, duas não são, duas estão no ensino superior, eu em andamento e duas até a quarta série. (Entrevistado H)

Durante as entrevistas, notou-se que a maior parte das pessoas que trabalham nos EES dependem financeiramente do grupo e de programas de transferência de renda, pois quando questionadas se algum trabalhador/a do EES também trabalhava em outro lugar com carteira assinada, responderam que não, sendo o EES uma das principais formas de sustento para 226 trabalhadores/as que utilizam a renda advinda da Economia Solidária para o seu sustento.

Esse resultado não dialoga com a porcentagem de pessoas que dependem da renda advinda do EES em relação ao encontrado no II mapeamento da Economia Solidária que ocorreu entre fins de 2009 e início de 2013. “Entre os que responderam, 45,8% afirmou que a renda obtida é a fonte principal para os sócios que lá trabalham e 43%, que a renda serve como complementação de outras atividades” (GAIGER, 2014 p. 26). No entanto, para afirmar essa hipótese, seria necessária uma pesquisa com um número maior de entrevistados.

Ademais, existem as pessoas que também trabalham em outros lugares e utilizam a Ecosol para complementar a renda, conforme o relato dos seguintes depoimentos:

Temos sim, uma senhora que é professora no município, estado e dá cursos de alfabetização. (Entrevistado C).

Existe só uma no grupo que trabalha em outro lugar também. (Entrevistado K).

Só tem um que trabalha em outro lugar com a carteira assinada e já está com a gente mais de 15 anos. (Entrevistado I).

Esse dado socioeconômico aponta o avanço da consolidação da Ecosol como uma estratégia de política pública e geração de trabalho e renda, essas ações, ocorrem em diferentes grupos que se organizam pautados nos princípios da Economia Solidária e assim demonstram ser capazes de gerar renda e produzir bens e serviços com qualidade de disputar espaços. (SINGER, 2014). Guimarães (2000) enfatiza que o progresso dessa consolidação ocorre porque esse movimento não conta com o apoio financeiro de grandes empresas, mas trazem consigo o desejo de superar a sua condição econômica e enxergar uma possível alternativa de organização para o trabalho.

Levando em consideração o aspecto econômico dos/as trabalhadores/as dos EES, constatou-se que existem trabalhadores/as que se mantêm somente com a renda do EES, e utilizam a Ecosol como uma renda complementar ou ainda que trabalham com a Ecosol e, em contrapartida, possuem algum programa de transferência de renda, por exemplo, 8 dos 15 EES participantes da pesquisa contém pessoas que recorrem a algum programa de transferência de renda:

Sim temos pessoas que fazem o uso do Bolsa Família e do Seguro Defesa. (Entrevistado B).

Uma das prerrogativas que possibilita as pessoas participarem do grupo é ser beneficiária do Bolsa Família. (Entrevistado F).

Sim, existem famílias que são atendidas em diversos programas de transferência de renda desde municipais até federais, por exemplo, a própria Bolsa Família. (Entrevistado G).

Duas recebem o auxílio do Bolsa Família. (Entrevistado H).

Só temos duas beneficiárias do Bolsa Família. (Entrevistado K).

É tem, quase todas são e minha família também. (Entrevistado O).

Segundo nota técnica do Ipea (2006), tais programas de transferência de renda foram criados com o objetivo de atender uma determinada camada da população, garantindo uma renda mínima. Eles alcançam famílias cujos membros adultos estão em idade economicamente ativa e tenham interesse de trabalhar. Diante disso, é possível afirmar que o fato da maioria dos grupos integrarem pessoas que são beneficiárias de programas sociais,

demonstra a realidade econômica dos Empreendimentos Econômicos Solidários dos que participaram da pesquisa.

Esse fato reforça a ideia de que a Ecosol se apresenta como uma resposta às contradições do Capitalismo, pois possibilita que as pessoas excluídas socialmente integrem um modelo de desenvolvimento econômico pautado em princípios e valores opostos ao modelo predominante no século XXI. Contraditoriamente, essa realidade demonstra um forte traço de como as políticas públicas de Economia Solidária no Brasil foram delineadas desde a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, para atender prioritariamente a população mais empobrecida do país, sendo percebida inicialmente como alternativa de geração de trabalho e renda e não como um novo modelo de desenvolvimento econômico, social e cultural que se contrapõe efetivamente ao sistema econômico capitalista.

Os/as integrantes dos EES que participaram da pesquisa, em sua maioria, não pertencem a algum povo ou comunidade tradicional (12 EES) e os outros se distribuem em população negra com um EES, pescadores artesanais também um EES e caboclo com um EES. O questionamento sobre o perfil dos/as trabalhadores/as foi respondido apenas por um grupo e os demais não se enquadraram em nenhuma das respostas, a saber: pessoas com deficiência física ou mental; com transtornos mentais inclusive decorrentes de uso de álcool e drogas; egressos do sistema prisional; aposentados; e mulheres acima de 70 anos.

Já a pergunta relacionada à participação do EES no movimento da Economia Solidária possibilitou identificar que a maioria participa de ações nas quais envolvem a Economia Solidária no país, ou seja, 87% dos entrevistados (13 EES) integram conselhos de políticas públicas, outros movimentos sociais, fóruns municipais, estaduais, regionais e a nível nacional. Conforme descrito nos depoimentos abaixo:

Participamos do fórum da rede baiana de Bancos Comunitários, do fórum Região Metropolitana de Salvador também e agora também estamos fazendo parte do Turismo de base comunitária. Fazemos parte também do conselho de saúde do município, de agricultura familiar também. (Entrevistado B).

Requeremos recentemente a inscrição no movimento nacional por moradia e participamos de um conselho municipal que é voltado para a defesa e direito das mulheres. (Entrevistado F).

A associação participa de vários grupos né, estamos trabalhando na formação de uma rede para comercialização de materiais recicláveis na região e não mais somente no município, participamos municipalmente falando do conselho municipal de alimentação, participamos de vários outros grupos, por exemplo, coletivo de educadores e vários outros que na medida que vai aparecendo na cidade vamos participando. (Entrevistado G).

Dentro do município a gente faz parte do fórum de Economia Solidária, do fórum de catadores e recicladores, também do fórum do vale e quando tem os fóruns estaduais a gente procura. (Entrevistado H).

A gente participa do fórum de saúde mental, participa do fórum de Economia Solidária do Rio de Janeiro e todos os movimentos ligados na Saúde Mental. (Entrevistado I).

Sim até demais, é muita coisa, do fórum metropolitano de economia solidária, filiados a Unisol Brasil e da comissão do cadastro do CADSOL. (Entrevistado K).

Sim do Fórum Regional, Nacional e do conselho estadual de Artesanato e Ecosol. (Entrevistado N).

Olha já participei de assembleia, já participei de vários, já fui até do fórum estadual e hoje estou para entregar, nós vamos ter eleição novamente do fórum estadual e vai ter eleição novamente, já por duas vezes fui do conselho de fiscalização da loja o conselho fiscal da loja. (Entrevistado O).

Essas falas extraídas das entrevistas demonstram que o movimento da Ecosol é mantido e organizado por pessoas que fazem a Economia Solidária crescer no país, além disso, também identifica a transversalidade da Ecosol, pois existem EES que participam de outros movimentos e conselhos, por exemplo, movimento nacional por moradia, conselho em defesa e direito das mulheres, conselho de alimentação e do fórum de saúde mental.

Gadotti (2009) comenta que a Ecosol é considerada outra proposta de desenvolvimento pautada em novos modelos de organização, os quais valorizam aspectos, muitas vezes, negligenciados pelo capitalismo, como por exemplo, a educação popular, o respeito pela cultura local, a luta pela igualdade, o comércio justo, a cooperação, a solidariedade, o cuidado com a natureza e a participação popular nas mais diversas áreas, conforme identificado nas entrevistas.

4.1.5 2ª. Fase: A História do Empreendimento Econômico Solidário e da Entidade/Coletivo que pertencem os Gestores Técnicos do Cirandas.net, contada a partir do relato do/a trabalhador/a entrevistado/a

Continuando a apresentação dos resultados a 2ª. Fase do roteiro de entrevista, na qual solicitava-se que as pessoas argumentassem sobre a história do EES/Entidade/Coletivo. Para tanto, as apresentações dos EES foram separadas de acordo com as regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (vide Quadro 4), considerando as particularidades de cada região. Nesse contexto, é importante esclarecer que a motivação de alguns estados não

serem convidados a participar da pesquisa se refere ao não cumprimento dos critérios de seleção da amostra.

4.1.5.1 Norte

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região Norte do Brasil concentra a maior área em extensão dos pais, sendo que no ano de 2009 possuía uma população de 15,8 milhões de habitantes. Dessa forma, a região que detém o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. No entanto, para a realização da pesquisa foram convidados apenas representantes dos estados do Amazonas, Rondônia e Roraima, porém teve a participação efetiva somente o representante do Amazonas.

- **Instituto Tucumã**

O Instituto Tucumã para Promoção e Defesa dos Direitos do Cidadão é uma cooperativa, fundada oficialmente em 24 de outubro de 2004, que está localizada em Porto Velho - Rondônia. Segundo o entrevistado F, “antes da criação do instituto as artesãs já realizavam o trabalho artesanal na comunidade e integravam a cooperativa da região”. Então, devido à realidade econômica, as pessoas decidiram buscar ajuda financeira para o desenvolvimento, porém, se depararam com algumas dificuldades.

A gente buscou apoio, só que quando buscamos a gente descobriu que para receber ajuda do poder público a cooperativa é vetada. Só quem pode receber é fundações e associações e então a gente decidiu mudar o estatuto e surgiu então o instituto tucumã. (Entrevistado F).

Diante dessa dificuldade e fruto da busca de apoio, o instituto Tucumã nasceu com o objetivo de acompanhar/orientar os jovens e as famílias, em especial, vítimas dos problemas inerentes da miséria e da pobreza que persistem na região. Para isso, buscam desenvolver atividades que proporcionam o acompanhamento e desenvolvimento do território:

Por meio de ações que propiciem o desenvolvimento integral e sistêmico, a fim de que todos tenham subsídios e estratégias para o próprio sustento e inclusão no mercado de trabalho bem como na sociedade. Também rompe com a discriminação, por meio, do resgate do papel de cidadão e dos vínculos familiares. (CIRANDAS.NET, 2018. *online*).

Uma das ações desenvolvida pelo instituto Tucumã “é a comercialização dos artesanatos criados pelos próprios moradores da região, por exemplo, a Mandala e os trabalhos em palha.” (Entrevistado F).

Ademais, segundo o Cirandas.net (2018) a missão do Instituto é resgatar a dignidade e o respeito humano, apoiar e desenvolver ações para a elevação e a manutenção da qualidade de vida, do meio ambiente e da comunidade em suas mais variadas formas e relações socioeconômicas.

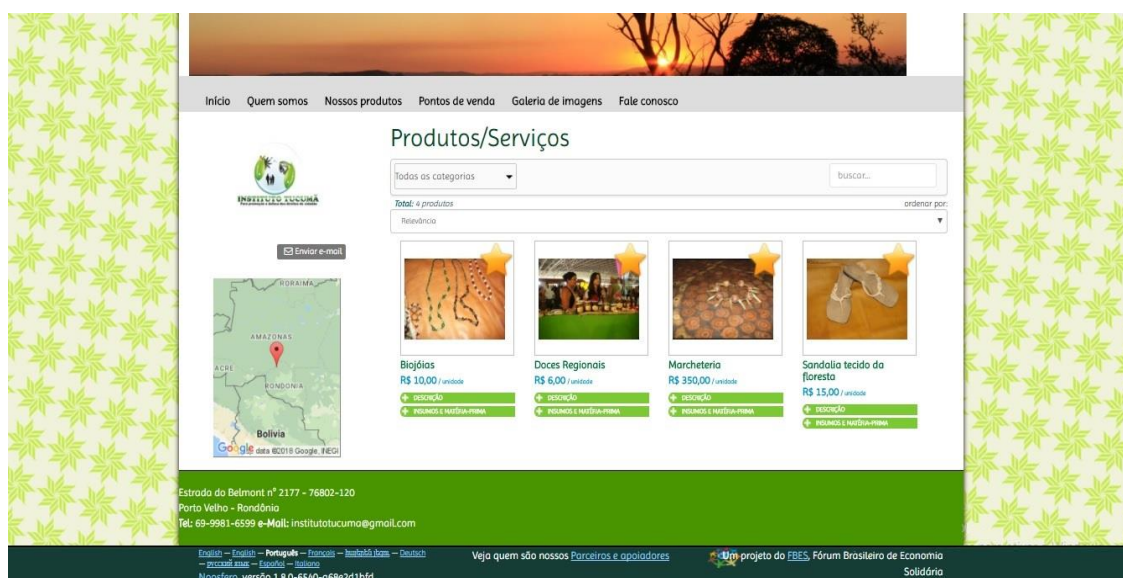


Figura 6 - Página Instituto Tucumã
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁴⁴ (2018).

4.1.5.2 Nordeste

De acordo com os dados do IBGE, a região Nordeste concentra o terceiro maior território do Brasil, e no ano de 2009 possuía uma população de 53,59 milhões de habitantes. Essa região compõe o menor IDH e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, além de ser a região com o maior número de estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão,

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Para essa pesquisa foram convidados apenas representantes dos estados da Bahia e Pernambuco.

- **Art. Gravatá**

Segundo o entrevistado A, “o Art. Gravatá é um projeto social de geração de trabalho e renda oriunda do Movimento Circulista⁴⁵ e as atividades tiveram início em 1979”. O projeto tinha como objetivo formar pessoas em marcenaria na região de Gravatá, com o desenvolvimento do mesmo, nos anos de 1980, iniciaram-se algumas aproximações que proporcionaram um grande crescimento para o grupo que estava se formando, por exemplo, parcerias com escolas e o poder público do município (Entrevistado A).

O entrevistado A relata “que no final dos anos de 1990 o grupo passou por algumas dificuldades, e teve início a sua participação nos debates sobre o Comércio Justo e Solidário nos fóruns e redes do movimento da Economia Solidária como EES no ano de 1999”.

O grupo Art. Gravatá tem como missão a fabricação de “brinquedos educativos com qualidade e responsabilidade social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus associados, potencializar a educação e promover ações que contribuam para o desenvolvimento humano sustentável.” (CIRANDAS. NET, 2018). Atualmente, a Art Gravatá está localizada em Gravatá, no Estado de Pernambuco e é composto por 10 produtores/as, os quais são responsáveis por fabricarem brinquedos educativos, brindes e artesanatos, todos sob encomenda e elaborados com matéria prima de MDF e a madeira Pinus (Entrevistado A).

⁴⁵Círculo de Trabalhadores Cristãos de Gravatá, uma ONG que tem por finalidade a promoção integral do ser humano, nos setores: econômico, político, social, cultural, educacional e religioso. (CIRANDAS.NET 2018)



Figura 7- Página Art. Gravatá
 Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁴⁶ (2018).



Figura 8 – Página Art. Gravatá (2)
 Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁴⁷ (2018).

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

- **Associação Comunitária de Matarandiba – Ascoma**

A Associação Comunitária de Matarandiba – Ascoma é uma associação civil de direito privado, de caráter social e sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, que tem por finalidade principal estimular e desenvolver o exercício da cidadania, através da educação social para melhoria da qualidade de vida da população de Matarandiba, comunidade situada à contra-costa da Ilha de Itaparica. (CIRANDAS. NET, 2018).

Segundo o Entrevistado B, “a Ascoma foi fundada no ano de 2007 em uma reunião informal de um grupo de pessoas que buscavam solucionar alguns problemas locais, por exemplo, aspectos relacionados a infraestruturas, educacionais, políticos e ambientais”.

É uma associação de moradores, certo? Ela surgiu devido à necessidade da comunidade, porque aqui é uma comunidade de pescadores, em 2007 junta-se um grupo chamado de TCM, que buscava as necessidades de comunidade e viram que precisava crescer e desenvolver economicamente e ai nasceu a ASCOMA. (Entrevistado B).

O Entrevistado B ressaltou que a associação atualmente se organiza para trabalhar fundamentada nos princípios da Economia Solidária e mantém sua participação ativa no processo de desenvolvimento comunitário, através da Rede Local de Economia Solidária, o qual desenvolve muitas ações na região, por exemplo:

Aqui na comunidade, poucas pessoas tinham internet e com algumas parcerias surgiu o infocentro que depois estimulou o surgimento de outras coisas, por exemplo, a rádio comunitária, a horta comunitária, o grupo de turismo, a ostrecultura e por último agora o mais novo bebe que é a padaria comunitária. (Entrevistado B).

De acordo com o Cirandas.net (2018), a Rede Matarandiba é responsável por estimular a geração de trabalho e renda vinculada ao desenvolvimento humano na comunidade de Vera Cruz - Bahia, por meio da criação de EES que sejam “voltados preferencialmente para produção e consumo local, da criação de iniciativas de natureza cultural, política e/ou ambiental dedicadas também à gestão de serviços à comunidade”.



Figura 9 - Página Ascoma
 Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁴⁸ (2018)

- **Coopertane**

“A Coopertane é uma cooperativa formada por mulheres afrodescendentes da comunidade do Beirú/Tancredo Neves em Salvador, Bahia com faixa etária entre 35 e 57 anos.” (CIRANDAS.NET, 2018). Segundo o entrevistado K, o processo de criação da Coopertane é relativamente diferente de outros EES, pois no bairro não existia mobilizações de Ecosol e isso só ocorreu devido ao interesse de algumas pessoas:

A Coopertane surgiu em 2000 a partir da mobilização feita por duas moradoras aqui do bairro junto com a incubadora de cooperativas ligada com a ITCP UNEB, no caso essas duas moradoras, conheceram uma experiência que estava sendo desenvolvida no bairro vizinho e aí convidaram os técnicos para fazerem o mesmo trabalho no bairro para geração de trabalho e renda. (Entrevistado O).

Depois disso, foram desenvolvidos diversos trabalhos/atividades que possibilitaram a criação de um regulamento para o grupo que se constituía e posteriormente serviria para a criação da cooperativa Coopertane, porém ainda não haviam definido qual seria a área de atuação. O entrevistado K relata que “No ano de 2001 nós visitamos uma exposição de um artista plástico na área de papel reciclável e aí foi amor à primeira vista”.

Após essa visita, o coletivo definiu a área de atuação da cooperativa que seria de reciclagem artesanal de papel e na produção de artefatos, além de realizarem oficinas no

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

âmbito da educação ambiental, Economia Solidária e cooperativismo. (CIRANDAS.NET, 2018).

Os objetivos da Coopertane estão pautados na geração de trabalho e renda baseados nos princípios da Ecosol, tais como: a valorização do trabalho da mulher e no desenvolvimento local, conforme apresentado na sequência:

Os objetivos da Coopertane são: Gerar trabalho e renda de forma digna, autogestionária e solidária para a comunidade do Beirú/Tancredo Neves; Valorizar o trabalho das mulheres; Divulgar o cooperativismo, o associativismo e a Economia Solidária; Contribuir para a preservação do meio ambiente através da reciclagem de papéis e produção de artefatos; Promover o crescimento da autoestima das pessoas da comunidade em especial das mulheres; Estimular o fomento de novas iniciativas de empreendimentos solidários na região; Sensibilizar as pessoas através da educação ambiental e reciclagem a preservação da natureza e também sensibilizar as pessoas, por meio do trabalho para que percebam que não precisamos competir entre nós, mas que podemos compartilhar nossas experiências com ajuda mútua. (CIRANDAS.NET, 2018).



Figura 10 – Página Coopertane
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁴⁹ (2018).

4.1.5.3 Centro-Oeste

Segundo o IBGE (2009), a região Centro-Oeste do Brasil é a segunda maior região do Brasil e também a menos populosa, no mesmo, ano possuía uma população de 14,95 milhões de habitantes. A região abriga o Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

e Mato Grosso do Sul, no entanto, para a pesquisa foram convidados apenas representantes dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo que somente o estado do Mato Grosso do Sul aceitou o convite para participar.

- **Iber Ajala - Empreendimento de Artista de Campo Grande – MS**

De acordo com o entrevistado O, o EES Iber Ajala teve origem devido a uma enfermidade que ocorreu por meados de maio de 2006, “quando o Sr. YX, ficou desempregado e por esse motivo começou a ter depressão, diante disso, buscou alternativa na pintura em óleo sobre tela, algo que sabia fazer desde criança”.

O Entrevistado O relata que o “Sr. YX passou ocasionalmente em frente ao prédio onde se encontrava a Central de Comercialização da Economia Solidária”.

Chamou a atenção, porque ali já haviam comentado que abriria um empreendimento que até os artistas poderiam exportar e adentrou pela porta aberta e lá ficou sabendo que na mesma semana iria inaugurar no dia 11 de novembro de 2006. Disseram que teria de construir um grupo de artesãos de bairro e trazer seus produtos artesanais, antes do dia da inauguração. (CIRANDAS.NET, 2018).

Atualmente, o EES, também conhecido como ART’S NATIVA, conta com 12 pessoas e está inserido dentro do movimento da Economia Solidária, Central de Comercialização de Campo Grande – Mato Grosso do Sul e no Cirandas.net. (Entrevistado O).



Figura 11 – Página Iber Ajala
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵⁰ (2018).

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

4.1.5.4 Sudeste

De acordo com os dados do IBGE (2009), a região Sudeste é a segunda menor região geográfica do país, e no mesmo ano possuía uma população de 80,35 milhões de habitantes. A região é considerada a mais desenvolvida do país, pois seu PIB abriga 55% do nacional, além disso, contém as cidades mais populosas do Brasil, sendo composto por quatro estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, mas o estado do Espírito Santo não participou da pesquisa.

- **Papel Pinel**

O Papel Pinel é uma fábrica terapêutica situada no Ambulatório do Instituto Municipal Phillippe Pinel, na Zona Sul do Rio de Janeiro e teve início no ano 2000. Segundo o Cirandas.net (2018), o Papel Pinel é um grupo de usuários da Saúde Mental que produz papel artesanal para a elaboração de cadernos, blocos, cartões e ilustrações para as camisetas, bolsas, mochilas, *ecobags* e Logomarcas.

O entrevistado I descreveu que o EES conta com 10 pessoas que estão tendo a possibilidade de refazer alguns dos seus percursos que foram interrompidos e estão resgatando o direito ao trabalho, a cidadania e a inclusão social. O lema do Papel Pinel, segundo o Cirandas.net (2018), é “Recicle Ideias, Jogue Fora Preconceitos e os valores são: solidariedade, cidadania, criatividade, credibilidade, respeito à pessoa e à natureza”.

Diante disso, o entrevistado I relatou que “todos/as trabalham no sentido de reforçar o reconhecimento da sociedade ao projeto como importante meio de reabilitação, obter mais parcerias e promover maior estabilidade financeira aos pacientes”.

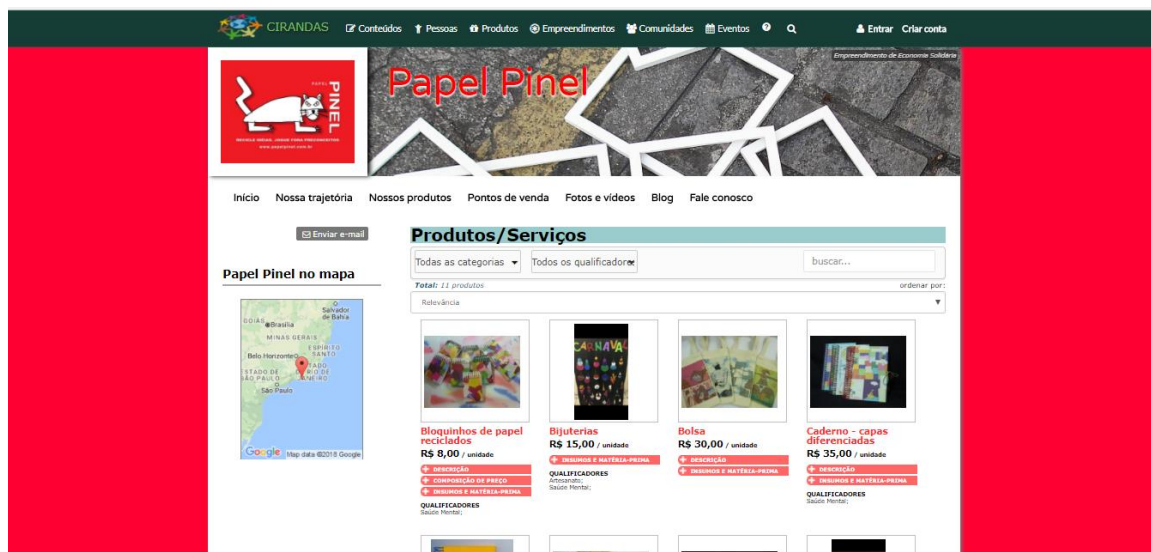


Figura 12 – Página papel Pinel
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵¹ (2018).

- **EloSolar ArteSana**

Segundo o Entrevistado D, “o Elosolar é um coletivo de mulheres da região de Campinas – SP que desenvolve e oferece diversas habilidades”, por exemplo, a oferta oficinas de artesanatos, serviços de terapias alternativas, comércio de artesanatos e ainda participa de editais para comercialização dos produtos.



Figura 13- Página Elosolar
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵² (2018).

⁵¹ Disponível em: <http://www.cirandas.net>. Acesso em: 02 jun. 2018.

⁵² Disponível em: <http://www.cirandas.net>. Acesso em: 02 jun. 2018.

- **Ateliê Tia do fuxico**

De acordo com o entrevistado M, o grupo Tia do Fuxico “nasceu no ano de 2008, e desde então integrou o grupo Mãos de Fada”. Após um ano o grupo ocupou a coordenação da Ecosol do município de Guarulhos em São Paulo e atualmente conta com oito integrantes, sendo esses, cinco mulheres e três homens.

A área de seguimento do EES é de costura e o desenvolvimento de bonecas de pano, bolsas, turbantes, tapetes e entre outros (Entrevistado M).



Figura 14 - Página tia do fuxico
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵³ (2018).

- **Tendarte**

A Tendarte, segundo o entrevistado E, “nasceu no ano de 2006”, pois nesse período seis artesãs que participavam da feira de artesanatos, organizada pela prefeitura tiveram contato com a ONG Caritas. O grupo se constituiu quando as artesãs decidiram fundar um EES com os participantes da feira em Osasco – São Paulo.

De acordo com o entrevistado E, a construção de um negócio próprio, de forma autogestionária, foi o que motivou as artesãs a se organizarem, e, com isso, buscaram o apoio da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários do Programa Osasco Solidária.

⁵³ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Hoje, a Tendarte é um EES legalizado e reconhecido profissionalmente, já que suas integrantes participaram de capacitações em gestão cooperativa e autogestionária, com base nos princípios da Economia Solidária. (CIRANDAS.Net, 2018).

O grupo tem como missão, visão e valores, segundo o Cirandas.net (2018, *online*):

MISSÃO: Proporcionar satisfação aos nossos clientes, através de bolsas e acessórios femininos e masculinos e brinquedos artesanais, produzidos com qualidade e criatividade, dentro dos princípios de Economia Solidária; **VISÃO:** Conquistar o reconhecimento do artesanato realizado de forma coletiva e autogestionária; **VALORES:** Solidariedade; Autonomia; Responsabilidade por todo processo produtivo; Respeito à diversidade sexual, étnica, cultural, religiosa, racial.

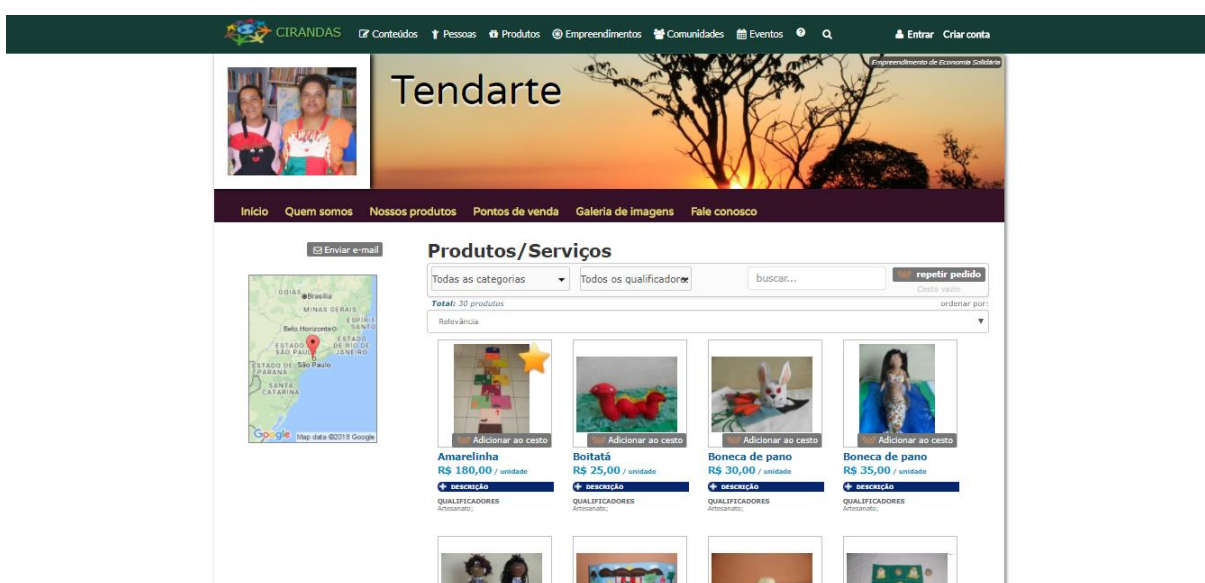


Figura 15 - Página Tendarte
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵⁴ (2018).

4.1.5.5 Sul

Segundo o IBGE (2009), a região Sul é a menor do Brasil e no mesmo ano concentrava uma população de 27,38 milhões de habitantes. No entanto, a região detém o maior IDH do Brasil e abriga somente três estados: Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, além disso, os três estados tiveram representantes para a realização da pesquisa.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

- **Compras Coletivas Ecosolidárias**

O projeto Compras Coletivas Ecosolidárias localizado na cidade de Florianópolis - Santa Catarina tem o intuito de adquirir produtos de boa qualidade, preferencialmente alimentos orgânicos, agroecológicos, artesanais, locais/regionais e dentro de um comércio mais justo e solidário, evitando a compra por intermediários que em geral compram dos produtores a um valor baixo e vendem a um alto preço no mercado convencional. (Entrevistado L).

A proposta mais ampla por trás desse projeto envolve a reorganização da economia e da sociedade buscando promover a democracia econômica e também uma economia de cooperação e de solidariedade, baseada na atuação mais consciente das pessoas, aproximando consumidores e produtores em uma base ética. (Entrevistado L).



Figura 16 - Página Compras Coletivas
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵⁵ (2018).

- **Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis – Acaresti**

Conforme o entrevistado G descreve, a ACARESTI teve origem por volta de 2004 e nesse período contava em sua organização com poucos catadores. No entanto, foi nessa mesma época que aconteceu uma das maiores mudanças na coleta de material, quando o lixão se tornou aterro sanitário e as pessoas foram proibidas de entrar para recolher material.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Devido a isso, iniciou o primeiro movimento de catadores da região e, desde então, começou uma série de modificações nesta área, inclusive políticas, por exemplo, gestões que colaboraram com políticas públicas e outras que não.

Em 2013, a associação inicia uma nova forma de trabalho, que proporcionou uma grande alteração na coleta na região, ou seja, os catadores saíram das ruas e passaram a trabalhar de forma integrada em um barracão com toda a segurança necessária, coleta mecanizada com caminhões e o atendimento a todas as residências do município (Entrevistado G).

Para o Cirandas.net (2018), a ACARESTI é atualmente reconhecida pela população de Santa Terezinha de Itaipu – Paraná e compreende que há muito a melhorar, “em contrapartida apostam que estão se esforçando para construir um mundo melhor e mais saudável tanto para os vizinhos de casa, como para os chineses que vivem do outro lado do mundo”.



Figura17 – Página ACARESTI
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵⁶ (2018).

- **Associação dos artesões da feira de arte**

De acordo com relato do entrevistado C, a associação é oriunda da feira de Bairro da Tristeza em Porto Alegre - Rio Grande do Sul, uma vez que foi identificado pelas artesãs que a constituição de uma associação resultaria em mais possibilidades conquistar novos espaços e parcerias. Após a formalização da feira, o grupo alcançou alguns benefícios, como um

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

espaço coberto e dias fixos para a realização da feira, bem como a participação em editais para captação de recursos (financeiros ou materiais).

O entrevistado C relata que diante das mudanças internas na associação e das mudanças políticas no Brasil, a associação teve que novamente ser alterada e, assim, criou-se a AGAI, uma associação que fomenta às diferentes linguagens criativas.

Fundada por artesãs e originalmente voltada à valorização do trabalho artesanal, hoje se encontra expandida visando à transformação do ser humano e da sociedade através de processos criativos. Dentro desse propósito, a associação desenvolve práticas alinhadas às diretrizes da Economia Solidária e Criativa, produzindo e comercializando sem exploração humana e ambiental. (Entrevistado C).

O espaço em que se encontra a sede da AGAI é a antiga fábrica de artesanato de Arthur Guarisse, que é dotado de uma beleza natural, incluindo um lago com carpas, e de prédios de design único projetados pelo próprio artesão. A associação ocupa o prédio do fundo do pátio e é vizinha de duas entidades ligadas à cultura: a 1ª Região Tradicionalista e a Associação Estadual dos Escultores do Rio Grande do Sul. (CIRANDAS.NET, 2018).

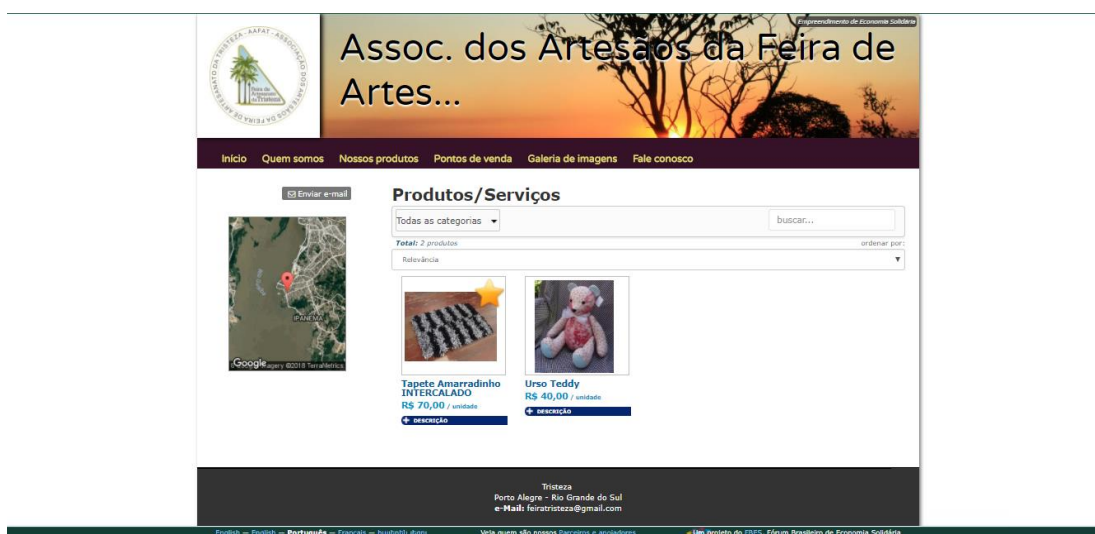


Figura 18 – Página Instituto dos Artesãos da Feira de Artes
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵⁷ (2018).

- **MAG**

Mulheres Artesãs de Garopaba - MAG teve o seu início, segundo o Entrevistado N, no ano de 2010 com a chegada de um projeto do Governo Federal nomeado - Brasil Local – e

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

que foi executado pela entidade de apoio e fomento a Economia Solidária Avesol, na cidade de Garopaba em Santa Catarina. Consequentemente, nasceu o grupo de Economia Solidária MAG que comercializa em feiras eventuais na região Sul do país.



Figura 119 - Página MAG

Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵⁸ (2018).

- **Mundo Mais limpo**

O entrevistado H expõe que o grupo surgiu a partir da necessidade de reunir algumas mulheres do município que ainda não possuíam renda, e participavam de um almoço social realizado por uma entidade católica aos sábados. Inicialmente, a ideia era realizar algo para vender, o que não avançou e, devido a isso, conheceram a entidade de apoio e fomento a Ecosol denominada de Caritas.

Após esse contato, tiveram a oportunidade de conhecer como era a fabricação de sabão e, desde então, começaram a produzir produtos de limpeza ecológicos. O Mundo Mais Limpo é um grupo de mulheres do município de São Leopoldo/RS, que tem por objetivo a busca por sua emancipação social e a obtenção de recursos econômicos (Entrevistado H).

As atividades da cooperativa ocorrem de segunda à sexta-feira, das 13h30min às 17h30min, contemplando ações de produção e comercialização, de formação e de gestão do grupo (Entrevistado H). De acordo com Cirandas.net (2018), dentro das atividades próprias da produção se encontra: recepcionar e limpar (coar) o óleo recebido das cooperativas de

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

reciclagem pertencentes à coleta seletiva da cidade, e a fabricação principalmente, do sabão em barra e outros produtos como: limpeza pesada, desinfetante e detergente.



Figura 20 2- Página Cooperativa Mundo Mais Limpo
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁵⁹ (2018).

- **Araçá Grupo de Abastecimento e Consumo Responsável**

O Grupo surgiu a partir da necessidade e desejo em consumir produtos orgânicos, locais e direto do produtor em Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul, isso ocorreu por parte de algumas pessoas que idealizaram essa proposta. Essa união resultou na constituição do grupo de consumo Araçá que contou em seu primeiro ciclo, somente com quatro produtores cadastrados e seis pessoas que realizaram os pedidos. Porém, dois anos depois o grupo está com 23 produtores cadastrados, 80 consumidores e conta com mais de 400 produtos disponíveis para aquisição (Entrevistado J).

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.



Figura 21 – Página Grupo Araçá
Fonte: Foto retirada do site Cirandas.net⁶⁰ (2018).

4.1.6 Entidade Gestora/Coletivo

Na sequência será apresentada a Cooperativa Eita e o coletivo Samasti, ambos colaboraram na gestão técnica do Cirandas.net e, além de conhecerem a história de criação da entidade, pertencem ou pertenceram a EES/Coletivo ou Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária por ocasião da construção do Cirandas.net.

- **COOPERATIVA EITA**

De acordo com o entrevistado T, a Cooperativa de trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (Eita) “Foi fundada em 2011, e formalizada em 2014, a Cooperativa Eita atua junto aos movimentos sociais do Campo popular, em suas lutas pela economia solidária, reforma agrária, agroecologia, saúde e justiça social”. Ademais, tem como missão a contribuição no fortalecimento das lutas dos movimentos sociais do campo popular, por meio da construção de tecnologias da informação livres e metodologias participativas para seu uso e apropriação. (CIRANDAS.NET, 2018).

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.cirandas.net>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

- **SAMASTI**

O coletivo Samasti teve origem por parte do interesse de pessoas para construir um sistema de compras coletivas, conforme relata o entrevistado U: “em sânscrito significa 'coletivo' e esse é o nome dado ao sistema de gestão de pedidos da Rede de Grupos de Consumo Responsável (GCR)”. Além do que, o coletivo trabalha com o desenvolvimento e manutenção de tecnologias.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a apresentação dos dados da 1º e 2º fase da pesquisa, será exposto nos próximos tópicos a análise dos dados da 3º e 4º fase, com o objetivo de responder a seguinte pergunta: Como os/as Trabalhadores/as dos Empreendimentos Econômicos solidários se apropriam do Cirandas.net?

5.1 3ª. FASE: CONTATO INICIAL DO EMPREENDIMENTO ECÔNOMICO SOLIDÁRIO/ENTIDADE/COLETIVO COM A PLATAFORMA CIRANDAS.NET

A 3ª. fase do roteiro da entrevista teve como objetivo compreender como o Empreendimento Econômico Solidário conheceu o Cirandas.net e ajudou em sua elaboração.

Todos os empreendimentos entrevistados tiveram o primeiro contato com o Cirandas.net em eventos promovidos pela Economia Solidária no Brasil, por meio de conferências, fóruns, plenárias e, segundo os Entrevistados E e C, respectivamente:

Ela foi apresentada para a gente em uma das conferências de Ecosol que veio convite para participar do Cirandas.
Conhecemos o Cirandas pela rede, através dos maristas e das conferências de Ecosol.

Nesses questionamentos ficou constatado que o movimento da Ecosol é de extrema importância para a disseminação do Campo da Economia Solidária no Brasil, já que foi por meio dele que o Cirandas. net se propagou.

Esses depoimentos demonstram um dos efeitos da oficina de “Economia Popular Solidária e Autogestão” realizada em 2001, no Fórum Social Mundial, uma vez que o objetivo inicial era a construção de um movimento articulado e que conseguisse disseminar informações da Ecosol pelo Brasil. Além disso, também previam a auto-organização dos/as trabalhadores/as, das políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

Na sequência, outros relatos de como os EES conheceram o Cirandas.net:

Conhecemos desde o começo como a gente participava das atividades do fórum e da própria construção da SENAES. (Entrevistado K).

Conhecemos na Universidade. (Entrevistado L).

Foi através de uma ação de colaboração do Catarse e em troca ganhamos uma página no Cirandas. (Entrevistado D).

Tem um evento que acontece uma vez por ano em Santa Maria que é um dos maiores eventos da Ecosol e em uma das minhas participações acabamos conhecendo o pessoal do Cirandas que estavam explicando como funcionava e como era. (Entrevistado M).

Conheci participando de uma reunião do fórum e assim que era divulgado o Cirandas. (Entrevistado N).

O Cirandas eu conheci na época ainda quando o T. estava na coordenação do Fórum brasileiro, logo no princípio mesmo em uma reunião do fórum. (Entrevistado O).

No que tange a criação do Cirandas.net, os EES selecionados para participar das entrevistas, não integraram o processo de construção do mesmo. Todavia, dois EES ressaltaram que o conheceram quando ainda estava iniciando o processo de construção da Plataforma:

Não na construção em si, mas depois que estava tudo pronto eu comecei utilizar porque eu já tinha um fotolog e necessitei migrar. Comecei a colocar foto, colocar foto, colocar foto, aí por causa disso o T. a R. e o B. começaram trocar informações comigo e questionar se o Cirandas.net estava bom e como era o Cirandas e eu comecei passar informações. Aí o T, me disse 'olha vai mexendo aí porque isso é o que a gente quer porque é uma ferramenta muito boa, poucos usam e é vocês que tem que dizer o que é que falta nessa ferramenta' [...] comecei trocar ideia com o pessoal do Cirandas e eles me ensinavam e eu dava ideias. (Entrevistado A).

Sim participamos bem quando estava iniciando com o T e ele veio fez oficinas aqui para a gente até antes mesmo do próprio Cirandas ter a opção de perfil para o EES [...] sempre tinha a discussão com os EES que a grande dificuldade dos EES era divulgar os produtos né, no escoamento da produção e então se pensou na questão do cirandas para estar aproximando os EES. (Entrevistado K).

Desse modo, a participação da população atendida pela Tecnologia Social em seu desenvolvimento é uma das características que a define. No entanto, pressupõe que os/as trabalhadores/as dos EES, em sua grande maioria, são rotativos, ou seja, existem pessoas e não todas, dentro dos grupos que buscam a Economia Solidária como uma possibilidade de estruturação econômica e quando se organizam financeiramente ou então a pessoa encontra um emprego no mercado formal, deixa o EES, e conseqüentemente o grupo não tendo registro das informações, as mesmas se vão com o sujeito.

Esse fato, junto com a pequena quantidade de pessoas que participaram das entrevistas, possibilita inferir que a não participação ocorreu mediante a questão supracitada.

No entanto, na plataforma Cirandas.net (2018) é exposto que o seu desenvolvimento foi em parceria com o FBES e a cooperativa Coolivre.

A relação entre ambos era de troca, já que durante as discussões nas reuniões o FBES contava com a representação de EES, Entidade de Apoio e Fomento a Economia Solidária e o Poder Público, e o andamento do desenvolvimento do Cirandas.net. Dessa forma, as sugestões/exigências eram entregues nesses encontros para a cooperativa, no qual realizava a manutenção técnica para o avanço da construção do Cirandas.net. (TYGEL, 2018). Ademais, o mesmo surgiu de uma demanda dos/as trabalhadores/as dos EES, pois tinham inicialmente, o desejo de construir uma plataforma *online* que pudesse armazenar os dados do mapeamento da Ecosol onde os/as trabalhadores/as tivessem acesso e que promovesse o fortalecimento do movimento da Ecosol no país. (TYGEL, 2018).

Conforme Faria (2010) e Tygel & Motta (2010) relatam, o processo de construção possibilitou a criação do Cirandas.net com a definição de Tecnologia Social de Dagnino (2011, p.1). Na qual descreve que a “TS é resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção [...]”.

Segundo os autores, outro acontecimento identificado é que a maioria das ações de desenvolvimento do Cirandas.net foram realizadas com os/as trabalhadores/as dos EES, os quais eram participantes das reuniões do FBES e em eventos, contavam com a participação dos EES. Um dos exemplos é referente a uma dessas ações que foi a criação de um grupo de trabalho de desenvolvimento do Cirandas.net, durante o I Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária e também o surgimento do EcosoLivre⁶¹, a votação nacional pelo *site* do FBES para o nome da plataforma⁶² e o lançamento oficial do Cirandas.net ocorreu durante o III encontro Nordestino de *Software* Livre & IV Festival *Software* Livre da Bahia em 2009.

O Cirandas.net é uma plataforma que se originou do desejo da Ecosol em ter um sítio para que os/as trabalhadores/as pudessem acessar e sentir-se parte, ou seja, é o resultado da ação de um coletivo de trabalhadores/as. Além disso, o entrevistado T esclareceu que o

⁶¹ Segundo Aguiar (2011 p. 211), “A EcosoLivre é uma integração entre os movimentos de *software* livre e de Economia Solidária, e surge como uma tendência promissora para ambos, na medida em que os empreendimentos econômicos solidários passam a se fortalecer pela utilização cada vez maior de tecnologias livres (particularmente no campo da Tecnologia da Informação) e profissionais que atuam na área do *software* livre começam a se organizar em empreendimentos econômicos solidários que forneçam produtos, serviços e suporte em tecnologia da informação ao conjunto de organizações da Economia Solidária”. O endereço do *site* e <<http://wiki.softwarelivre.org/EconomiaSolidaria>>. Acesso em: 06 set. 2017.

⁶² Em maio de 2009 ocorreu uma votação nacional pelo *site* do FBES para decidir o nome da plataforma do movimento de Ecosol, inicialmente denominado de Anhetegua e de sistema do FBES, vencendo o nome Cirandas.net. (FARIA, 2010).

Cirandas.net surgiu da crítica do movimento da Economia Solidária, representado pelo FBES, sobre o que seria feito com os dados que estariam disponíveis no Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies)⁶³ e como os EES poderiam ter acesso ao material.

Devido a isso, também é possível correlacionar o mesmo com a Adequação Sociotécnica (AST), já que compreende o processo da AST a uma co-construção, pois envolvem diferentes parceiros, conhecimentos e comunicação com as instituições, entre os usuários e produtores. Ademais é um processo de auto-organização e integração, por exemplo, do conhecimento sobre uma tecnologia, da tecnologia com as demandas da sociedade. (THOMAS, 2009).

Um dos exemplos da auto-organização e da integração de conhecimentos no desenvolvimento do Cirandas.net é a criação do *software Nosfero* que originou o Cirandas.net.

No início a Colivre foi a fundadora do software livre Nosfero e depois veio a cooperativa Eita para gestionar e depois o Samasti. (Entrevisatdo U).

Isto posto, a Colivre se responsabilizou pelo saber técnico na elaboração do *software* que originou o Cirandas.net, o FBES enviava as demandas do movimento que deveriam ser inseridas e os gestores contribuíram na manutenção. Conforme já descrito na AST, a participação de atores e saberes diferentes é uma das características do Cirandas.net.

5.1.2 Experiência do Empreendimento Econômico Solidário com o Cirandas.net

A 4ª. Fase do roteiro de entrevistas buscou compreender se os/as trabalhadores/as receberam treinamento para utilizar a plataforma, se conheciam algum material de consulta ou manual de utilização da mesma. Também, questionou se os/as trabalhadores/as já sugeriram alguma alteração, como se organizam para manter o Cirandas.net atualizado e para que utilizam o Cirandas.net.

Identificou que nove EES receberam algum treinamento para utilizar o Cirandas.net, ou seja, os grupos em conjunto com as Entidades de Apoio e Fomento a Ecosol e o Poder

⁶³ O Sies é um sistema criado pelo poder público, para armazenar os dados do I mapeamento de Economia Solidária no Brasil que ocorreram entre os anos de 2005 e 2007. (SILVA, 2010).

Público se organizavam para ensinar os/as trabalhadores/as a utilizar o Cirandas.net, conforme relatado pelos/as entrevistados/as a seguir:

Fizeram até treinamento em Goiânia sobre o Cirandas e eu nem fui, mandei um outro companheiro no meu lugar, veio as informações e ele repassou para nós. (Entrevistado O).

O pessoal veio e fizeram oficinas aqui na cidade sobre o Cirandas. (Entrevista K).

Em 2014 através da rede de ostracultura identificamos a necessidade de ter um site para divulgar nosso trabalho e em 2014 saiu um grupo daqui para estar fazendo um intercâmbio e formação com a Coolivre para manusear o Cirandas.net. (Entrevistado B).

A gente fez um curso de meio dia com o T. para tomar conhecimento do que era o Cirandas. (Entrevistado I).

Não recebemos um treinamento diretamente do Cirandas, mas da incubadora que acompanhava a gente. (Entrevistado E).

Esse interesse em ensinar os/as trabalhadores/as como funciona o Cirandas.net possibilitou que fosse lançado em 2013 um curso aberto *online* do Cirandas.net. O curso foi resultado do projeto “Cirandas.net: Plataforma Livre para o Fortalecimento da Rede de Economia Solidária e Comércio Justo na Bahia”, promovido pela Colivre e UFRB com fomento da Setre/BA. (CIRANDAS.NET, 2018). O projeto MS solidário foi outro material citado pelos/as entrevistados/a. A Economia Solidária contribuindo para a superação da extrema pobreza em Mato Grosso do Sul⁶⁴, dessa iniciativa elaboraram uma apostila que pôde auxiliar os/as trabalhadores/as no Cirandas.net.

No relato dos/as trabalhadores/as dos EES ficou claro que com o Cirandas.net conheceu uma realidade até então desconhecida para alguns, porém com o auxílio das entidades de apoio e fomento a Ecosol, poder público e dos fóruns de Ecosol ocorreram oficinas. Esses empreendimentos proporcionaram a apropriação de alguns EES pela tecnologia e, conseqüentemente, ampliou a divulgação do movimento da Ecosol e de seus respectivos grupos.

Ademais, seis EES relataram não terem recebido treinamentos para a utilização do Cirandas.net, e assim aprenderam a manusear o *site* sozinhos, conforme relatado nos seguintes depoimentos:

⁶⁴É um projeto que tem por objetivo, promover ações integradas de Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul e a Assessoria Técnica, prevendo a realização de 04 (quatro) Oficinas para qualificar representantes dos Empreendimentos para utilização do Cirandas, beneficiando diretamente 40 (quarenta) pessoas. Em cada oficina participarão representantes de 10 (dez) empreendimentos e durante a capacitação estes serão motivados a contribuir com outros Empreendimentos Econômicos Solidários - EES na região do MS. Indiretamente espera-se contribuir com no mínimo mais 40 (quarenta) EES. (APOSTILA CIRANDAS, 2013).

O treinamento foi bem exploratório de um modo empírico pela necessidade de um tanto quanto urgente de fazer o uso da plataforma de uma forma mais adequada para que a gente pudesse estar concorrendo a premiação. (Entrevistado G).

Não tivemos e aprendemos mexendo no próprio Cirandas. (Entrevistado D).

Mesmo os/as trabalhadores/as dos EES que não receberam treinamento para utilizar o Cirandas.net conseguiram se apropriar da plataforma, pois aprenderam utilizar conforme a sua necessidade. Quando os/as trabalhadores/as EES foram questionados sobre as dúvidas que surgem durante o uso do Cirandas.net, responderam que elas são esclarecidas por *e-mail*, pois existe no *site* um canal de comunicação com a gestão técnica do Cirandas.net, outra alternativa é perguntar aos colegas via aplicativo *WhatsApp*. Outro questionamento foi se o EES já sugeriu alguma alteração no Cirandas.net, apenas um dos grupos entrevistados já o fez, conforme relato abaixo:

Comecei trocar ideia com o pessoal do Cirandas e eles me ensinavam e eu dava ideias, eu dei a ideia de rolagem da página e colocar mais de uma foto por produto. (Entrevistado A).

Na manutenção da página no Cirandas.net, cada grupo tem sua forma de trabalho interno, conforme apresentado na sequência: os entrevistados C, D, E, G, I e N relataram que somente uma pessoa do grupo faz a manutenção, o entrevistado B mencionou existir um grupo de quatro pessoas, dentro do EES, responsáveis pela manutenção do Cirandas.net. Já o entrevistado H mencionou que a organização para mexer no Cirandas.net é feita por três pessoas, o entrevistado J enunciou que duas pessoas fazem esse trabalho, o relato do entrevistado L é o de que todos sabem usar o Cirandas.net e dividem-se conforme a necessidade. Por fim, o entrevistado N tem no EES várias pessoas de referência para a manutenção da página, enquanto o entrevistado O realiza de acordo com a demanda.

Quanto ao questionamento referente ao motivo dos EES utilizarem o Cirandas.net, as 15 respostas obtidas foram unânimes em apontar a comercialização e a divulgação:

A gente viu a necessidade de ter um site para divulgar o EES e o nosso produto e serviços, então em 2014 saiu o grupo para estar fazendo um intercambio e treinamento no Cirandas. (Entrevistado B).

A gente usa a plataforma do Cirandas primeiro para a divulgação do nosso trabalho, para mostrar os nossos produtos, para ser uma porta de entrada, porque muitas vezes não fazemos entregas pelo cirandas, mas a partir dali conseguimos entrar em contato com as pessoas em todo o Brasil e as pessoas entram em contato com a gente para fazer trocas de experiências ou produtos [...] É uma plataforma bem interessante e a

gente não faz o melhor uso dela porque não temos uma pessoa que se dedique só para isso. (Entrevistado H).

O Fato de termos o Cirandas nos salvou imensamente, primeiro porque a gente ficou realmente ligado com a Ecosol e marcando esse perfil e segundo porque nós tínhamos um site que foi hackeado e tiraram do ar e nós então pudemos manter um site através da plataforma do Cirandas e isso foi inestimável. (Entrevistado I).

Usa mesmo como site, uma loja para vendas e divulgação dos nossos produtos. (Entrevistado E).

Esses resultados cumprem com um dos objetivos do Cirandas.net, que é a organização econômica coletiva e solidária, ou seja, realizar a comercialização de produtos da Ecosol no Brasil. (CIRANDAS.NET, 2018). Nesse cenário é perceptível que mais uma vez o Cirandas.net interage com o conceito de TS, pois segundo Thomas (2009), a TS deve se vincular com a ideia de resolução de problemas sistêmicos e não de algo pontual, ou seja, é fundamental interligar com sistemas/artefatos que podem ser ressignificados (Adequação Sociotécnica) em prol do objetivo do grupo, por exemplo, o Cirandas.net.

No entanto, mesmo os EES utilizando o Cirandas.net para comercialização, somente um dos grupos entrevistados tem a maior parte de sua renda oriunda do Cirandas.net: “O maior impacto do Cirandas no EES é o financeiro [...] hoje 90% das nossas vendas é pelo *site*.” (Entrevistado A). De acordo com o entrevistado U, a baixa comercialização no Cirandas.net foi detectada desde o início, pois somente depois de alguns anos da criação ocorreu a primeira venda: “O Cirandas só foi ter comercialização cinco anos depois, pois iniciou como uma rede social da Economia Solidária.” (Entrevistado U), ainda pontuou que isso ocorreu porque “O grande problema do cirandas é que não tem um foco e muitas pessoas não sabem explicar o que realmente é”. (Entrevistado U).

Mesmo diante desses impasses referentes ao Cirandas.net, os demais EES entrevistados informaram que se apropriam da plataforma como forma complementar de renda, divulgação de seus produtos/EES e para a organização do processo de compras coletivas. Essa apropriação dos EES pelo Cirandas.net dialoga com Dagnino (2010), quando o autor descreve que a TS é adaptada à realidade social, econômica e política do sujeito, pois um dos objetivos é reverter a tendência vigente de tecnologia na sociedade, ou seja, cada EES utiliza a plataforma conforme sua necessidade.

De acordo com Dagnino (2010, p.286) a apropriação do Cirandas.net com a AST pode ser entendida, como um processo de “reprojetamento” de tecnologias e técnicas existentes ou de desenvolvimento de novas tecnologias, segundo o interesse e valores dos próprios beneficiários para um determinado fim.

Nas entrevistas, 11 EES relataram que os/as trabalhadores/as obtiveram algum impacto do uso do Cirandas.net em seu cotidiano, expuseram a respeito da inclusão, pois segundo os EES entrevistados alguns trabalhadores/as não tinham conhecimento para lidar com o computador, nesse sentido, o Cirandas.net foi um estopim para iniciar a aprendizagem sobre informática.

Diante disso, a apropriação dos EES de Economia Solidária pelo Cirandas.net potencializou que os seus integrantes pudessem se inserir em uma área, até então, desconhecida para alguns/mas trabalhadores/as, além de que a necessidade e o interesse em utilizar o Cirandas.net fez com que aprendessem usar o mesmo e, conseqüentemente, adquiriram conhecimentos que podem ser usados em outras áreas, por exemplo, utilizar a *internet* para colaborar com o EES ou receber informações, conforme os seguintes relatos:

O impacto foi Inclusão Social porque as pessoas aprenderam utilizar o computador. (Entrevistado B).

Teve impacto sim, chegamos comercializar [...] dentro do bairro existem pessoas com baixa formação e o Cirandas possibilitou enxergar um novo futuro. (Entrevistado F).

A maioria dos grupos entrevistados foram impactados na utilização do Cirandas.net, os relatos confirmam que os EES que se apropriaram do Cirandas.net notaram que passaram a utilizá-la na rotina, ou seja, aprenderam usar a plataforma ou se inseriram na *internet*. Dessa forma, essas ações são pontuadas no conceito de TS da RTS (2010) e de Fernandes e Marciel (2010), a exemplo, a TS não dissemina a ideia da simples transferência da tecnologia para a sociedade, mas sim a dimensão pedagógica, isto é, realizar um processo democrático em seu desenvolvimento e que tenha como consequência um impacto positivo na vida das pessoas, conforme foi descrito pelos/as trabalhadores/as.

Os entrevistados também relataram que a apropriação pelo Cirandas.net serviu para auxiliar nas organizações internas do grupo, nos processos de compras, vendas, diálogo com outros EES, coleta de informações e divulgação para o movimento da Economia Solidária:

Eu acho que o maior impacto foi mostrar os nossos produtos e é a forma que tem porque a gente, por exemplo, não tem uma loja física. (Entrevistado E).

O maior impacto para a gente foi observar que pessoas que buscam informações em nosso ramo acabam encontrando e para nós é gratificante, operacionalmente não tem muito impacto e é mais por divulgação. (Entrevistado H).

Os relatos demonstram que o Cirandas.net possibilitou uma maior visualização dos EES dentro do movimento, já que um dos maiores impactos foi divulgar os seus produtos e receber convites de Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária para participar de pesquisas, ou até mesmo para conhecer pessoalmente o trabalho e saber mais informações sobre o produto, bem como a história do EES.

Dessa forma, os relatos dos/das entrevistados/as dialogam com o que Dagnino (2010) descreve sobre apropriação dentro da AST, ou seja, quando os trabalhadores entendem o processo de construção e aprendem a utilizar a tecnologia para incorporarem no seu dia a dia. Devido a isso, a AST deve ser entendida como um processo e uma adequação baseada nos princípios políticos dos EES.

Por outro lado, os quatro EES que informaram que não tiveram nenhuma influência do Cirandas.net em seu cotidiano, descreveram que não realizaram comercialização no *site* e que o mesmo é complicado de utilizar:

Eu não sei te dizer se teve algum impacto porque como a gente usa o cirandas desde o início do nosso EES, eu acredito que não teve nenhum impacto assim com relação ao uso, a gente não usava uma ferramenta antes e passou usar essa para te dizer se ouviu algum impacto com relação a isso. (Entrevistado J).

Não teve impacto e foi por isso que acabei deixando porque essas coisas sobrecarregavam. (Entrevistado C).

Nunca realizamos uma comercialização pelo Cirandas. (Entrevistado D).

Não teve impacto, sempre foi muito complicado usar. (Entrevistado N).

Esses EES demonstram algumas das dificuldades que uma Tecnologia Social pode enfrentar em sua criação ou durante a execução, pois quando essa ferramenta se ausenta da construção coletiva, pode gerar problemas com a população que fará uso, por exemplo, o entrevistado N relata que é muito complicado a utilização do Cirandas.net.

Outro ponto identificado é que o Cirandas.net necessita de mais divulgação, já que existem EES que não conseguem realizar a comercialização por falta de demanda. Corroborando, Thomas (2009) descreve que a adequação da tecnologia não chega ao fim, pois é um processo em constante relação com fatores políticos, sociais e de grupos que são atendidos por ela.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou a aproximação entre a Economia Solidária e a Tecnologia Social, a partir da análise de entrevistas realizadas com representantes de 15 EES, além de dois gestores técnicos, para compreender de que forma ocorreu a apropriação dos/as trabalhadores/as dos Empreendimentos de Economia Solidária pela tecnologia do Cirandas.net. Para tanto, os/as entrevistados/as responderam a um roteiro de entrevista semiestruturado que foi separado em quatro momentos. O primeiro identificou o/a trabalhador/a e o EES/Entidade de Apoio e Fomento a Economia Solidária/coletivo que participou do estudo.

No segundo momento foi possível conhecer a história de cada EES e Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária/Coletivo, história essa contada por eles/as mesmos/as. No terceiro momento, observou-se como aconteceu a construção do Cirandas.net a partir dos próprios usuários, caso tivessem participado deste momento ou como o conheceram. E, por fim, o quarto momento priorizou as informações sobre a manutenção e o treinamento, os motivos de uso e a periodicidade, bem como o Cirandas.net impactou no grupo.

Chegou-se à conclusão que cerca de 73% (N = 15) dos Empreendimentos Econômicos Solidários entrevistados fazem o uso do Cirandas.net e tem como principal objetivo a comercialização.

A divulgação do EES e as organizações dos processos de compras coletivas foram apropriadas do Cirandas.net, ademais, o movimento influenciou no processo de aprendizagem de alguns/mas trabalhadores/as que não sabiam acessar a *internet* ou manusear o computador, estimulando-os/as a buscarem maior conhecimento, além de possibilitar conhecer os mais variados EES espalhados pelo Brasil, o que seria praticamente impossível de acontecer senão fosse pela utilização do Cirandas.net.

Apesar dos/as trabalhadores/as dos EES expressarem que utilizam o Cirandas.net principalmente para a comercialização, foi constatado que somente o Art. Gravatá dos 15 grupos entrevistados tem 90% de suas vendas originadas da plataforma, outros 10 relataram que apesar do volume de vendas no Cirandas.net ser baixo, ainda assim preferem manter cadastrados, por ser mais uma possibilidade de comércio dentro da Economia Solidária. E outros quatro EES relataram que não realizaram nenhuma venda pela Plataforma. Neste sentido, é possível prever uma maior divulgação do Cirandas.net tanto para o movimento de Economia Solidária, no sentido de fomentar cada vez mais seu fortalecimento, quanto para a

sociedade em geral, que ainda não conhece a Economia Solidária, seus princípios, sua forma de produção e de comercialização.

Outro ponto que os EES têm se apropriado do Cirandas.net é em relação à divulgação de seus produtos, trabalhos e serviços para o movimento da Ecosol, dado que todos/as os/as entrevistados/as relataram que a plataforma possibilitou maior visibilidade do grupo dentro da mesma. Dado que desde o cadastro no Cirandas.net outros EES ou Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária os buscaram para participar de pesquisas, conhecer pessoalmente o trabalho que desenvolvem, saber mais informações sobre o produto e também da história do EES.

Outra forma de apropriação dos/as trabalhadores/as dos EES pelo Cirandas.net tem sido a organização de compras coletivas, uma vez que a plataforma disponibiliza ferramentas que faz com que seja possível abrir períodos de compras para os consumidores, cadastrar compradores e vendedores, organizar datas de entrega de produtos, passar informações para os interessados e mostrar os produtos dos EES. Essas ferramentas auxiliam a organização desses EES, visto que o trabalho que antes era feito em papeis e divulgado em conversas, agora é estruturado com a ajuda da plataforma disponível na *internet*.

A pesquisa bibliográfica buscou material no período de 2010 a 2017 e nesse levantamento apontou que a Economia Solidária possui poucas publicações dialogando com a TS, já que nos 27 artigos encontrados nas bases de dados selecionadas que continham a palavra Tecnologia Social no título somente uma correlacionou ambas as áreas. Ainda assim, ressalta-se que os materiais existentes que interligam às duas temáticas estão inseridos em livros, produções acadêmicas, em materiais de divulgação de Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária, dado que são essas entidades que participam de eventos/congressos e produzem artigos/vídeos para a disseminação da Economia Solidária.

É importante salientar que as Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária estão envolvidas em eventos/congressos, com o objetivo de ampliar a discussão sobre a Economia Solidária no campo acadêmico e de levar a voz a esses espaços. Assim sendo, identificou uma necessidade latente de ampliação dessa discussão dentro da Universidade por meio do tripé do ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que é um movimento que vem “de baixo para cima” na sociedade, o qual deveria também ser reconhecido pelo ensino universitário a partir da inclusão deste conteúdo em currículos de graduação e de pós-graduação, e de maior espaço de pesquisa voltadas para questões relacionadas aos empreendimentos econômicos solidários, e também de maior investimento em projetos e

programas de extensão universitária, a partir de práticas junto à realidade de cada região do país.

Outro aspecto observado na pesquisa bibliográfica é que a tecnologia do Cirandas.net não é associada à Tecnologia Social, pois foram encontradas nas bases de dados somente uma dissertação e uma tese conectando o tema do Cirandas.net com a Economia Solidária, porém não abordaram os aspectos da Tecnologia Social.

Pesquisar o Cirandas.net permitiu levantar dados que puderam identificar se o mesmo se caracteriza como uma Tecnologia Social. Um dos aspectos foi compreender como aconteceu o processo de desenvolvimento do mesmo, pois foi possível perceber que teve origem do próprio movimento da Ecosol no qual tinha como objetivo inicial tornar acessível os dados do Sistema de Informação em Economia Solidária para os EES.

Segundo o entrevistado U, “o Cirandas.net surgiu das reuniões do FBES, sendo esse a representatividade máxima do movimento da Ecosol no Brasil”. Ademais o entrevistado T reforça que o Cirandas.net está baseado em dois questionamentos principais sendo “o primeiro baseado no que seria feito com os dados coletados no mapeamento da Ecosol e o segundo era que os/as trabalhadores/as integrantes do FBES argumentavam que a coleta dos mapeamentos da Ecosol serviria apenas para fins acadêmicos” e não para fortalecer a Ecosol no Brasil.

Dessa forma, conclui-se que o Cirandas.net nasceu das demandas advindas do movimento da Ecosol, por intermédio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o qual é composto por trabalhadores e trabalhadoras de EES, do Poder Público e de Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária.

Isto posto, os dados supramencionados na apresentação do Cirandas.net vão de acordo com o conceito de TS de Dagnino (2011), pois o mesmo é o resultado do questionamento das pessoas que integravam o FBES, e trata-se de um espaço *online* o qual possibilita a vivência dos princípios da Ecosol pelos/as trabalhadores/as dos EES. Quanto ao desenvolvimento, ressalta-se que a entidade responsável pelo saber técnico realizava as alterações advindas das demandas de reuniões, ou seja, todo o *site* foi elaborado em constantes diálogos junto ao FBES.

O entrevistado T por sua vez, “ressalta a criação de um grupo de testadores para verificar se a construção estava de acordo com as sugestões do FBES”. Fato esse, que dialoga com a TS, pois é notório que a mesma deve ser desenvolvida em interação com a sociedade, e essa pode ocorrer entre os saberes científicos e populares, além do mais o real objetivo da TS é o de possibilitar a autonomia do grupo ou do território atendido.

Outro aspecto importante de convergência do Cirandas.net com a TS é a compreensão de que a Tecnologia Social pode ser “produtos, técnicas e ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformações sociais” (RTS, 2010, p.15). Neste sentido, o Cirandas.net tem sido para os grupos que integram a plataforma, uma fonte de renda alternativa para o seu sustento ou uma ferramenta de inclusão, já que os/as entrevistados/as relataram que os/as trabalhadores/as aprenderam a utilizar o computador/*internet* para fazer o uso do mesmo, impactando tanto na sua visão para dentro do próprio EES quanto ampliando para a enorme quantidade de EES existentes no movimento da Ecosol.

Nas entrevistas pontuou-se que 78% (N = 300) das pessoas que integram os EES dependem principalmente da renda do grupo para sobreviver, e 80% (N = 300) dos integrantes foram impactados de alguma maneira pela utilização do Cirandas.net, tais como a aprendizagem, a comercialização e a divulgação, ou seja, a plataforma colabora com o objetivo de incluir as pessoas que estão envolvidas na tecnologia.

Para que haja mais esclarecimentos em relação ao real impacto do Cirandas.net na vida dos/as trabalhadores/as de Ecosol, bem como no desenvolvimento local em que esses trabalhadores estão localizados em cada região do país, é aconselhável que sejam realizadas outras pesquisas com maior número de EES por Região, por Macro-regiões ou no Total das cinco Regiões. Também, é proposto que seja elaborada uma investigação de cunho longitudinal para identificar se houve o fortalecimento do movimento da Economia solidária, a partir da criação das Cirandas.net conforme pontuado pelos seus objetivos iniciais, que era unir a Economia Solidária no Brasil.

Esse estudo indica que o Cirandas.net pode ser considerado uma TS, apesar das características levantadas sobre a plataforma. Além disso, foram observadas duas questões que podem colocar em dúvida a relação do Cirandas.net com o conceito de TS, a saber: os/as trabalhadores/as não têm controle da ferramenta e dependem de um terceiro para realizar as modificações no Cirandas.net; os/as trabalhadores/as quando desejam integrar o Cirandas.net e adquirirem um sitio *online*, dependem de uma aprovação prévia da entidade gestora da plataforma a qual pode demorar.

Segundo o entrevistado U - um dos integrantes da Samasti que administrou o Cirandas.net - tais fatos ocorrem “devido ao baixo orçamento da plataforma e a falta de interesse ou disponibilidade dos/as trabalhadores/as de EES em aprender a realizar a manutenção do sistema ou adquirir conhecimentos técnicos”.

Sem embargo, essas questões identificadas, podem ser rebatidas ou respondidas embasadas nas definições de Adequação Sociotécnica da Tecnologia, pois a adequação é um processo de construção e que envolve diferentes parceiros e saberes, por exemplo, a integração do saber popular, do saber técnico e do diálogo com a população atendida. Ademais, a Adequação Sociotécnica ressalta que é possível um reprojeto de tecnologia e técnicas baseadas em valores e princípios de quem as utiliza, no caso, a apropriação da *internet* para a comercialização de produtos dos EES que são pautados nos princípios e valores da Ecosol.

A respeito do questionamento quanto aos princípios da TS se convergem ou divergem em relação à Economia Solidária, faz-se necessário entender com qual conceito de TS vai ser feita a correlação, uma vez que foi identificado nas pesquisas bibliográficas que existe mais de uma definição de Tecnologia Social. Assim, com o objetivo de fazer esse paralelo, foram selecionados os dois conceitos de Tecnologia Social que mais se aproximam das crenças e posicionamento do pesquisador.

As definições escolhidas foram as de Dagnino (2011) e da Rede de Tecnologia Social (2010). A primeira defende que a TS é um resultado da ação coletiva, ou seja, trabalho coletivo, conforme também é pautado na Ecosol, já que não existe Economia Solidária somente para uma pessoa. Tanto a Ecosol e a TS têm em suas definições a ação sobre o processo de trabalho e na busca da propriedade coletiva dos meios de produção e do associativismo.

O segundo conceito está relacionado com a Ecosol no que se refere à interação do saber popular com outros saberes, e também na busca pela transformação social/econômica. Porém há uma distinção no que tange as atividades, por exemplo, a TS compreende técnicas, produtos e metodologias. Por outro lado, a Ecosol é uma forma de organização para o trabalho que usa de técnicas, produtos e metodologias.

A relação da TS com a Ecosol possibilitou identificar que ambas as áreas tem viabilidade de diálogo com questões sociais, tanto é que existem iniciativas no país que concretizam ações na sociedade, por exemplo, as Incubadoras de Economia Solidária ou as ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares). No entanto, para que tenha a ampliação é necessário que haja mais atividades em comum para o fortalecimento de ambos os conceitos, já que existem pessoas dentro do movimento da Ecosol que não sabem o que é Tecnologia Social.

Um dos autores que mais faz a relação de ambas as áreas é Dagnino (2010, p. 56): descreve que a TS exige “a reaplicação em outros lugares do produto, processo e metodologia

desenvolvidos na interação com a comunidade, representa uma efetiva solução de transformação social, devendo ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos auto gerenciados”.

Para isso, é importante salientar que somente políticas públicas não serão o suficiente, mas sim uma mudança estrutural no movimento da Ecosol que possibilite o avanço e a incorporação da Tecnologia Social em seu dia a dia. É possível afirmar que o movimento da Ecosol necessita de formações para compreender o processo de desenvolvimento da TS, os pontos de convergências e as lutas de resistências que acompanham ambos os movimentos.

Por fim, os/as trabalhadores/as apropriam-se da tecnologia do Cirandas.net para comercializar e divulgar os seus produtos/serviços ou a usam como uma ferramenta de auxílio na organização dos processos de compras coletivas. Ademais, a pesquisa reconhece que o Cirandas.net é uma das iniciativas pioneiras que trata o avanço na discussão da Ecosol com a Tecnologia e que tem potencial e características para se identificar como uma Tecnologia Social.

REFERÊNCIAS

AGAZZI, E. *El Bien y el Mal de la Ciencia*. Madrid: Tecnos.1996.

ALVEAR, C. A. S. **Tecnologia e Participação: Sistemas de Informação e a construção de propostas coletivas para Movimentos Sociais e processos de Desenvolvimento Local**. Março. 299 folhas. Corpo docente do instituto Alberto Luiz Coimbra de pós-graduação e pesquisa de engenharia (COPPE) Da Universidade Federal Do Rio De Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://ufrj.academia.edu/CelsoAlvear>> Acesso em: 10 Jun. 2017.

BAZZO W. A; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. V. **Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madri: Organização dos Estados Ibero-americanos, 2003.

BENINI, E. A. **Políticas Públicas e Relações de Trabalho**: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV. 2004.

BENINI, E. G.; FIGUEIREDO NETO, L. F. **Desemprego e Economia Solidária**: Repensando a Autogestão. In: IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT, Resende – RJ, 2007.

BONI V.; QUARESMA S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80 Brasil. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128117/tecnologia%20social%20caderno%20debate%20MCT.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. Impeachment Dilma Rouseff. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 agosto de 2016.

CADSOL. **Relatório da Comissão Estadual do Paraná**. Plataforma Online. Disponível em área restrita: <<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam?cid=1758>>. Acesso: 10 de Junho de 2017.

CARTA DE PRINCÍPIOS DO FBES – **FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, 2003. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em 10 jun. 2017.

CARTILHA DA CAMPANHA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Dez princípios da economia solidária**. In: Economia solidária, outra economia acontece. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2015.

CARTILHA PASSO A PASSO DO CADASTRO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2015.

CIRANDAS.NET. **Plataforma Online**. Disponível em: < <http://www.cirandas.net/>>. Acesso em: 28 Jun. 2017.

_____. **Plataforma Online**. Disponível em: < <http://www.cirandas.net/>>. Acesso em: 02 Jul. 2018.

CRUZ, A. *et al.* **O PRONINC que temos e o PRONINC que precisamos ter**. In: III Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede de ITCPs, 2011, Porto Alegre. III Congresso Rede ITCPs, 2011.

COLLINS, H; PINCH, T. **O Golem à solta**: o que você precisa saber sobre tecnologia. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DAGNINO, R., **Tecnologia Social**: base conceitual, em *Ciencia & Tecnología Social*, vol. 1 (1), 1-12. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/view/3840>>. Acesso em: 06 Jun. 2017.

_____. (Org.) **Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia & Política de Ciência e Tecnologia**. Alternativas para uma nova América Latina. Campina Grande, PB: Eduepb, 2010a.

_____. (Org.) **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2010b.

_____. **A tecnologia social e seus desafios**. In: *Tecnologia social, uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2009.

_____. **Tecnologia social: retomando um debate**. *Revista espacios* Vol. 27, Campinas-São Paulo, 2006.

_____. **A Relação Pesquisa-Produção: em busca de um enfoque alternativo**, em L. W. Santos: *Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação*, Londrina, IAPAR, pp. 101-151, 2004.

DAGNINO, R.; THOMAS, H. (Org.). **Ciência, tecnologia e sociedade: uma reflexão latino-americana**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria, 2003

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social**. In: LASSANCE jr. Et al. *Tecnologia Social: Uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

_____. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. In: DAGNINO, R. (Org.). *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. 2. ed. Campinas: Komedi, 2010. p. 71-112.

DAGNINO; THOMAS, H.; DAVYT, A. **El Pensamiento en Ciencia, Tecnología y Sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria**. *Redes*, n. 7, 1996, p. 13-51.

DIÁRIO DO PODER SÃO PAULO. **Plataforma Online**. Disponível em: <<http://www.diariodopoder.com.br/noticia.php?i=57506573810>>. Acesso em: 01 Set. 2017

EITA, Cooperativa de Trabalho, Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão. **Plataforma Online**. Disponível em: <<http://eita.org.br/>>. Acesso em: 28 Jun. 2017.

FARIA, L. A. S. **Softwares livres, economia solidária e o fortalecimento de práticas democráticas: três casos brasileiros** — Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010.

FBB. Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia Social**. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/tecnologia-social/>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

FBES. **Manifesto da Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária**. 20 de julho de 2016. Disponível em: <<http://fbes.org.br/2016/07/20/manifesto-da-assembleia-popular-do-movimento-da-economia-solidaria/>>. Acesso em 26 de agosto de 2017.

FEENBERG, A. **O que é a Filosofia da Tecnologia**. In: NEDER, R. T. *A teoria crítica de Andrew Feenberg: Racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do movimento pela tecnologia social na América Latina/CDS/UNB/Capes, 2010.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A. L. S. (Org.). **Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável**. Porto Alegre: Editora Fijo, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Plataforma Online**. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 11 Jun. 2017.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L.I.G. (Coord.), KUYVEN, P.S.; OGANDO, C.B.; KAPPES, S. A. e SILVA, J.K. da. **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo, Oikos, 2014.

GAMA, R. **A Tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: EDUSP, 1986.

GARCIA, M. I. G.; CERESO, J. A. L.; LUJÁN, J. L. **Ciencia, tecnología y sociedad: una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología**. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUÉRIN, I. **Introdução Geral**. In: As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 11-30.

HENRIQUES, F. C; NEPOMUCENO, V.; ALVEAR, C. A. S.. **O conceito de Tecnologia: Reflexão para a prática da extensão universitária na área tecnológica**. In: Tecnologia, Participação e Território: Reflexões a partir da prática Extensionista, 2015, Rio de Janeiro. Editora UFRJ.

IASKIO, E. L. S. **O que é economia solidária**. In: BERGONSI, S. S. S. Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens. Curitiba, 2007.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. Sobre o PNAD 2013. **Disponível em:** <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>>. Acesso em: 02 Jun. 2017.

IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1745>>. Acesso em: 28 Jun. 2017.

ITS [Instituto de Tecnologia Social]. **Tecnologia Social no Brasil**. Plataforma Online. Disponível em: <<https://www.itsbrasil.org.br/>> . Acesso em: 11 Jun. 2017.

_____. **Tecnologia Social no Brasil: direito à ciência e ciência para cidadania. Caderno de Debate**. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social: 2009.

JESUS, V. M. B.; COSTA, A. B. **Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas**. In: COSTA, Adriano Borges (org.). *Tecnologia Social e Políticas Públicas*. São Paulo: Instituto Pólis, Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2010.

KREIMER, P. *Estudios Sociales de La Ciencia y la Tecnologia em America Latina: Para qué? Para Quien*. *Redes*, 26(13), 55-63, 2007.

KREIMER, P.; THOMAS H. *Un poco de reflexividad o ¿de dónde venimos? Estudios sociales de la ciencia y la tecnología en América Latina*, en Kreimer, P. y H. Thomas (eds.), *Producción y uso social de conocimientos. Estudios de sociología de la ciencia en América Latina*, Bernal, Universidad Nacional de Quilme. 2004. pp. 11-90.

LASSANCE JÚNIOR, A. E.; PEDREIRA, J. S. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. Anais eletrônicos. Disponível em: <www.itcpunicamp.br/downloads/ext_doc2.doc>. Acesso em: 12/06/2017.

LÜCKEMEYER, A. A. B.; CASAGRANDE JUNIOR, E. F. **Uma introdução aos estudos CTS na América Latina com enfoque em tecnologia e ambiente**. *Revista Educação & Tecnologia*, Curitiba, p.175-207, 2010.

MAIA, D. H. S.; CATIN, N. F.; BRAGA F. **As Alternativas Propostas pela Economia Solidária, Para o Desenvolvimento Econômico e Social, com Sustentabilidade e Geração de Renda**, SP, Centro Universitário de Franca, 2006.

MAXWELL, N. *From Knowledge to Wisdom: A Revolution in the Aims & Methods of Science*. Editor Oxford, 1984.

MANTOVANI, A. A. *et al.* Apostila Cirandas - PROJETO “MS SOLIDÁRIO”, 2011. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0030/2045/apostila_cirandas_mssolidario.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

MARQUES, I. C. **Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos**. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (ORGS). Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2005.

MTE. **Ministério do Trabalho**, Plataforma Online. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/cadsol>>. Acesso em: 02 set. 2017.

NASCIMENTO, C. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. In: BENINI, É. *et al.* Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NOVAES, H. T.; FRAGA, L. **Por um novo desenvolvimento na América Latina**. In: DAGNINO, R. (Org.) Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia & Política de Ciência e Tecnologia. Alternativas para uma nova América Latina. Campina Grande, PB: Eduepb, 2010. p.165-197.

NOVAES, H. T.; DIAS, R. **Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social**. In: DAGNINO, Renato (Org.). Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade. Campinas/SP: IG/UNICAMP, 2009.

PAVÓN, M. *El problema de la interacción entre Ciencia, Tecnología y Sociedad. Una consideración crítica al campo de la CTS. Argumentos de Razón crítica. Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad y Filosofía de la Tecnología*, 1: 111-151. 1998.

PEDRINI, D. M.; DE OLIVEIRA, A. L. **A economia solidária como estratégia de desenvolvimento**. Emancipação, v. 7, n. 1, p. 111-133, 2007.

PINTO, A. V. **O conceito da Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PITAGUARI, S. O. **Economia Solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Economia Regional). Londrina: Editora UEL, 2010.

PITAGUARI, S. O.; CÂMARA, M. R. G. **As motivações e desafios para a consolidação da economia solidária**. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (Orgs.).

Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. (pp. 25-50). Londrina: Midiograf, 2010.

PLATAFORMA DO CIRANDAS. **Plataforma online**. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 11 Jun. 2017.

RELATÓRIO FINAL DA V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2008. Disponível em: <<http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em 10 de Junho de 2017.

RIBEIRO, L. S. **Economia Solidária, Trajetória, Acúmulos e Perspectiva**. Ciclo de debates estado, planejamento e administração pública no Brasil. Curitiba-PR: 2016.

RTS [Rede de Tecnologia Social]. **Caderno de Debate: Tecnologia Social no Brasil – direito à ciência e ciência para a cidadania**. São Paulo: RTS, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SENAES. **Política Nacional de Economia Solidária SENAES/TEM**. Termo de Referência, v. 1. Brasília, 2005.

SILVA, F. O. **Entrevista online** concedida a Diego Palma de Castro. Curitiba, 03 set. 2017.

SILVA, H. P. E. **Proposição Metodológica Interativa Da “Tecnologia Social” Como Alternativa Pró-Sustentabilidade**: Pesquisa-Ação Com A Coocat-Mel em Telêmaco Borba-PR. 31 de Agosto. 305 folhas. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR). Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/programas/ppgte/edital-defesas/2015/ppgte-doutorado-heloisa-de-puppi-e-silva>>. Acesso em 10 de Junho de 2017.

SILVA, R. M. A. **“Mapeamento da Economia Solidária no Brasil: uma estratégia de reconhecimento e visibilidade”**, In: CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**, São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

SILVA, S, P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: apontamentos iniciais para o debate. Brasília: Ipea, 2014. (Boletim Mercado de Trabalho, n. 57). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%2

Omapeamento%20de%20economia%20solid%20ria%20no%20Brasil_2016.pdf>.
Acesso em: 06 Set. 2017.

SINGER, P. Prefácio. In: GAIGER, L.I.G. (Coord.), KUYVEN, P.S.; OGANDO, C.B.; KAPPES, S. A. e SILVA, J.K. da . **A Economia Solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo, Oikos, 2014.

_____. **Introdução à economia solidária**. 5 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

SOLTEC. **Núcleo de Solidariedade Técnica**. Plataforma *Online*. Disponível em: <<http://nides.ufrj.br/index.php/programas/soltec>>. Acesse em: 06 Set. 2017.

THOMAS, H. E. **Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina**. In: OTTERLOO, A. (Org.). *Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade*. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009, p. 25-82

TYGEL, D. [**Sobre o Cirandas**]. Entrevista concedida via Whatsapp a Diego Palma de Castro em 07 de Novembro de 2017. Arquivo gravado em meio digital.

TYGEL, D.; MOTTA, E. **Fluxos e informações na Economia Solidária**. Um novo olhar sobre a prática. IBASE [Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas], Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1360&Itemid=1>. Acesso em: 22 de Junho de 2017.

TYGEL D.; MOTTA, E. ; **Nova forma de gerir informação para uma nova economia**. *Democracia Viva*, v. 45, p. 16-19, 2010.

IBASE [Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas], n.45, agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=399>. Acesso em: 14 de Junho de 2017.

VARSAVSKY, O. A. **Ciência, Política y Cientificismo**. Centro Editor de América Latina, 1969. 42 p.

VACCAREZZA, L. **Ciencia, Tecnología y Sociedad: el estado de la cuestión en América Latina**, en *Revista Iberoamericana de Educación*, N. 18, *septiembre-diciembre*, Madrid, OEI, 1988. p. 13-40.

VERONESE, M. V. **A Economia Solidária e a formação de lideranças democráticas**. Porto Alegre, Editora Diálogo, p. 97-114, 2011.

WANDERLEY, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2008.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos/as trabalhadores/as, como um ato de defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e desses com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram à um grau de exploração do trabalho humano que os/as trabalhadores/as organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas nesses dois campos sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou para que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do Capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, tem-se ampliado ao absover todo esse contingente de excluídos.

Hoje no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo Capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio, cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos – economia solidária, economia social, socioeconômica solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc., têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. Convergências – O que é a Economia Solidária

Princípios gerais:

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

A valorização social do trabalho humano;

A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;

O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;

A busca de uma relação de respeito com a natureza;

Os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

Nesse sentido, Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em

geral e de capital em particular. Dessa forma, esse movimento busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

A qualidade de vida e de consumo são questões que a Economia Solidária se propõe a buscar, e isso requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial. Logo, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas é definido também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos.

Por um sistema de finanças solidárias.

Nesse contexto, o valor central que a Economia Solidária almeja são os direitos das comunidades e nações em relação à soberania das próprias finanças. Esses são alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento, indo do nível local ao nacional:

Em nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos têm o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

A nível nacional, macro, estrutural em que haja a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias. Assim como o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólicia. Outro fator importante é o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional, para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam:

Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se façam investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, aspirando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais eqüitativamente entre grupos e países.

A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando à suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa à sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. E, também estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares, para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

Dessa maneira a mesma exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos trabalhadores.

Esse conjunto de atividade econômica exige em primeiro lugar, a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, no qual as políticas neoliberais pretendem eliminar.

Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.

A soberania nacional em um contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações é nesse contexto o valor central. O Estado democraticamente forte é capaz de promover mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de autorregular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

Junho de 2003, III Plenária Nacional da Economia Solidária.

ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM OS EES

Identificação.

- 1) Nome do Empreendimento Econômico Solidário - EES/Feira/circuito

- 2) Quantas pessoas compõem o EES/Feira/Circuito

- 3) Quantas mulheres e homens compõem o EES/Feira/Circuito

- 4) Todas as pessoas que participam do empreendimento são alfabetizadas?
() Sim () Não

- 5) Existem pessoas no EES que trabalham em outro lugar com registro na carteira de trabalho e previdência social? Se sim, quantas?
() Sim () Não () Quantos

- 6) Tem pessoas no empreendimento que fazem uso de programas de transferência de renda como:
() Benefício de Prestação Continuada (BPC)
() Programa Bolsa Família –PBF
() Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
() Projovem Adolescente
() Outros? Quais: _____

- 7) O EES é:
() Rural () Urbano () Urbano-Rural

- 8) Qual a forma de organização:
() Associação
() Grupos Informais
() Cooperativas
() Outro, qual? _____

9) Este EES se enquadra como:

Produção

Consumo

Comercialização

Prestação de serviços

Troca de produtos ou serviços

Poupança, créditos ou finanças

Outro, qual? _____

10) A sua Cor ou Raça é:

branca

Parda

Indígena

Amarela

Preta

11) O EES pertence a algum povo ou comunidade tradicional

Povos Indígenas

População Negra

Comunidades quilombolas

Comunidades de terreiro

Ribeirinhos

Pescadores artesanais

Extravistas

Caboclos

Outro, Qual? _____

12) Qual região do país seu EES está localizado?

Norte

Nordeste

Centro-Oeste

Sudeste

Sul

13) Podemos dizer que no EES os sócios pertencem a qual das seguintes categorias sociais:

- Agricultores Familiares
- Artesãos
- Artistas
- Assentados da Reforma Agrária
- Catadores de Material Reciclável
- Garimpeiros ou Mineiros
- Técnicos, Profissionais de Nível Superior
- Outros trabalhadores autônomos por conta própria
- Desempregados
- Cultural

14) Perfil dos trabalhadores/as que fazem parte do EES

- Pessoas com deficiência física ou mental
- Pessoas com transtornos mentais inclusive quando decorrentes do uso de álcool e outras drogas
- Presidiários ou egressos do sistema prisional
- Aposentados/as ou pensionistas
- Mulheres

15) O empreendimento participa de algum fórum ou rede de articulação ou representação, ou de algum movimento social?

- Fórum ou rede de Economia Solidária, qual? _____
- União ou associação de EES, qual? _____
- Federações de cooperativas, qual? _____
- Conselhos de gestão e fóruns de participação política, qual? _____
- Movimento Social, qual? _____
- Outro, qual? _____

História do Empreendimento

16) Você pode contar a história de formação do EES?

Plataforma do Cirandas.net (História)

- 17) Como o EES conheceu a plataforma do Cirandas.net?
- 18) Vocês ajudaram contribuir na construção da plataforma do Cirandas.net?

Plataforma do Cirandas.net (Usuário)

- 19) O(s) Trabalhador (es) do seu EES foi(ram) treinado(os) para utilizar a plataforma do Cirandas.net? Se sim, conte como foi?
- 20) Existe algum material de consulta ou manual de utilização da plataforma do Cirandas.net para vocês?
- 21) Quando vocês tem alguma dúvida ou sugestão sobre a plataforma do Cirandas.net, como vocês procedem?
- 22) O EES já sugeriu alguma alteração? Se sim, conte como foi?
- 23) Como vocês se organizam para manter a plataforma do Cirans.net atualizada?
- 24) Para que vocês usam a plataforma do Cirandas.net?
- 25) Qual foi o impacto para o EES com o uso da plataforma do Cirandas.net?
- 26) Gostaria de contribuir com mais alguma informação sobre o cirandas.net?

ANEXO C - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES TÉCNICOS

Identificação.

- 1) Nome do Empreendimento Econômico Solidário/ Entidade?
- 2) Quantas pessoas compõem o EES/Entidade?
- 3) Quantas mulheres e homens compõem o EES/Entidade?
- 4) Todas as pessoas que participam do empreendimento/Entidade são alfabetizadas?
 Sim Não
- 5) Existem pessoas no EES/Entidade que trabalham com registro na carteira de trabalho e previdência social? Se sim, quantas?
 Sim Não Quantos
- 6) Tem pessoas no EES/Entidade que fazem o uso de algum programa de transferência de renda como:
 Benefício de Prestação Continuada (BPC)
 Programa Bolsa Família –PBF
 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
 Projovem Adolescente
 Outros? Quais: _____
- 7) O EES/Entidade é:
 Rural Urbano Urbano-Rural
- 8) Qual a forma de organização do EES/Entidade:
 Associação
 Grupos Informais
 Cooperativas
 Outro, qual? _____

9) O EES/Entidade se enquadra como:

Produção

Consumo

Comercialização

Prestação de serviços

Troca de produtos ou serviços

Poupança, créditos ou finanças

Outros, qual? _____

10) A sua Cor ou Raça é:

branca

Parda

Indígena

Amarela

Preta

11) O EES/Entidade pertence a algum povo ou comunidade tradicional

Povos Indígenas

População Negra

Comunidades quilombolas

Comunidades de terreiro

Ribeirinhos

Pescadores artesanais

Extravistas

Caboclos

Outro, qual? _____

12) Qual região do país seu EES/Entidade está localizado?

Norte

Nordeste

Centro-Oeste

Sudeste

Sul

13) Podemos dizer que no EES/Entidade os sócios pertencem a qual das seguintes categorias sociais:

- Agricultores Familiares
- Artesãos
- Artistas
- Assentados da Reforma Agrária
- Catadores de Material Reciclável
- Garimpeiros ou Mineiros
- Técnicos, Profissionais de Nível Superior
- Outros trabalhadores autônomos por conta própria
- Desempregados

14) Perfil dos trabalhadores/as que fazem parte do EES/Entidade

Pessoas com deficiência física ou mental

Pessoas com transtornos mentais inclusive quando decorrentes do uso de álcool e outras drogas

- Presidiários ou egressos do sistema prisional
- Aposentados/as ou pensionistas

15) O EES/Entidade participam de algum fórum ou rede de articulação ou representação algum movimento social?

- Fórum ou rede de Economia Solidária, qual? _____
- União ou associação de EES, qual? _____
- Federações de cooperativas, qual? _____
- Conselhos de gestão e fóruns de participação política, qual? _____
- Movimento Social, qual? _____
- Outro, qual? _____

História do EES/Entidade

16) Você pode contar a história de formação do EES?

Plataforma do Cirandas.net (História)

17) Como surgiu a ideia de criação da plataforma do Cirandas.net?

- 18) Vocês ajudaram contribuir como na construção da plataforma do Cirandas.net?
- 19) O(s) Trabalhador (es) do seu EES/Entidade foi(ram) treinado(os) para utilizar a plataforma do Cirandas.net? se sim, conte como foi?
- 20) Existe algum material de consulta ou manual de utilização da plataforma do Cirandas.net?
- 21) Quando os usuários têm alguma dúvida ou sugestão sobre a plataforma do Cirandas.net, como devem proceder?
- 22) Os EES cadastrados já sugeriram alguma alteração? Se sim, conte como foi?
- 23) Como vocês se organizam para manter a plataforma do Cirandas.net atualizada?
- 24) Para que vocês desenvolveram a plataforma do Cirandas.net?
- 25) Como ocorreu o processo de criação do Cirandas.net?
- 26) Gostaria de contribuir com mais alguma informação sobre o cirandas.net?

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE VOZ E IMAGEM (TCUISV) DOS EES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE VOZ E IMAGEM (TCUISV)

Este é um convite para você participar da pesquisa: Economia Solidária e Tecnologia Social: A apropriação dos trabalhadores/as dos Empreendimentos Econômicos Solidários pelo Cirandas.net, que tem como pesquisador responsável Diego Palma de Castro e que pode ser contatado pelo Telefone: 41 – 99239497/ 41-33335305 ou E-mail: diegocastro.palma@gmail.com. Caso você aceite participar da pesquisa, você deverá preencher o formulário *online* que concorda com esse termo de consentimento livre e esclarecido e o aceita no final do mesmo. O *link* de acesso deste documento será enviado por Whatsapp ou Skype para todos/as os trabalhadores/as que aceitarem participar da pesquisa e também poderá ser acessado e impresso da plataforma em qualquer momento, pois estará disponível na plataforma *online* do *Google* formulários na URL : <https://goo.gl/forms/iVxk6LGekG2SNuYC2>.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Apresentação da pesquisa.

O motivo que nos leva a fazer este estudo é contribuir com as produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGTE/UTFPR e na aproximação dos conceitos de Tecnologia Social e Economia Solidária. Além disso, a pesquisa busca compreender se os Trabalhadores (as) dos empreendimentos de Economia Solidária se apropriaram da plataforma do Cirandas.net.

Objetivos da pesquisa.

Esta pesquisa pretende analisar por meio de pesquisas bibliográficas e entrevistas a apropriação dos trabalhadores/as dos empreendimentos de Economia Solidária pela Tecnologia do Cirandas.net, assim como o processo de construção do Cirandas.net

Participação na pesquisa.

A sua participação no referido estudo será, por meio de uma entrevista *Online* via aplicativo do *Whatsapp* ou *Skype* com duração mínima de 15 minutos e no máximo 50

minutos. A participação do Empreendimento Econômico Solidário na plataforma do Cirandas.net e na Economia Solidária, é o objetivo dessa pesquisa, assim como também informo que as entrevistas serão gravadas e transcrita para a análise. Após a transcrição os arquivos de voz serão apagados.

Confidencialidade.

Asseguro-te que os dados que você irá fornecer serão confidenciais e poderão ser divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Riscos e Benefícios.

Alertamos que está pesquisa pode proporcionar alguns benefícios e que também é possível que ocorra os seguintes desconfortos ou riscos:

5a) Riscos: Um possível desconforto em relação às perguntas pré-determinadas são um dos riscos previstos, sendo esses, invasão de privacidade, questões que possam relembrar de momentos dolorosos e também pode ocorrer constrangimentos pela tomada do seu tempo para participar das entrevistas, ou se os conceitos apresentados pelo pesquisador forem opostos ao do entrevistado/a o que gerará um possível confronto de informações. Esse confronto e os riscos poderão ser minimizados com a garantia do diálogo para a explicação das perguntas ou dos conceitos abordados, e você tem a liberdade de responder apenas as perguntas que quiser ou se afastar da pesquisa sem qualquer prejuízo, pois existe a total liberdade para você decidir à sua retirada da pesquisa.

5b) Benefícios: Você terá como benefício a possibilidade de ampliação de conhecimento das diferentes formas de uso da plataforma estudada e na divulgação do tema, que posteriormente poderá ser utilizado pelos próprios usuários e outros pesquisadores que desejarem se aprofundar na temática.

Crítérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: Poderá participar desta pesquisa qualquer trabalhador/a com idade mínima de 18 anos que integre os Empreendimentos Econômicos Solidários e que foram selecionados previamente para participar da pesquisa, conforme os critérios de seleção abaixo: 1º Ter sido noticiado na plataforma do Cirandas.net em algumas das notícias pré selecionadas pelo pesquisador ou ter sido indicado pelos administradores da plataforma como um dos grupos que utilizam o site; 2º Ser trabalhador(a) de um Empreendimento Econômico

Solidário; 3º Ter produtos disponíveis para comercialização no site da plataforma; 4º Os dados de contato estarem disponíveis na página do EES; 5º Ser uma das pessoas que participaram do processo de construção do Cirandas.net. Também é necessário saber ler e escrever, ter acesso à internet e ter acesso ao aplicativo Skype ou Whatsapp.

6b) Exclusão: Não se aplica.

Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

Você tem a total liberdade e direito de recusar ou retirar o consentimento em participação na pesquisa no momento que desejar. Assim como requerer qualquer esclarecimento em qualquer etapa da realização da pesquisa, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo.

Você pode assinalar o campo a seguir para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

quero receber os resultados da pesquisa (*email* para envio : _____)

não quero receber os resultados da pesquisa

Ressarcimento e indenização.

Esclarece-se que não há nenhum tipo de ressarcimento e nem remuneração para a sua participação. No que compete à indenização, essa será garantida conforme legislação vigente.

Devolutiva dos resultados.

Os resultados serão devolvidos via *e-mail* para todas as pessoas que participaram da pesquisa.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. E, tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR).

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41) 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

B) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a esse estudo.

Permitindo que os pesquisadores contidos nesse documento obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento e sem prejuízo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar desse estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem prejuízo.

Nome

Completo:

RG: _____ Data de Nascimento: ___/___/_____ Telefone: _____

Endereço:

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura:

Data: ___/___/_____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome completo: Diego Palma de Castro

Assinatura pesquisador (a): Diego Palma de CASTRO Data:
07/05/2018

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Diego Palma de Castro, via e-mail: Diegocastro.palma@gmail.com ou telefone: 41-33335305.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado:

Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: 3310-4494, E-mail: coep@utfpr.edu.br

**ANEXO E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E
TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE VOZ E IMAGEM (TCUISV) DOS
GESTORES TÉCNICOS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE VOZ E IMAGEM (TCUISV)

Este é um convite para você participar da pesquisa: Economia Solidária e Tecnologia Social: A apropriação dos trabalhadores/as dos Empreendimentos Econômicos Solidários pelo Cirandas.net, que tem como pesquisador responsável Diego Palma de Castro e que pode ser contato pelo Telefone: 41 – 99239497/ 41-33335305 ou E-mail: diegocastro.palma@gmail.com. Caso você aceite participar da pesquisa, você deverá preencher no formulário *online* que concorda com este termo de consentimento livre e esclarecido e o aceite no final do mesmo. O *link* de acesso do documento será enviado por Whatssaap ou Skype para todos/as os trabalhadores/as que aceitarem participar da pesquisa e também poderá ser acessado e impresso da plataforma em qualquer momento, pois o mesmo estará disponível *online* no Google formulários na URL : https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSegrLwk0hM9ALnmAfrQWrn3lpPQZXhMQyCzAX3qqXok2J42wA/viewform?usp=pp_url

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Apresentação da pesquisa.

O motivo que nos leva a fazer este estudo é contribuir com as produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGTE/UTFPR e na aproximação dos conceitos de Tecnologia Social e Economia Solidária. Ademais, a pesquisa pretende compreender se os Trabalhadores (as) dos empreendimentos de Economia Solidária se apropriaram da plataforma do Cirandas.net.

Objetivos da pesquisa.

Esta pesquisa pretende analisar por meio de pesquisas bibliográficas e entrevistas a apropriação dos trabalhadores/as dos empreendimentos de Economia Solidária pela Tecnologia do Cirandas.net e o processo de construção do Cirandas.net

Participação na pesquisa.

A sua participação no referido estudo será por meio de uma entrevista *Online* via aplicativo do *Whatsapp* ou *Skype*, com duração mínima de 15 minutos e no máximo 50 minutos. Compreender o processo de construção do *Cirandas.net* e a participação do movimento da Economia Solidária é o objetivo dessa pesquisa. Após a transcrição os arquivos de voz serão apagados.

Confidencialidade.

Asseguro-te que os dados que você irá fornecer serão confidenciais e poderão ser divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de dados que possa lhe identificar.

Riscos e Benefícios.

Alertamos que esta pesquisa pode proporcionar alguns benefícios e que também é possível que ocorra os seguintes desconfortos ou riscos:

5a) Riscos: Há uma previsão de riscos como um possível desconforto em relação às perguntas pré-determinadas, sendo esses, invasão de privacidade, questões que possam lembrar de momentos dolorosos e também pode ocorrer constrangimentos pela tomada do seu tempo para participar das entrevistas ou se os conceitos apresentados pelo pesquisador forem opostos ao do entrevistado/a o que gerará um possível confronto de informações. Esse confronto e os riscos poderão ser minimizados com a garantia do diálogo para a explicação das perguntas ou dos conceitos abordados e você tem a liberdade de responder apenas as perguntas que quiser ou se afastar da pesquisa sem qualquer prejuízo, pois existe a total liberdade para você decidir à sua retirada da pesquisa.

5b) Benefícios: Você terá como benefício a possibilidade de ampliação de conhecimento das diferentes formas de uso da plataforma estudada; Na divulgação do tema, que posteriormente poderá ser utilizado pelos próprios usuários e outros pesquisadores que desejarem se aprofundar na temática.

Crterios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: Poderá participar desta pesquisa qualquer trabalhador/a com idade mínima de 18 anos que integre os Empreendimentos Econômicos Solidários e que foram selecionados previamente para participar da pesquisa, conforme os critérios de seleção abaixo: Primeiramente ter sido noticiado na plataforma do *Cirandas.net* em algumas das notícias pré-selecionadas pelo pesquisador ou ter sido indicado pelos administradores da

plataforma como um dos grupos que utilizam o site. Segundo ser trabalhador(a) de um Empreendimento Econômico Solidário. Terceiro ter produtos disponíveis para comercialização no site da plataforma. E quarto os dados de contato estarem disponíveis na página do EES. Por fim, ser uma das pessoas que participaram do processo de construção do Cirandas.net. Também é necessário saber ler e escrever, ter acesso à internet e ter acesso ao aplicativo Skype ou Whatsapp.

6b) Exclusão: Não se aplica.

Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

Você tem a total liberdade e direito de recusar ou retirar o consentimento em participação na pesquisa no momento que desejar. Assim como requerer qualquer esclarecimento em qualquer etapa da realização da pesquisa, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo.

Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

() quero receber os resultados da pesquisa (*e-mail* para envio : _____)

() não quero receber os resultados da pesquisa

Ressarcimento e indenização.

É essencial esclarecer que não há um tipo de ressarcimento e/ou remuneração para a sua participação. No que se refere à indenização, esta será garantida conforme legislação vigente.

Devolutiva dos resultados.

Os resultados serão devolvidos via *e-mail* para todas as pessoas que participaram da pesquisa.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. E, tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que

a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR).
Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41) 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

B) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Permitindo que os pesquisadores contidos nesse documento obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento e sem nenhum prejuízo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome

Completo:

RG: _____ Data de Nascimento: ___/___/____ Telefone: _____

Endereço:

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura:

Data: ___/___/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome completo: Diego Palma de Castro

Assinatura pesquisador (a): *Diego Palma de CASTRO* Data:
07/05/2018

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão entrar em contato com DiegoPalma de Castro, via e-mail: diegocastro.palma@gmail.com ou telefone: 41-33335305.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado:

Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: 3310-4494, E-mail: coep@utfpr.edu.br